



**UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA**  
**JULIANA PEREIRA MICHELS**

**O CASO DO PROGRAMA MULHERES SIM DO IFSC**

**Florianópolis**

**2018**

**JULIANA PEREIRA MICHELS**

**O CASO DO PROGRAMA MULHERES SIM DO IFSC**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Administração da Universidade do Sul de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Jacir Leonir Casagrande

Florianópolis

2018

M57 Michels, Juliana Pereira, 1987-  
Inovação social : o caso do programa mulheres sim do IFSC /  
Juliana Pereira Michels. – 2018.  
123 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Sul de Santa Catarina,  
Pós-graduação em Administração.

Orientação: Prof. Dr. Jacir Leonir Casagrande

1. Inovação social. 2. Integração social. I. Casagrande, Jacir  
Leonir, 1961-. II. Universidade do Sul de Santa Catarina. III. Título.

CDD (21. ed.) 303.484

**JULIANA PEREIRA MICHELS**

**O CASO DO PROGRAMA MULHERES SIM DO IFSC**

Essa Dissertação foi julgada adequada à obtenção do título de Mestre em Administração e aprovada em sua forma final pelo Curso de Mestrado em Administração da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Florianópolis, dia 31 de agosto de 2018.

---

Professor e orientador Jacir Leonir Casagrande, Dr.  
Universidade do Sul de Santa Catarina

---

Prof. Nei Antonio Nunes, Dr.  
Universidade do Sul de Santa Catarina

---

Prof. Denise Del Prá Netto Machado, Dra.  
Universidade do Sul de Santa Catarina

---

Prof. Vanessa Luiza Tuono Jardim, Dra.  
Instituto Federal de Santa Catarina

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que me deu sabedoria e coragem para atingir meus objetivos.

Aos meus pais, João Batista Michels e Renilda Pereira Michels, que me deram a vida, ensinaram-me a vivê-la com caráter, ensinaram que conhecimento é a única coisa que ninguém pode nos roubar e sempre me incentivaram a correr atrás dos meus sonhos. A eles, presto a minha eterna gratidão.

Agradeço aos meus irmãos Daniel e Maria Helena, meus amigos e namorado, os quais contribuíram, cada qual com seu jeito, na realização deste trabalho. A eles, presto meus agradecimentos pelos dias de alegria e por compartilharem os ensinamentos e as angústias.

Agradeço aos meus colegas de mestrado, em especial ao Alexandre, Alex e Vanessa por sempre terem escutado meus desabaços, alegrias e tristezas em cada fase da elaboração do presente trabalho. Aos meus colegas do setor de execução orçamentária e financeira que dividiram meu trabalho enquanto eu estava afastada para o mestrado e ao IFSC que me possibilitou o afastamento para que eu pudesse aperfeiçoar profissionalmente.

Agradeço também a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Administração da UNISUL pelos ensinamentos e, em especial, ao Professor Jacir, orientador deste trabalho, por me acompanhar, acreditar e incentivar a minha pesquisa e por ter qualidades que encorajam e despertam admiração.

Agradeço aos membros da banca, Professora Denise, Professor Nei e Professora Vanessa que tanto agregaram a este trabalho com os direcionamentos feitos na qualificação.

Agradeço aos servidores, parceiros, TVIFSC e alunas do programa Mulheres Sim que colaboraram para a realização desta pesquisa.

A todas as outras pessoas que, de alguma forma, contribuíram para que eu pudesse chegar até aqui.

“Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo”  
(Paulo Freire).

## RESUMO

A concepção de inovação esteve até pouco tempo ligada quase exclusivamente ao domínio tecnológico e a lógica concorrencial do mercado. Contudo, nos últimos anos vem ganhando espaço, no debate acadêmico e na vida social, ações inovadoras que visam sobretudo gerar processos inclusivos e transformadores na sociedade. Nessa perspectiva, é perceptível o papel das instituições públicas de ensino na promoção de programas de inovação social voltados para pessoas em situação de vulnerabilidade social, através da extensão. Em face do exposto, o objetivo deste trabalho é analisar o programa de extensão Mulheres Sim, desenvolvido pelo Instituto Federal de Santa Catarina, como inovação social. Para tanto, o estudo apresentado procurou escrutinar, na instituição investigada elementos determinantes da inovação social focando no objetivo deste tipo de inovação: inclusão, empoderamento e autonomia. A pesquisa se caracteriza como estudo de caso, com abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória. Os dados foram coletados através de pesquisa documental, observação participante e entrevista semiestruturada e, foi desenvolvida uma análise de conteúdo. Pode-se elencar como resultados alcançados pelo programa: a geração de renda, crescimento pessoal e profissional, o desejo da retomada dos estudos, aumento da autoestima, inserção no mundo do trabalho, reconhecimento de direitos e consciência das desigualdades de poder. Com relação às características da inovação social evidenciadas no referencial teórico, observa-se as seguintes no Mulheres Sim: surgiu como uma das alternativas viáveis para enfrentar uma necessidade da sociedade, há participação e colaboração dos atores envolvidos, verificou-se a formação de novas relações sociais, processo de aprendizagem coletivo, capacitação e geração de novos conhecimentos e, por fim, e mais importante, teve como resultado maiores níveis de inclusão social, autonomia e empoderamento. Assim, pode-se afirmar que de acordo com as características elencadas, o programa Mulheres Sim se caracteriza como uma prática de inovação social.

**Palavras-chave:** Inovação Social. Inclusão. Empoderamento. Autonomia.

## ABSTRACT

Until recently, the concept of innovation has been linked almost exclusively to the technological domain and the competitive logic of the market. However, in recent years, in academic debate and in social life, innovative actions have been gaining ground in order to generate inclusive and transformative processes in society. From this perspective, the role of public educational institutions in the promotion of social innovation programs aimed at people in situations of social vulnerability through extension is perceptible. In view of the above, the objective of this work is to analyze the Women Sim extension program, developed by the Federal Institute of Santa Catarina, as social innovation. To this end, the study sought to investigate the determinants of social innovation in the institution under investigation, focusing on the objective of this type of innovation: inclusion, empowerment and autonomy. The research is characterized as a case study, with a qualitative approach, of descriptive and exploratory nature. Data were collected through documentary research, participant observation and semi-structured interview, and a content analysis was developed. The results achieved by the program can be listed as income generation, personal and professional growth, the desire to resume studies, increase self-esteem, insertion in the world of work, recognition of rights and awareness of inequalities of power. With regard to the characteristics of social innovation evidenced in the theoretical framework, the following are observed in Women Yes: it emerged as one of the viable alternatives to face a need of society, there is participation and collaboration of the involved actors, the formation of new relations social, collective learning process, training and generation of new knowledge, and, more importantly, resulted in higher levels of social inclusion, autonomy and empowerment. Thus, one can affirm that according to the characteristics listed, the Women Yes program is characterized as a practice of social innovation.

**Keywords:** Social Innovation. Inclusion. Empowerment. Autonomy.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	13
Figura 2 – Logo do Programa Mulheres Sim .....	14
Figura 3 - Dinâmicas da inovação Social do modelo ALMOLIN.....	24
Figura 4 - Fases da pesquisa.....	59

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Diferenças entre inovação tecnológica e social .....	19
Quadro 2 - Conceitos de inovação social.....	20
Quadro 3 - Classificação das inovações sociais .....	22
Quadro 4 - Níveis de análise das inovações sociais.....	25
Quadro 5 – Mulheres matriculadas .....	61
Quadro 6 - Elementos conceituais para análise da inovação social.....	65

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
1.1 OBJETIVO GERAL .....	15
<b>1.1.1 Objetivo Específico</b> .....	<b>15</b>
1.2 JUSTIFICATIVA .....	15
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>17</b>
2.1 INOVAÇÃO SOCIAL.....	17
2.2 INCLUSÃO.....	28
2.3 EMPODERAMENTO .....	33
2.4 AUTONOMIA .....	49
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>56</b>
3.1 ABORDAGEM DA PESQUISA .....	56
3.2 ESTRATÉGIA DE PESQUISA .....	57
3.3 OBJETO DO ESTUDO .....	59
3.4 COLETA DE DADOS.....	62
3.5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	64
<b>4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS</b> .....	<b>67</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>106</b>
<b>6 REFERENCIAS</b> .....	<b>111</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>119</b>
<b>APÊNDICE A –ROTEIRO DE ENTREVISTAS</b> .....	<b>120</b>
<b>APÊNDICE B –TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b> .....	<b>122</b>
<b>APÊNDICE C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP</b> .....	<b>124</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo será apresentado a contextualização do tema, a identificação do problema, os objetivos da pesquisa e a justificativa para a realização da pesquisa. Esse estudo aborda o tema de inovação social no programa de extensão Mulheres Sim desenvolvido por uma instituição federal de ensino.

Até pouco tempo, a inovação esteve relacionada predominantemente a competitividade e desenvolvimento econômico, porém, a inovação social que busca a transformação social e o melhoramento da qualidade de vida das pessoas a partir de soluções para as necessidades da sociedade ganhou relevância nos últimos anos (ANDRÉ; ABREU, 2006; CAJAIBA-SANTANA, 2014). Murray et al. (2010) acreditam que o aumento do interesse pelo tema inovação social se deu pois as estruturas existentes e as políticas estabelecidas não foram satisfatórias na eliminação dos mais urgentes problemas dos tempos atuais, como as mudanças climáticas, a epidemia mundial de doenças crônicas e as desigualdades sociais.

De acordo com a literatura especializada, inovações sociais são atividades e serviços inovadores que são motivados pelo objetivo de satisfazer uma necessidade social, e que são predominantemente desenvolvidos e difundidos por meio de organizações cujos objetivos primários são sociais (MULGAN et al, 2007). Estas inovações de caráter social podem partir dos mais variados tipos de organizações, desde organizações da sociedade civil, empresas privadas e públicas, até instituições de ensino. Tais organizações podem promover, por intermédio de suas ações inovadoras, a autonomia, o empoderamento e a inclusão.

O potencial para incentivar inovações sociais que as universidades e os institutos federais de educação têm trata-se de uma obrigação legal. Observadas as finalidades e características da criação dos Institutos Federais, conforme Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, bem como seus objetivos em seu Artigo 7º como, por exemplo, os de: a) realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade, b) desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e c) estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional, reconhece-se que são produzidas inovações de natureza social além das de cunho tecnológico.

Segundo Juliani (2015) o incentivo à geração e à aplicação de inovações provenientes das universidades é um fato recente e aquém do importe de conhecimento que é produzido dentro dessas instituições. A cultura universitária possui entraves que precisam ser superados para que essas instituições possam acompanhar e buscar soluções em conjunto com outras organizações e as comunidades, especialmente através de programas de extensão.

A extensão é entendida como uma prática acadêmica que interliga a universidade à comunidade, nas suas atividades de ensino e de pesquisa, atendendo demandas da população e oferece formação profissional ao cidadão e se vincula cada vez mais à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo, para a superação das desigualdades sociais existentes (FORPROEX, 2012).

Neste sentido, os projetos de extensão das instituições de ensino, desenvolvidos para atender a comunidade, possuem papel importante na consolidação de práticas de transferência e produção de conhecimento, para fins de emancipação dos sujeitos envolvidos e possuem potencial de concretizar práticas acadêmicas essenciais num espaço estratégico, criando mecanismos que favorecem a aproximação dos sujeitos, a multidisciplinaridade, a promoção de uma consciência cidadã e humana, formando assim sujeitos de mudança, capazes de uma postura mais crítica e ativa diante dos desafios do mundo atual (CASTRO, 2004).

Para Santos (2005) as atividades de extensão nas universidades devem ter como objetivo principal o apoio solidário na resolução dos problemas da exclusão e da discriminação sociais, dando-se voz aos grupos excluídos e discriminados. A extensão trabalha no sentido de promover a inovação social e é um dos elementos que junto com o ensino e a pesquisa constitui o eixo fundamental das instituições de ensino superior brasileiras.

Partindo deste pressuposto, o presente estudo terá como base o programa de extensão Mulheres Sim, desenvolvido pelo Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC, para que se possa estudá-lo sob a ótica dos conceitos de inovação social. O IFSC é uma instituição pública que tem por finalidade ofertar formação e qualificação em diversas áreas, nos vários níveis e modalidades de ensino, bem como realizar pesquisa e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços, em articulação com os setores produtivos da sociedade catarinense (IFSC, 2017).

A missão do IFSC é promover a inclusão e formar cidadãos por meio da educação profissional, científica e tecnológica, gerando, difundindo e aplicando conhecimento e inovação, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural. Sua visão é ser instituição de excelência na educação profissional, científica e tecnológica, fundamentada na gestão participativa e na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (IFSC, 2017).

A Resolução CONSUP nº 61/2016 do IFSC conceitua extensão como um processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre o IFSC e a sociedade de forma indissociável ao ensino e à pesquisa e traz que as atividades de extensão devem promover a transformação social no entorno dos câmpus do IFSC envolvendo servidores e discentes por meio de programas, projetos, cursos, eventos ou produtos.

As diretrizes de Extensão do IFSC estão alinhadas aos compromissos da agenda 2030 que é composta pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), aprovada pelos países membros da ONU, durante a 70ª Assembleia Geral realizada em setembro de 2015, em Nova York. Assim, as ações da extensão do IFSC são pautadas em intervenções em prol do enfrentamento das questões emergenciais do Brasil, como o fim da pobreza e da fome, promoção da saúde, proteção ao meio ambiente, educação inclusiva. O Mulheres Sim é um programa que busca contribuir com o quinto Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, que é alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Figura 1- 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: ONU, 2016.

O Mulheres SIM é um programa de extensão do Instituto Federal de Santa Catarina composto por quatro projetos: o de curso “Educação e Gênero” ou “Geração de Renda”, “Feira de Economia Solidária”, “Ciclo de Oficinas” e “Acompanhamento das egressas”. O Programa Mulheres SIM busca a valorização da mulher, o acesso aos direitos, cidadania e possibilidades de geração de renda, ou seja, o empoderamento feminino. O programa é destinado a um público alvo definido: mulheres que possuem mais de 15 anos, em situação de vulnerabilidade social, preferencialmente sem escolaridade. Visa abordar a transversalidade de gênero nas políticas sociais públicas, no sentido de promover iniciativas de inclusão educacional, econômica, social, cultural e pessoal das mulheres, a autonomia, o combate à violência, a consolidação da cidadania feminina e o desenvolvimento sustentável, articulado com as políticas públicas de educação, assistência social, saúde e segurança.

A demanda desse programa foi identificada decorrente da transição do Programa Mulheres Mil para o Bolsa Formação/PRONATEC. Com esta transição, os cursos do Programa Mulheres Mil referenciados pelo Guia de Cursos FIC Pronatec, passaram a exigir escolaridade mínima para ingresso, não compatível com a realidade das alunas. Pela experiência de implementação, execução e análises do perfil das alunas do Programa Mulheres Mil no IFSC nos anos de 2011 a 2013, observou-se que muitas mulheres poderiam ser excluídas da oferta via PRONATEC em função do perfil de baixa escolaridade que apresentam, cerca de 50% das alunas não tinham o ensino fundamental completo, ocasionando uma demanda reprimida, impossibilitando o acesso à Educação.

Já foram ofertadas quatro edições do programa: 2014, 2015, 2016 e 2017 e desde a primeira edição foram atendidas mais de mil mulheres catarinenses. Em 2014 o programa aconteceu nos oito câmpus: Canoinhas, Caçador, Criciúma, Gaspar, Itajaí, Joinville, Lages e São Miguel do Oeste. (240 vagas - 194 matrículas - 172 concluintes). Em 2015 o programa aconteceu nos 12 câmpus: Araranguá, Caçador, Canoinhas, Criciúma, Chapecó, Gaspar, Itajaí, Joinville, Florianópolis, Lages, São Miguel do Oeste e Tubarão. (325 vagas - 294 matriculadas - 224 concluintes). Em 2016 o programa aconteceu nos 12 câmpus: Caçador, Canoinhas, Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Gaspar, Joinville, Lages, Jaraguá do Sul-RAU, São Lourenço do Oeste, Urupema e Xanxerê (360 vagas - 328 matrículas - 256 concluintes). Em 2017 aconteceu nos 10 câmpus: Caçador, Chapecó, Criciúma, Canoinhas, Garopaba, Gaspar, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Tubarão e Xanxerê. (305 vagas - 281 matrículas - 236 concluintes).

Figura 2 – Logo do Programa Mulheres Sim



Fonte: IFSC, 2018.

Partindo do pressuposto da existência de mecanismos para o empoderamento, autonomia e inclusão, advindos de inovações sociais com origem na atuação das instituições de ensino superior, por intermédio de seus programas e projetos de extensão, evidencia-se a importância

da compreensão de como são e como atuam os programas e projetos de extensão das instituições de ensino, com características de inovação social.

Neste contexto surge a seguinte pergunta de pesquisa: **como o programa Mulheres Sim, desenvolvido pelo Instituto Federal de Santa Catarina, se caracteriza como inovação social?**

## 1.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral deste estudo é **analisar o programa Mulheres SIM, desenvolvido pelo Instituto Federal de Santa Catarina, como inovação social.**

### 1.1.1 Objetivo Específico

Com a finalidade de atender ao objetivo geral, os objetivos específicos são:

1. Descrever as especificidades do programa Mulheres SIM.
2. Identificar aspectos do processo de empoderamento, autonomia e inclusão que se relacionam com o programa Mulheres SIM.
3. Analisar os componentes que caracterizam o programa Mulheres SIM como inovação social.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

A relevância social da pesquisa, no caso do programa Mulheres SIM, que oferece educação profissional a pessoas do gênero feminino em situação de vulnerabilidade social, está em criar oportunidades de autonomia das mulheres por meio da transformação da realidade em que estão inseridas. Assim, incentivar ações que possibilitem o desenvolvimento das mulheres pode ajudar na diminuição de problemas sociais através da valorização da mulher, o acesso aos direitos, cidadania e possibilidades de geração de renda.

Além de colaborar com a evolução no campo social, através do presente estudo serão divulgadas ações para que outras instituições possam utilizá-las. Também poderá auxiliarna implementação de políticas públicas e/ou institucionais voltadas para a inovação social, criando assim, a possibilidade de contribuir na resolução de problemas sociais, e especialmente, beneficiará o IFSC, pois o órgão terá seu programa analisado à luz dos preceitos teóricos norteadores do campo da inovação social. Nesta perspectiva, as

contribuições práticas deste estudo poderão servir para a permanência destes tipos de ações e processos, de maneira contínua, incentivando as iniciativas inovadoras e ajudando na obtenção de recursos financeiros que privilegiem as ações que são pautadas em intervenções em prol do enfrentamento das agendas emergenciais do país, principalmente em instituições de ensino, visto que são atores importantes na promoção de inovações sociais.

As contribuições científicas desta pesquisa refletirão as características que a inovação social possa ter possibilitando assim a redução das lacunas em torno do tema que são resultado da ausência de um corpo consolidado de conhecimentos práticos e metodológicos e principalmente aprofundará a promoção da inclusão social, do empoderamento dos indivíduos e da autonomia através da inovação social. Ainda que inovações sociais sejam ideias que, quando implementadas beneficiem a sociedade, as investigações sobre o tema “não representam parcela significativa das pesquisas acadêmicas, e o conjunto de abordagens, metodologias e práticas ainda não se constitui num corpo consolidado de conhecimentos” (BIGNETTI, 2011, p. 4). Cajaíba-Santana (2014) e Mulgan (2006) citam que ao passo que o tema inovação visando lucratividade é exaustivamente investigado, a concepção inovação social recebeu generalizações vagas e necessita de aprofundamento.

Esta é mais uma pesquisa vinculada ao Grupo de Pesquisa em Inovação Social do Programa de Pós-Graduação em Administração da Unisul<sup>1</sup> que realiza atividades como: reuniões periódicas de estudo, debates institucionais, participação em eventos científicos e orientações de projetos de pesquisas. Assim, esta pesquisa proporcionará reflexões sobre a inovação social auxiliando na obtenção dos objetivos deste tipo de inovação: como o empoderamento, autonomia e inclusão.

---

<sup>1</sup>[www.grupodepesquisappga.wordpress.com](http://www.grupodepesquisappga.wordpress.com)  
[@grupodepesquisadeinovacoesocial](mailto:@grupodepesquisadeinovacoesocial)  
[grupodepesquisappga@gmail.com](mailto:grupodepesquisappga@gmail.com)

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo será apresentado o referencial teórico que servirá para a compreensão deste estudo e de relevância para o alcance dos objetivos pois dará suporte a análise do programa Mulheres SIM, desenvolvido pelo Instituto Federal de Santa Catarina, como inovação social. O capítulo contempla os seguintes tópicos e subtópicos: Inovação social, Inclusão, Empoderamento, Autonomia.

### 2.1 INOVAÇÃO SOCIAL

O termo Inovação é utilizado de uma forma ampla e tradicionalmente tem sido vinculada à competitividade econômica e à obtenção de lucro. As teorias relacionadas à inovação partem, na maioria das vezes, dos estudos de Joseph A. Schumpeter que em seu estudo clássico *Theorie der wirtschaftlichen Entwicklung* (Teoria do Desenvolvimento Econômico), afirma que “novas combinações” possibilitam o alcance de lucros grandiosos.

Assim, a concepção de inovação esteve até pouco tempo ligada principalmente ao domínio tecnológico, porém, a inovação social que busca a transformação social e o melhoramento da qualidade de vida a partir de soluções para os problemas da sociedade, ganhou importância nos últimos anos (ANDRÉ; ABREU, 2006; CAJAIBA-SANTANA, 2014). Murray *et al.* (2010) acreditam que o aumento do interesse pelo tema se deu pelo fato de que o vazio institucional e as políticas estabelecidas não foram satisfatórios na solução dos desafios da atualidade.

O primeiro a utilizar o termo inovação social foi Taylor em 1970 se referindo a novas formas de fazer as coisas com a intenção expressa de atender as necessidades sociais e, após isso, essa nova abordagem ganhou espaço nas discussões sobre inovação (CLOUTIER, 2003).

Para uma compreensão mais adequada do conceito de inovação social se faz necessário distingui-la dos conceitos de inovação tecnológica. André e Abreu (2006) afirmam que a distinção entre inovação tecnológica e social nem sempre é clara e já está no surgimento do conceito de inovação social. A inovação tecnológica surge visando aumento de lucro e evitar riscos relacionados à concorrência enquanto que a inovação social incide sobre o contexto e não só gera mas também visa, transformações das relações sociais.

A diferença principal entre inovação social e outros tipos de inovações é que a inovação social é orientada para o social e o bem público e não o mercado. Inovação Social é concebida como um processo que envolve interações sociais que não são explicadas somente

pela combinação de formas tangíveis de capital (físicas e financeiras), mas também inclui a combinação de formas intangíveis de capital. Os processos de empoderamento são considerados cruciais aspectos da inovação social, envolvendo atividades colaborativas entre o privado, público e terceiro setor(EDWARDS-SCHACHTER, et al., 2012).

Bignetti (2011) optou por diferenciar a inovação tecnológica da inovação social em função da finalidade, da estratégia, do lócus, do processo de desenvolvimento e da difusão do conhecimento. A finalidade da inovação social são as questões sociais, volta-se para a criação de valor e dos interesses dos grupos sociais e da comunidade. Em relação à estratégia são utilizadas as de vinculação permanente e de cooperação intensa entre os atores envolvidos no sentido de se obterem transformações sociais duradouras e de impacto, que possam representar mudanças nas relações e nas condições sociais. Na dimensão do lócus são voltadas para as ações comunitárias e frequentemente começa com esforços pequenos e locais, pois os recursos de alavancagem são escassos. O processo da inovação social é desenvolvido pela participação dos beneficiários e dos atores da comunidade durante todo o projeto, ou seja, são realizados através da relação e da cooperação entre todos os atores envolvidos e a característica em relação à difusão do conhecimento é que seguem mecanismos de difusão que favorecem a replicação e a expansão dos resultados a outras comunidades.

Tratando-se de inovação tecnológica a finalidade é resultado econômico e a apropriação de valor; as estratégias utilizadas são relacionadas às vantagens competitivas; o lócus refere-se à empresa na sua concepção aberta e fechada, nas quais elevados investimentos em pesquisa e desenvolvimento são destinados a gerar inovações radicais e a promover o desenvolvimento de processos e produtos que visam a estratégias de diferenciação no mercado; o processo se desenvolve através de etapas sequenciais definidas e controladas por ferramentas de gestão específicas e é gerenciado de dentro para fora, isto é, pela introdução de um novo processo de produção, de um novo produto ou serviço dirigido ao mercado; e, a difusão do conhecimento é de todas as formas blindadas de modo a permitir um período de exclusividade e um prazo para a obtenção dos lucros extraordinários (BIGNETTI, 2011).

Quadro 1 - Diferenças entre inovação tecnológica e social

Aspectos	Inovação Social	Inovação Tecnológica
Finalidade	Social.	Apropriação de valor.
Estratégia	Vinculação permanente e de cooperação intensa entre os atores.	Vantagem competitiva.
Lócus	Ações comunitárias.	Empresa.
Processo de desenvolvimento	Relação e cooperação entre todos os atores envolvidos.	Etapas sequenciais, definidas e controladas por ferramentas de gestão específicas.
Difusão do Conhecimento	Replicação e a expansão dos resultados a outras comunidades.	Blindado de modo a permitir um período de exclusividade e um prazo para a obtenção dos lucros extraordinários.

Fonte: Adaptado de Bignetti, 2011 .

A partir da constatação de tais distinções, Bignetti (2011) argumenta que a gestão da inovação social é diferente da gestão tecnológica e seu gerenciamento exige modelos diferenciados dos tradicionais modelos utilizados na gestão das inovações tecnológicas. Assim, as particularidades do processo da inovação social devem ser amparadas por metodologias próprias.

Partir do princípio que a inovação social visa e gera mudança social, auxiliando na alteração das relações de poder, exclui do campo os efeitos sociais que quase todos os processos de inovação tecnológica inevitavelmente acabam por gerar através do emprego, do consumo ou por outros meios menos diretos (ANDRÉ; ABREU, 2006). As inovações sociais são realizadas ou produzidas com a finalidade de promover inclusão social, melhorar a qualidade de vida e capacitar os agentes a fim de gerar mudanças no contexto em que atuam (ANDRÉ; ABREU, 2006) e social surge como uma das alternativas viáveis para enfrentar as necessidades da sociedade (BIGNETTI, 2011, p. 4).

Inovação social significa conhecimentos, ideias, ações e soluções novas ou melhoradas, mais efetivas e duradouras que as existentes, cuja finalidade é superar as dificuldades sociais nos mais variados espaços por meio da participação e colaboração de todos os atores envolvidos (PHILLS et al, 2008). Além disso, a inovação social é um processo de aprendizagem coletivo que se baseia no potencial dos indivíduos e dos grupos que consentem a efetivação de mudanças sociais e ainda possibilita a formação de novas relações sociais e novas estruturas sociais (BIGNETTI, 2011).

No quadro 2 são apresentados os conceitos mais significativos de inovação social e seus respectivos autores:

Quadro 2 - Conceitos de inovação social

Conceito	Autor
Formas aperfeiçoadas de ação, novas formas de fazer as coisas, novas invenções sociais.	Taylor (1970)
Conhecimento – intangível ou incorporado a pessoas ou equipamentos, tácito ou codificado – que tem por objetivo o aumento da efetividade dos processos, serviços e produtos relacionados à satisfação das necessidades sociais.	Dagnino e Gomes (2000), Dagnino <i>et al</i> (2004)
Uma resposta nova, definida na ação e com efeito duradouro, para uma situação social considerada insatisfatória, que busca o bem-estar dos indivíduos e/ou comunidades.	Cloutier (2003)
O processo de inventar, garantir apoio e implantar novas soluções para problemas e necessidades sociais.	Standford Social Innovation Review (2003)
A inovação social deriva principalmente de: satisfação de necessidades humanas básicas; aumento de participação política de grupos marginalizados; aumento na capacidade sociopolítica e no acesso a recursos necessários para reforçar direitos que conduzam à satisfação das necessidades humanas e à participação.	Novy e Leubolt (2005)
Mudanças na forma como o indivíduo se reconhece no mundo e nas expectativas recíprocas entre pessoas, decorrentes de abordagens, práticas e intervenções.	Rodrigues (2007)
Resposta nova e socialmente reconhecida que visa e gera mudança social, ligando simultaneamente três atributos: a) satisfação de necessidades humanas não atendidas pelo mercado; b) promoção da inclusão social; e c) capacitação dos agentes ou atores sujeitos, potencial ou efetivamente, a processos de exclusão/marginalização social, desencadeando, por via, uma mudança, mais ou menos intensa, das relações de poder.	André e Abreu (2006)
Ferramenta para uma visão alternativa do desenvolvimento urbano, focada na satisfação de necessidades humanas (e <i>empowerment</i> ) através da inovação nas relações no seio da vizinhança e da governança comunitária.	Moulaert <i>et al.</i> (2007)
Novas ideias que funcionam na satisfação de objetivos sociais; atividades inovativas e serviços que são motivados pelo objetivo de satisfazer necessidades sociais e que são predominantemente desenvolvidas e difundidas através de organizações cujos propósitos primários são sociais.	Mulganet <i>et al.</i> (2007)
O propósito de buscar uma nova solução para um problema social que é mais efetiva, eficiente, sustentável ou justa do que as soluções existentes e para a qual o valor criado atinge principalmente a sociedade como todo e não indivíduos em particular.	Phillset <i>et al.</i> (2008)
Nova ideia que tem o potencial de melhorar a qualidade ou a quantidade da vida.	Pol e Ville (2009)
Novas ideias (produtos, serviços e modelos) que simultaneamente satisfazem necessidades sociais e criam novas relações ou colaborações sociais. Em outras palavras, são inovações que, ao mesmo tempo, são boas para a sociedade e aumentam a capacidade da sociedade de agir.	Murray <i>et al.</i> (2010)
A inovação social surge como uma das formas de se buscarem alternativas viáveis para o futuro da sociedade humana e é o resultado do conhecimento aplicado a necessidades sociais através da participação e da cooperação de todos os atores envolvidos, gerando soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou para a sociedade em geral.	Bignetti (2011)
As inovações sociais podem ser entendidas como estratégias de adaptação para a permanência das mudanças sociais, que permitem a transformação da mudança de parâmetros parciais em novas disposições e modalidades de ações, trazendo novas soluções para as demandas atuais dos atores para melhorar as suas condições de vida.	Gabriela (2012)
A inovação social faz com que as sociedades fiquem mais sustentáveis e coesas através de práticas inclusivas, coprodução do bem público e das organizações de base social.	Grimm, Fox Baines e Albertson (2013)
Inovações sociais são inovações que funcionam como um motor da mudança social.	Cajaiba-Santana (2014)
A inovação social é um processo iniciado pelos atores sociais para responder a	Crises (2015)

uma aspiração, atender a uma necessidade, uma solução ou aproveitar uma oportunidade de ação para mudar as relações sociais, para transformar um quadro ou propor novas orientações culturais para melhorar a qualidade e as condições de vida da comunidade.	
Inovação Social é a geração de novas ideias e soluções que geram um impacto na solução de problemas sociais, envolvendo atores e partes interessadas na promoção de uma mudança nas relações sociais.	Agostini et al (2016)

Fonte: Elaborada pela autora (2018).

Porém, nem todo processo de transformação da sociedade é uma inovação social. Esta precisa ser intencional, nova e visar o objetivo desejado que é atender a uma necessidade social. O critério decisivo para tornar-se uma inovação social é a ação ser planejada e coordenada e atingir mudanças sociais através de novas práticas sociais (HELLSTRÖM, 2004; HOWALDT; SCHWARZ, 2010).

Um corte alternativo para os estudos sobre inovação social se refere aos arranjos ou aos meios de ação e de aglutinação de recursos utilizados por diferentes atores, permitindo o entendimento das mudanças geradas pela inovação social através de três focos distintos: indivíduos, organizações e movimentos. Tomada no conceito mais amplo é um sistema de atividades ou forças conscientemente coordenadas de duas ou mais pessoas, a organização é considerada como um arranjo cooperativo formal em que os propósitos individuais se alinham aos propósitos coletivos. Ainda mais, em sua amplitude, o conceito abrange empresas privadas, empresas sociais, instituições públicas e privadas, governos e outras modalidades formais de organização (BIGNETTI, 2011).

Cloutier (2003) lista os cinco critérios que o Comitê Diretor do Fórum sobre Inovações Sociais elencou para identificar uma inovação social:

1. ser inovador e experimental em um determinado contexto;
2. ter disposição para tomada de risco por parte dos interessados atores no projeto;
3. ter impacto nas políticas sociais a nível nacional ou local;
4. ter qualidade na parceria entre atores;
5. ter participação dos beneficiários no projeto.

O autor aproxima a inovação social a quatro dimensões para responder as perguntas: O que? Como? Quem? E por que? Citam-se: 1) o objeto (forma); 2) o processo de criação e implementação (processo); 3) o destino das mudanças (atores envolvidos); 4) os resultados obtidos (objetivos da mudança). Cloutier (2003) também classifica os tipos de inovação social em: centrados no indivíduo, orientados pelo meio e realizada nas empresas, conforme quadro 3.

Quadro 3 - Classificação das inovações sociais

Classificação	Tipo de Inovação Social		
	Centrada no Indivíduo	Orientada pelo Meio	Realizada nas Empresas
<b>Forma</b>	Imaterial, se opondo à noção de "produto"	Imaterial (novas relações sociais)	Novas formas de organização do trabalho
<b>Processo</b>	Interação e cooperação entre os envolvidos, desde a tomada de consciência da necessidade e, a concepção do projeto, até a execução	Criação de novas instituições ou modificação do papel das existentes	Desenvolvimento de novas estruturas de produção
<b>Atores envolvidos</b>	Indivíduos	Sociedade; Poder público	Direção e colaboradores
<b>Objetivos da Mudança</b>	Solução de problemas sociais	Melhoria da qualidade de vida	Perspectiva instrumental: necessidade de um rearranjo que facilite a criação do conhecimento e a inovação tecnológica; Perspectiva não-instrumental: melhoria da qualidade de vida no trabalho

Fonte: Patias et al, 2017, p. 129.

Uma tentativa de organizar e separar as diferentes visões e percepções da inovação social foi construído por Moulaert et al. (2005) e readaptada em trabalhos posteriores. Nestes trabalhos, os autores identificaram quatro fios condutores, dentro das ciências sociais, que se entrelaçam com o tema sendo elas: a) ciências da administração e economia; b) artes e criatividade; c) ciência política e administração pública participativa; d) desenvolvimento local.

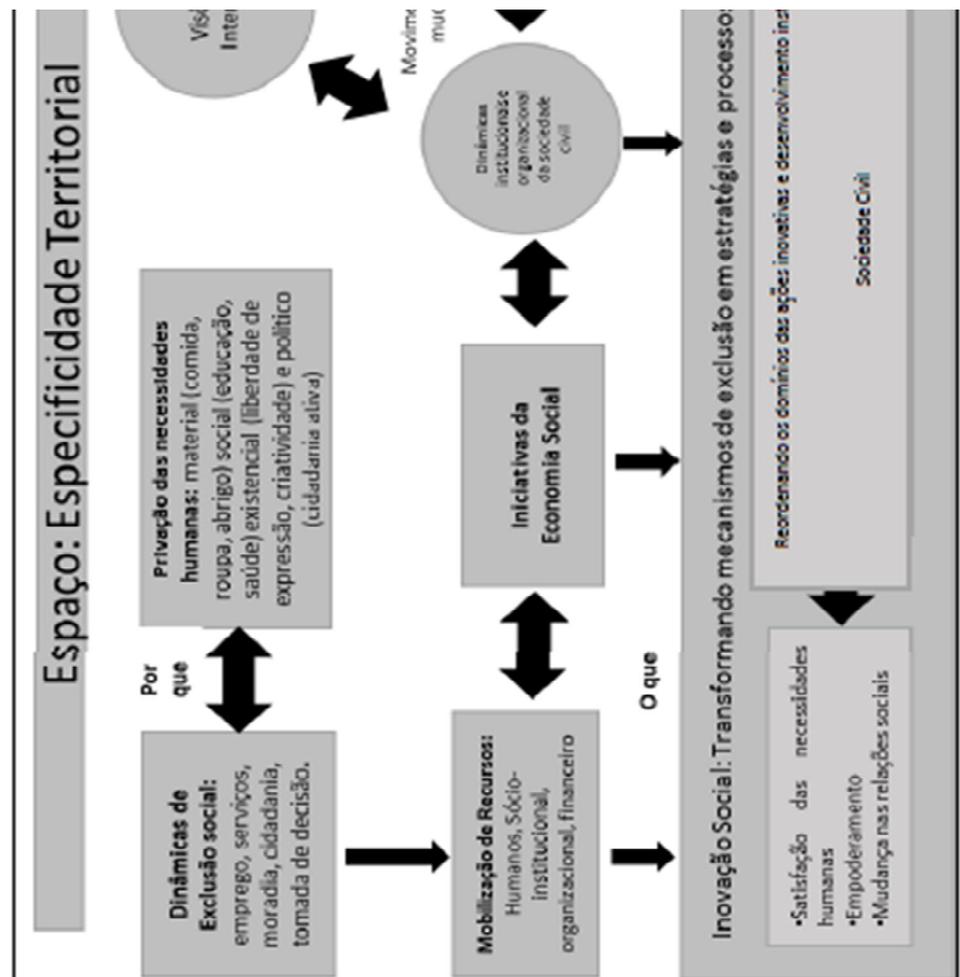
Os estudos do desenvolvimento local e territorial e da administração pública podem ser vistos como linhas que separam as características de eficiência e eficácia da inovação social. Portanto, para essas correntes o objetivo da inovação social é servir os membros e a comunidade por emergir como resposta às aspirações coletivas e por corresponder aos valores de equidade e justiça social (Bouchard, 2011). Para que isso aconteça, segundo Moulaert (2005), Moulaert et al. (2005) e André e Abreu (2006), ela deve responder aos seguintes anseios: 1) contribuir para a satisfação das necessidades humanas antes não satisfeitas, seja pelo mercado ou pelo Estado; 2) colaborar para o acesso aos direitos (inclusão política, políticas públicas redistributivas); 3) aprimorar as capacidades humanas (empoderar grupos sociais).

Em relação ao objeto de estudo, cada linha possui um objeto diferente. A linha do desenvolvimento territorial destaca a estrutura social catalizadora que fomenta a participação, promoção da inclusão social e empoderamento/autonomia de atores, antes excluídos da sociedade, através de movimentos sociais, organizações sociais, assim como políticas públicas (Moulaert, 2009, 2010).

As inovações sociais procuram responder os problemas socioeconômicos, geralmente por uma iniciativa estratégica que identifica e assegura novos processos, produtos e/ou serviços que melhoram a qualidade de vida dos atores sociais. Essas iniciativas estratégicas incidem no desenvolvimento do território, tendendo a serem ideias que geram novos arranjos nas relações sociais, como a implementação de novos processos de integração de indivíduos no mercado de trabalho, as relações intergeracionais, as relações de gênero e a participação cívica (Moulaert et al., 2013). Esses autores identificam a inovação social em três dimensões de desenvolvimento do território. (i) conteúdo: uma resposta original a necessidades humanas não satisfeitas, ou nem sequer identificadas como necessidades pelo mercado ou pelo Estado; (ii) processo: alterações nas relações sociais no sentido de igualdade de oportunidades, da justiça social e da autonomia das pessoas, promovendo assim a inclusão e a coesão social; (iii) empoderamento: aumento da capacidade sociopolítica e acesso aos recursos necessários para reforçar os direitos para satisfação das necessidades e participação social coletiva nas políticas pública.

Uma tentativa de ilustrar o funcionamento de uma inovação social, desde sua criação e objetivo, até a sua maturidade, foi construída no modelo ALMOLIN, Alternative Model of Local Innovation (modelo alternativo de inovação local) apresentado em diversos projetos e estudos (MOULAERT et al., 2005; MOULAERT, 2009; GONZALEZ et al., 2010). Este modelo interdisciplinar foi criado, usando elementos de diferentes campos das ciências sociais, nomeadamente a teoria crítica do Estado, sociedade civil, comunidade, bairros de habitação, desenvolvimento, organização, economia social e participação. Em conjunto, estas teorias permitem a compreensão da inovação social no desenvolvimento local, particularmente naquelas que surgiram em resposta a processos de alienação, exploração e exclusão de diferentes atores. Desta maneira, o modelo ALMOLIN analisa as dinâmicas da inovação social representando-as na Figura 3 desta pesquisa.

Figura 3 - Dinâmicas da inovação Social do modelo ALMOLIN



Fonte: Gonzalez *et al.* (2010, p. 52).

Na parte exterior da Figura 3, a influenciar todas as outras atividades, estão as dimensões espaciais e temporais. Enraizadas nas teorias holísticas, exclusão/inclusão social, dependência da trajetória, economia social e espaço e território da geografia, as dimensões representam o aspecto local das inovações sociais e o caráter de transição temporal que elas possuem em cada região. No centro do modelo está a dinâmica entre exclusão social e privação das necessidades humanas, que são combatidas através das dinâmicas de inovação social. Essas dinâmicas reagem contra a exclusão, muitas vezes, em forma de movimentos sociais, numa cultura de mudança em busca de uma nova identidade, cultura e visão para a supressão da alienação e humilhação do ser (GONZALEZ *et al.*, 2010).

Na parte inferior da Figura 3, o modelo mostra como as inovações sociais mobilizam recursos visando a satisfação das necessidades humanas, empoderar indivíduos e mudar as relações sociais no território entre a sociedade civil, Estado e o mercado. Dessa forma,

podem-se verificar, novamente, quais são os preceitos e valores relacionados com uma inovação social, ou seja, seu objetivo. De novo, a satisfação humana, o empoderamento, a inclusão social e as mudanças nas relações sociais são relevantes para que seja possível classificar algo como uma inovação social (GONZALEZ et al., 2010).

O modelo ALMOLIN também evidencia os porquês do nascimento de uma inovação social. Para os autores, as dinâmicas de exclusão social, como emprego, serviços, moradia, cidadania e tomada de decisão, são fatores relevantes para o surgimento de inovações que visam acabar com essas dinâmicas. A privação de necessidades humanas, como material (comida, roupa e abrigo), social (educação e saúde), existencial (liberdade de expressão e criativa) e política (cidadania ativa) são elencados como aspectos que fazem surgir inovações sociais (GONZALEZ et al., 2010).

Rodrigues (2007) após analisar a produção científica sobre inovação social e inspirada na proposta de Alan Touraine para análise dos níveis do sistema social (TOURAINÉ, 1985) agrupou os autores e suas obras em três níveis de análise (Quadro 4): inovações sociais centradas em indivíduos, em organizações e em instituições. A autora reconhece que os três níveis são interdependentes, visto que uma inovação social centrada em indivíduos, por exemplo, muito possivelmente reflete em organizações e em instituições. Assim, este agrupamento deve ser utilizado somente para uma primeira orientação do impacto da inovação social e não é, desse modo, um limitador dos níveis.

Quadro 4 - Níveis de análise das inovações sociais

Dimensões da Inovação	Indicadores de Inovação Social	Autores
<b>Atores Sociais (indivíduos ou grupos)</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumentar/favorecer autonomia e emancipação</li> <li>• Promover qualidade de vida</li> <li>• Sentido para o trabalho</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Novas formas de divisão e coordenação do trabalho (cooperação e geração de aprendizagem);</li> <li>• Novos atores sociais, antes excluídos ou marginalizados;</li> <li>• Novos papéis sociais (e/ou rearranjo de papéis sociais). Mudanças nas expectativas recíprocas nas relações sociais envolvendo pessoas excluídas;</li> <li>• Grau de inclusão de usuários ou beneficiários nos processos de decisão, concepção, desenvolvimento e entrega de bens e serviços sociais;</li> <li>• Grau de autonomia e processos decisórios;</li> <li>• Novas relações entre trabalho e família.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Auclair Lampron (1987)</li> <li>• Taylor (1970)</li> <li>• Cloutier (2003)</li> </ul>
<b>Organizações</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Formas Organizacionais</li> <li>• Formas de Governança</li> <li>• Aspectos Jurídicos, normativos e econômicos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Novas formas de divisão e coordenação do trabalho;</li> <li>• Novas configurações organizacionais: estruturas em rede, por projetos, matriciais;</li> <li>• Misturas entre recursos disponíveis (mercantis, não mercantis e reciprocidade);</li> <li>• Novas formas de governança: (interações com políticas públicas, empreendedorismo coletivo);</li> <li>• Grau de participação de diferentes <i>stakeholders</i> nos processos decisórios;</li> <li>• Novas possibilidades de acesso aos mercados (público e privado);</li> <li>• Objetivos da organização e benefícios individuais (monetários e não monetários) e coletivos (para a sociedade), em geral, alcançados pela mediação destas organizações.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cornforth (2003)</li> <li>• Gordon (1989)</li> <li>• Cloutier (2003)</li> <li>• Taylor, M (1996)</li> </ul>
<b>Instituições</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mudanças nos ambientes legal, político, social e econômico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Universalização de direitos;</li> <li>• Legislação sobre inclusão social e defesa de minorias;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lévesque (2002)</li> <li>• Cloutier (2003)</li> </ul>

Fonte: Rodrigues, 2007, p. 120.

Ainda que inovações sociais sejam ideias que, quando implementadas beneficiem a sociedade, as investigações sobre o tema “não representam parcela significativa das pesquisas acadêmicas, e o conjunto de abordagens, metodologias e práticas ainda não se constitui num corpo consolidado de conhecimentos” (BIGNETTI, 2011, p. 4). Cajaíba-Santana (2014) e Mulgan (2006) citam que ao passo que o tema inovação visando lucratividade é exaustivamente investigado, a concepção inovação social recebeu generalizações vagas e necessita de aprofundamento.

Para Mulgan (2006) essa negligência reflete a falta de atenção prestada à inovação social visto que os gastos destinados a soluções sociais inovadoras por governos, organizações não governamentais e fundações são pequenos quando comparada a inovação comercial. Apesar do pouco investimento, o governo tem muitas vezes desempenhado um papel importante nessa área devido a sua capacidade única de efetuar mudanças através de aprovações de leis, realocações da despesa pública e conferindo autoridade aos órgãos

públicos. Elliot (2013) também afirma que os estudos já reconhecem a fundamental importância das políticas públicas para o atingimento dos benefícios da inovação.

No Brasil a inovação social é ampliada à medida que as políticas públicas sociais voltadas para as necessidades da população como a educação recebam prioridade e conseqüentemente mais verba. É exemplo disso a expansão da rede de educação superior e profissional e tecnológica, composto por institutos federais e universidades, que teve como um dos objetivos potencializar a função social e o engajamento dos Institutos e Universidades como expressão das políticas do governo federal na superação da miséria e na redução das iniquidades sociais e territoriais. Em 2002 eram 140 unidades, em 2017 são 644; os municípios atendidos eram 119 em 2002 e são 568 em 2017 (MEC, 2017).

Um desses órgãos públicos que tem a incumbência de gerar inovações sociais são as instituições de ensino por meio do tripé “ensino, pesquisa e extensão”. Apesar de muitas dessas organizações demonstrarem níveis elevados de inovação tecnológica e darem prioridade para esta, outras já estão fazendo parcerias locais e regionais projetando alcançar expressivas mudanças sociais. O propósito da educação é trazer mudança e melhoria nos indivíduos e na sociedade em geral e a inovação social no ensino superior estimula e sustenta a diversidade, inclusão social, cidadania e parcerias e que estes são fundamentais para o crescimento econômico e para conectar a dimensão social da educação com a economia (ELLIOT, 2013).

As universidades são atores pouco investigados quando se trata de processos pelos quais essas podem se tornar estrategicamente mais favoráveis à inovação social (CUNHA; BENNEWORTH, 2013). Elliot (2013) sustenta que a literatura é em grande parte silenciosa sobre a contribuição do propósito e da estratégia das universidades relacionadas a essa inovação.

Por considerar os diversos elementos distintivos da inovação social que foi visto anteriormente, pode-se propor uma definição ampla. Considera-se que inovação social pressupõe uma solução nova ou uma modificação de algo já existente, orientada para a resolução de problemas sociais e originada nos diversos setores, privado, público e sociedade civil, ou na sua interconexão, onde os atores atuam de forma participativa, com o objetivo de satisfazer as necessidades não atendidas pelo mercado ou pelo Estado, promovendo a inclusão social, empoderamento dos indivíduos e autonomia. Portanto, na definição desenvolvida nessa investigação, a inovação social tem três objetivos, a inclusão social, o empoderamento e a autonomia. Nos próximos subitens aprofundaremos esses objetivos, sobretudo para que possamos utilizá-los na análise de dados.

## 2.2 INCLUSÃO

A inclusão é um movimento educacional, social e político que busca lutar pelo direito de todos os indivíduos participarem, de modo consciente e responsável, da sociedade em que estão inseridos, e de aceitação e respeito nos aspectos que os diferenciam dos demais (FREIRE, 2008). Para Booth (1998), a ideia de inclusão envolve dois conceitos básicos: o de comunidade e o de participação, pois ambos se conectam no processo de inclusão.

Refere-se a vários tipos de dimensões. Na dimensão política e cultural, é entendida como a participação plena e de forma ativa de todos os cidadãos nos processos que ocorrem na sociedade. Outra dimensão importante é a econômica que pode ser entendida como um processo que permitiria àqueles que hoje estão à margem do sistema socioeconômico (ou na economia informal) buscar alternativas de trabalho e renda através de atividades produtivas. É fundamental ressaltar também a dimensão tecnocientífica. A proposta da inclusão supõe que a geração de conhecimento seja coerente com os valores e interesses dos excluídos. Conhecimento este, imprescindível para alavancar processos autossustentados, autônomos e autogeridos de inclusão e capazes de romper o ciclo vicioso da exclusão social. Por ter uma natureza complexa, ele não pode atualmente ser produzido de forma autônoma pelos excluídos como seria desejável. É um conhecimento que deve ser produzido com a participação da comunidade de pesquisa. Conhecimento que, por isso, só será útil se for uma construção coletiva, envolvendo esses dois atores – movimentos sociais e comunidade de pesquisa – juntamente com outros, como as organizações não governamentais e algumas agências de governo que já têm percebido a necessidade dessa nova forma de construção de conhecimento (DAGNINO, 2014).

Trata-se de um processo de direito de todas as pessoas, de exposição sem barreiras à realidade. Indispensável para apreensão da realidade, para a construção do conhecimento, para o desenvolvimento do indivíduo e para a construção da sociedade. Excluindo o indivíduo, este perde em desenvolvimento enquanto a sociedade perde por não ter a oportunidade e a possibilidade de apreender uma significativa parcela de seus elementos constitutivos, representados pelos “diferentes” segregados. Com isto, se perde em consciência, em comportamento e conseqüentemente, em possibilidade de transformação (ARANHA, 2002).

Neste processo, é a sociedade que precisa se modificar para incluir todas as pessoas e ter a capacidade de atender às necessidades de seus membros e oferecer oportunidade a todos. A inclusão social é um processo que auxilia no desenvolvimento de um novo tipo de sociedade através de transformações nos ambientes, espaços, equipamentos, aparelhos, utensílios, transporte e na mentalidade das pessoas. Esta sociedade deve incentivar e fortificar as ações de aceitação das diferenças individuais e de valorização da diversidade humana e põe em evidência a importância do pertencer, do conviver, do cooperar e colaborar para que todos os indivíduos possam contribuir para uma realidade mais justa, saudável e satisfatória (SASSAKI, 1997).

É necessário tornar esse ideal uma realidade a cada dia. As atividades de cada indivíduo, das instituições e dos órgãos públicos, devem ser planejadas e executadas com o intuito de divulgar os direitos e programar ações que assegurem o acesso de todas as pessoas a todos os seus direitos. O processo de inclusão visando à igualdade de oportunidades implica em transformações em todas as pessoas e não se trata de um desafio fácil (DELLANI e DE MORAES, 2002).

De acordo com Sánchez (2005), existem diversos alcances para o termo inclusão, porém, mesmo que estes manifestem suas próprias particularidades, suas semelhanças referem-se ao comprometimento com o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e mais igualitária. A inclusão educacional é uma das concepções e é um caminho relevante no alcance da inclusão social, assim, os governos devem dar a devida importância e destinar o orçamento necessário para desenvolvê-la. A inclusão social também abrange a participação no mercado de trabalho e neste sentido, Dyson (2001) ressalta que os alunos não podem se considerar incluídos até que não adquiram as atitudes necessárias para participar da sociedade e do emprego e/ou até que as diferenças entre suas atitudes e as de seus iguais sejam consideráveis.

As desigualdades se encontram entre países, entre grupos étnicos, entre regiões, e inclusive entre gêneros (ROMANO, 2002). É necessário entender o desenvolvimento estruturado pelas mulheres quando estas se posicionam para usufruir da possibilidade de mudança de sua realidade e pensar sobre a sua colaboração nas transformações de suas vidas e das pessoas ao seu redor (ZORZI, 2008). Uma das mais relevantes alternativas para desenvolver a condição de agente da mulher é a educação, pois com esta é possível ter conhecimento e melhorar suas decisões e escolhas.

Segundo Sen (2010), garantir oportunidades de educação e emprego às mulheres (de uma forma que amplie sua autonomia) seria a primeira iniciativa para fortalecer seu poder de

voz dentro e fora da família e possibilitar sua inclusão nas discussões em que eram postas de lado. Estes aspectos colaboram para tornar mais forte o papel ativo e de agente das mulheres, e isso estimula uma postura independente e de empoderamento. O processo de empoderamento resulta no desenvolvimento de capacidades das pessoas pobres e excluídas socialmente para vencer as principais fontes de privação de liberdades (ROMANO, 2002).

A colaboração que as mulheres podem dar para pontos essenciais da vida de toda a sua família e, por consequência, da sua comunidade pode ser relacionado de uma forma bem intensa com as diversas vitórias atingidas por elas. Corroborar com as privações e com a manutenção de um papel limitado na sua condição de agente atingem todos no seu meio de vivência. Sen (2010) desenvolve alguns estudos com dados empíricos de alguns países para demonstrar a relevância do investimento em políticas públicas em que o público alvo sejam mulheres, e mostra a forte relação que existe entre uma maior inserção delas em algumas áreas, como da economia e da educação, e a redução das taxas de mortalidade infantil e fecundidade (SEN, 2000).

A condição de agente e a voz ativa das mulheres, fortalecida pela educação e pela inserção no mercado de trabalho, podem exercer influência na natureza dos debates de ordem pública sobre diversos temas que afetam a sociedade, incluindo taxas de fecundidade aceitáveis e prioridades para o meio ambiente (SEN, 2000). É possível inferir, então, e as evidências empíricas têm revelado isso, que quando as mulheres têm oportunidades de participar de forma mais ativa na família, na comunidade e na sociedade, elas contribuem de forma decisiva para o benefício de todos. Essa discussão tem sido levada bastante a sério nos trabalhos que refletem sobre a inserção das mulheres em espaços institucionais de poder, ou seja, nos espaços de interlocução com o Estado, como destacado por Prá (2001).

A relevância de incentivar as políticas públicas que colaborem com o processo de empoderamento aponta um viés radical na possibilidade de transformação das relações dessas mulheres. Isso está exposto nas discussões feministas e aparece resumido nas *variações* propostas por Sen. Partindo do pressuposto de que os indivíduos não partem das mesmas posições e não têm as mesmas chances e oportunidades que as outras devido a alguns elementos de diferenciação, há de se planejar medidas que atenuem, ou, até eliminem as desigualdades geradas por essas circunstâncias. No contexto específico das mulheres, é viável trabalhar, no mínimo, com duas variações apontadas por Sen (2000): as *heterogeneidades pessoais*, em relação ao sexo, e a *distribuição na família*, em relação à importância ou não das decisões das mulheres no seio familiar.

A percepção das contribuições individuais e dos intitamentos apropriados de mulheres e homens tem um papel fundamental na divisão dos benefícios conjuntos da família entre os membros de cada sexo. As circunstâncias que influenciam essas percepções (como por exemplo, o potencial das mulheres para auferir uma renda independente, trabalhar fora de casa, receber instrução, possuir bens) são crucialmente importantes para essas divisões. A influência de um poder maior e da condição de agente independente das mulheres inclui a correção das iniquidades que arruínam a vida e o bem-estar das mulheres em comparação com a situação dos homens. As vidas que as mulheres salvam por meio de uma condição de agente mais poderosa certamente incluem as suas próprias (SEN, 2000).

Como o bem-estar está diretamente relacionado à condição de agente e à liberdade dos indivíduos, as mulheres têm um papel decisivo na contribuição para o desenvolvimento das sociedades. O alcance da condição de agentes das mulheres tem sido negligenciado por estudos sobre desenvolvimento e esse fato precisa ser modificado, pois “pode-se dizer que nada atualmente é tão importante na economia política do desenvolvimento quanto um reconhecimento adequado da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres” (SEN, 2000, p.220).

Mariano (2005) cita que Simone de Beauvoir, em seu livro *O segundo sexo*, foi uma das pioneiras na crítica ao sujeito, pondo a prova sua presumida universalidade, neutralidade e unidade, alegando que no contexto social existem aqueles que ocupam a posição não específica, sem marcações (sexual, racial, religiosa), ‘universal’, e aqueles que são definidos, reduzidos e marcados por sua ‘diferença’, sempre presos as suas especificidades, designando o outro. Isto define a posição de homens e mulheres: “O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro” (BEAUVOIR, 2000, p.10). Ou de outra forma, “o masculino está investido dos significados de representação da totalidade, ao mesmo tempo em que possui a qualidade de um gênero frente ao outro” (HEILBORN, 1993, p.70).

A sociedade respeita de forma mais favorável a participação econômica dos homens. Isto é, a pouca inserção no mercado de trabalho, o pouco acesso a bens, em especial, as propriedades de terras e ao capital por parte das mulheres são relacionados à sua posição em relação aos homens na família e na própria sociedade. Por outro lado, alguns exemplos mostram que quando há a possibilidade de se quebrar essa “regra social” possibilitando às mulheres ingressarem na economia, o resultado tem sido exitoso tanto na esfera pessoal como na coletiva (ZORZI, 2008).

Existem muitas evidências de que, sempre que as mulheres conseguem alcançar as oportunidades que eram destinadas aos homens, alcançam os resultados esperados pela sociedade. SEN (2000, p. 233) ressalta:

Sempre que as disposições sociais diferem da prática tradicional da propriedade masculina, as mulheres conseguem tomar iniciativas nos negócios e na economia com grande êxito. Esta claro que o resultado da participação feminina não é meramente a geração de renda para as mulheres mas também a provisão dos benefícios sociais decorrentes de status mais elevado e da independência feminina. Assim, a participação econômica das mulheres é tanto uma recompensa em si (com a redução associada do viés contra o sexo feminino na tomada de decisões familiares) como uma grande influência para a mudança social em geral.

O resultado positivo averiguado a partir do aumento na participação das mulheres em atividades econômicas tem influenciado alguns organismos financeiros internacionais que vêm demonstrando interesse em financiar, por meio da liberação de micro créditos, empreendimentos comandados por mulheres. Os dados mostram, inclusive, que o percentual de devolução dos empréstimos por partes das clientes mulheres é elevado, e isso impacta de forma decisiva na expectativa de continuidade desse programa (SEN, 2000).

Em Butler (1990), os mecanismos de exclusão são constitutivos do processo de desenvolvimento do sujeito. Esse processo, por seu lado é omitido e internalizado à medida que as estruturas de poder que o executam alegam somente representá-lo. Butler (1990) reclama as exclusões criadas pelo sujeito universal baseada nessa relação entre poder e sujeito, inclusive em movimentos que requerem para si o papel de críticos da estrutura de poder vigente, como por exemplo, o feminismo. Sua alegação principal, portanto, é a de que o sujeito que retrata as reivindicações das mulheres é também resultado das relações de poder que deseja contestar (BUTLER, 1990).

Butler (2003), seguindo a ideia de Foucault, esclarece que os sistemas jurídicos de poder que determinam proibições, o errado e a exclusão não ajustam a vida política somente em disposições negativas. Ou seja, também determinam o padrão correto e os parâmetros de inclusão. Os sujeitos não sofrem somente opressão ou regulação por estas regras, eles são também seu resultado. Nessa lógica, a crítica feminista às relações de poder sujeitas a opressão, percebe-se, portanto, envolvida em uma contradição, dado que a “mulher universal” representada pelo feminismo é resultado das idênticas relações de poder que busca combater.

Por este motivo, o movimento feminista deve se esquivar da estratégia política de encontrar o motivo abrangente da dominação da mulher, assim como a de definir o sujeito universal submisso a essa dominação, uma vez que dessa forma legitima domínios de exclusão dentro do próprio feminismo. Para substituir essa estratégia, Butler sugere como

função principal do feminismo exteriorizar o processo de desenvolvimento da “mulher universal” pelos sistemas de poder, expondo as exclusões que deles se processam e que são por eles encobertas. Butler intitula isso de “genealogia feminista”, em termos nitidamente foucaultianos (BUTLER, 2003).

O estímulo a um novo modelo de desenvolvimento que possibilite a ampliação das liberdades substantivas e instrumentais dos indivíduos e que utilize o empoderamento como principal meio para a superação da pobreza e da tirania precisa encarar a questão do poder (SEN, 2001). Os indivíduos que se deseja empoderar geralmente estão em desvantagem e dificilmente lograram os recursos necessários de forma espontânea, sendo necessárias intervenções externas de indivíduos e instituições, consolidadas em atividades e programas de combate à exclusão, promoção de direitos e desenvolvimento, especialmente na esfera local e regional, mas com objetivo de transformar as relações de poder no âmbito nacional e global. Refere-se, portanto, a promoção de direitos de cidadania que proporcionem, principalmente, as classes de menor status socioeconômico, a expansão do que Sen (2000) conceitua como liberdades substantivas (HOROCHOVSKI, 2007).

Liberdades substantivas são aquelas que asseguram aos sujeitos a capacidade de participar como agentes e não pacientes dos rumos de sua comunidade. Além da perspectiva política, as liberdades substantivas resultam em direitos que garantam qualidade de vida, tais como segurança física e econômica, proteção contra fomes e doenças, mecanismos de combate a diversas formas de discriminação, transparência nas relações sociais. Para isso, é indispensável enfrentar as fontes de privação de liberdade, que formam obstáculos ao desenvolvimento: a pobreza econômica, a carência de serviços públicos e de assistência social e a negação de liberdades políticas e civis. A proposta é introduzir indicadores como participação democrática e sustentabilidade para avaliar o desenvolvimento das sociedades, indo além do crescimento econômico preconizado pelas teorias desenvolvimentistas tradicionais (SEN, 2000).

Por visar continuar nos temas relacionados com os objetivos da inovação social o próximo tópico, que complementa o conceito de inclusão social, é o do empoderamento, outro objetivo das inovações sociais.

### 2.3 EMPODERAMENTO

Os antagonismos ainda marcantes na sociedade do nosso tempo, nos provoca à reflexão intensa a respeito das visíveis contradições, expressas pelos reclames de comunidades e das

pessoas relegadas a um quase ostracismo. Nessa situação complexa e desafiadora, a busca por cidadania e pela inclusão educacional e social são imperativos que se consolidam como prática por meio do empoderamento.

O termo empoderamento pode ser caracterizado como um construto que representa um grande campo de componentes presentes na vida das pessoas no mundo contemporâneo. Com base na leitura de textos seminais de Paulo Freire (1969,1981) e das definições localizadas no Dicionário Paulo Freire, produzido por Streck e Redin(2008), percebe-se o protagonismo paulofreiriano na cunhagem do termo empoderamento. Assim sendo, empoderamento, como prática pedagógica, pode ser concebido como um movimento que tem o propósito de desenvolver a consciência do ser humano de modo a promover sua liberdade e o poder de participação na sociedade. Na época em que teórico cunhou o termo, seu foco eram as questões sociais que envolviam sobretudo a relação oprimido-opressor, pela qual o indivíduo figurava como agente passivo das decisões sociais e políticas que diziam respeito a sua vida e aos contextos no qual estava inserido.

Sem negar o binarismo opressor-oprimido, mas reunindo elementos semânticos que permitam transcendê-lo e/ou ressignificá-lo, Freire concebe que o empoderamento é o eixo que une consciência e liberdade e que é resultado de uma práxis de reflexão e de inserção crítica das pessoas, provocada pelos problemas e pelas perguntas que as colocam em ação. Sendo assim, empoderamento pode ser entendido como um processo que emerge das interações sociais pelas quais o ser humano é construído (STRECK; REDIN, 2008).

O termo empoderamento passou a ser utilizado em outros contextos mais específicos, para explicar fenômenos e conduzir ações que envolvem questões diversas de poder e de participação humana. Com contornos distintos do que propôs inicialmente Paulo Freire, paulatinamente o termo ficou mais conhecido por sua versão em inglês – *empowerment* – que significa “dar poder” a alguém para realizar uma tarefa sem precisar da permissão de outrem. Conforme Valoura (2008), o termo inglês trai o sentido original freiriano da expressão empoderamento que implica conquista, avanço e superação por parte daquele que se empodera (sujeito ativo do processo). Em Paulo Freire, a noção não pode ser reduzida a uma simples doação ou transferência por benevolência, como denota o termo inglês *empowerment*, que transforma o sujeito em objeto passivo.

Rodrigues e Santos (2004), no estudo “*Empowerment: estudo de casos em empresas manufactureiras*”, utilizam como referencial obras de autores da área de gestão empresarial, como Herrenkohl, Judson e Heffner (1999), Cunningham e Hyman (1999), Wilkinson (1997), Pfeiffer e Dunlop (1990). Os conteúdos destes livros revelariam o esforço de retomar o

sentido atribuído por Paulo Freire ao termo empoderamento. Com base no conteúdo desses estudos, Rodrigues e Santos (2004) compreendem *empowerment* como uma abordagem de projeto de trabalho que objetiva definir a outorga do poder de decisão e, assim, a autonomia e a participação ativa dos funcionários na administração das empresas. Nessa modalidade de gestão busca-se o comprometimento dos empregados em contribuir para as decisões estratégicas, com o objetivo de melhorar de modo integral o desempenho da organização. Segundo os autores, essa é uma alternativa diversa do paradigma tradicional de gestão. Esse novo paradigma estaria focado na desburocratização, descentralização, flexibilização e inovação (RODRIGUES; SANTOS, 2004). Entretanto, analisando-se os conceitos e suas aplicações nas empresas estudadas por esses autores, constata-se que, de modo geral, o paradigma que orienta essa modalidade de gestão para o *empowerment* continua seguindo o modelo tradicional.

Para além da compreensão do termo *empowerment* como “dar poder”, é possível, com base nos estudos até aqui apresentados, em especial no conceito de Wallerstein e Bernstein apud Tavolaro et al.(2007), asseverar que, de maneira geral, empoderamento significa uma ação social que promove a participação de pessoas, organizações e comunidades permitindo aumentarem suas consciências e assim desenvolverem maior poder sobre suas vidas individual e coletivamente.

Na perspectiva de Paulo Freire, muitas pesquisas sobre o empoderamento foram desenvolvidas, com abordagens teóricas e práticas em várias áreas de conhecimento, inclusive aquelas que se ocupam com as práticas de gestão nas organizações. No estudo de Casagrande e Patrício (2010), a promoção do empoderamento como estratégia de gestão na modalidade comunidade orgânica, que se traduz como mais um resultado da cultura de socialidade e aprendizagem contínua, é inserida na política da organização. Essa atitude organizacional gera potencialidade coletiva específica que promove a melhoria no desempenho das atividades de trabalho e, também, possibilita maior satisfação dos trabalhadores.

Na medida em que o indivíduo engajado nessa política torna-se uma “totalidade”, o empoderamento promovido pela política da uma organização costuma se expandir para o contexto social maior, tornando o mundo do trabalho ainda mais importante para a sociedade. Esse atributo, colocado como base do desenho da teia organizacional, é possível quando o processo de viver no ambiente de trabalho é guiado por princípios da práxis de comunidade cuja organicidade promove a participação igualitária e envolvente nos problemas e nas tomadas de decisão.

Tal forma de participação, para Casagrande e Patrício (2010), promove nos colaboradores um senso de autoestima e de empoderamento gerado pela sensação de adquirir importância ante os colegas e a organização. Isso se expressa, por exemplo, num certo senso de “orgulho” vivenciado no cotidiano de trabalho, como também num sentimento de “pertencimento”, que se traduz em satisfação particular e em ações que melhoram a performance da produção da empresa.

Vê-se, portanto, que a partir da matriz paulofreiriana, a noção de empoderamento, embora possa expressar distintas nuances, é predominantemente utilizada com o sentido de transformação do sujeito (individual e coletivamente) em agente ativo, através de processos que se diferenciam conforme situações específicas e concretas vida (MARTINS, 2003). De acordo com Horochovski e Meirelles (2007), o empoderamento transformou-se em categoria analítica e empírica em várias áreas, como: economia, saúde pública, sociologia política e, inclusive, na administração, constituindo-se também num instrumento que agencia fomento das organizações da sociedade civil e do governo, que aspiram cumprir com o objetivo de transformar a sociedade. *Mutatis mutandis*, por empoderamento podemos entender as intervenções com “capacidade de gerar processos de desenvolvimento autossustentável, com a mediação de agentes externos – os novos educadores sociais – atores fundamentais na organização e o desenvolvimento de projetos” (GOHN, 2004, p. 23).

Cabe enfatizar que na interseção com a noção e a experiência do gênero a ideia de empoderamento se desenvolve tanto em nível teórico quanto como instrumento de intervenção na realidade (IORIO, 2002). Na década de 1970 e 1980, grupos de mulheres por todo o mundo trabalharam com afinco no desenvolvimento da ideia e na efetivação de estratégias de empoderamento, visando à ruptura com práticas diversas condicionavam ou impediam a participação e a cidadania plena das mulheres (ROMANO, 2002).

Nas últimas décadas, contudo, a mulher tem ocupado maior espaço na política, nas grandes corporações, na educação e em diversas outras áreas e isso faz com que o empoderamento feminino seja um tema atual, na Academia, na mídia e em tantos outros espaços na sociedade. As questões concernentes ao empoderamento feminino se ampliam à medida que a mulher é mais e mais considerada como protagonista social na história (MIRANDA; SILVEIRA; HOELTGEBAUM, 2008).

A concepção de empoderamento traz consigo a ideia de mudança nas relações sociais, nas quais os indivíduos estão inseridos. Torna-se, portanto, instrumento necessário para se analisar os processos de mobilização e as iniciativas no esforço pela afirmação de direitos e na pretensão de superar as desigualdades entre mulheres e homens e suas implicações em

diferentes esferas como a social, econômica e política. O processo de empoderamento, assim, trata da adição de poder e controle efetivo das questões que permeiam a vida dos indivíduos (ZORZI, 2008).

A Organização Mundial da Saúde - OMS (1998) concebe empoderamento como um processo social, cultural, psicológico ou político através do qual pessoas e grupos tornam-se capazes de explicar suas necessidades, expressar suas preocupações, se envolver na tomada de decisões e atuar social, política e culturalmente na busca para atender suas necessidades.

Perkins e Zimmerman (1990, p.1) definem empoderamento como “um construto que liga forças e competências individuais, sistemas naturais de ajuda e comportamentos proativos com políticas e mudanças sociais”. É mister vincular esta visão de empoderamento com as ações de instituições e grupos que, através de processos/práxis, viabilizam condições para que os sujeitos obtenham controle sobre suas vidas, compreendam criticamente seus espaços de atuação e participem democraticamente dos diversos ambientes em que vivem.

Este processo tem a potencialidade de transformar sujeitos submetidos a alguma relação de opressão à condição de agente que busca as oportunidades necessárias para modificar essa lógica de submissão. Lisboa (2003) entende essa nova condição como resultante da apreensão de poder pelos próprios sujeitos e do fortalecimento de suas capacidades de se afirmarem como agentes da história.

O aumento de poder relaciona-se diretamente com as oportunidades dadas aos sujeitos para que se coloquem na condição de agente. Neste sentido, referindo-se especificamente as mulheres, Sen (2000) afirma que algumas particularidades do gênero feminino (possibilidade para auferir renda, direitos de propriedade, papel econômico fora da família, alfabetização e instrução) podem, de modo superficial, parecer exageradamente múltiplas e diferentes. O que essas particulares têm em comum é sua contribuição positiva, através da independência e do ganho de poder, para consolidar a voz ativa e a condição de agente das mulheres.

Lisboa e Manfrini(2005, p. 7) entendem o empoderamento como:

uma construção diferente das relações de poder, ou seja, procura potenciar pessoas ou grupos que têm menos poder na nossa sociedade; é um poder que vem de baixo, que reconhece os oprimidos como sujeitos da história. É um conceito importante para entender e dimensionar o fortalecimento de capacidade dos atores – individuais e coletivos – no nível local e global, público e privado, para a sua afirmação como sujeitos e para a tomada de decisões.

Como perspectiva emancipatória, empoderar refere-se ao processo pelo qual indivíduos, organizações e comunidades obtêm meios que lhes permitam ter voz, visibilidade,

influência e capacidade de ação e decisão. Assim, empoderamento é tornar os sujeitos possuidores de autonomia nos assuntos que afetam suas vidas. Como a obtenção desses meios normalmente não é automática, intervenções com algum tipo de coordenação são possíveis para o seu acesso (HOROCHOVSKI, 2006).

O conceito virou moda, houve a generalização do uso do termo e foi encaixado como um modo de legitimação de práticas muito diversificadas, e não necessariamente que tornassem os indivíduos empoderados como as propostas nos termos originais, obtendo-se a modificação substancial da sua abordagem que é a questão do poder. Mais pontualmente, a mudança nas relações de poder existentes não tem ocupado o papel central de preocupação e virou um item diluído entre os outros (ROMANO, 2002).

Há leituras distintas sobre as consequências do empoderamento feminino nos campos econômico, organizacional e político-social. A ideia de “sujeitos-mulheres” assumindo poder sobre suas próprias ações e estabelecendo seus planos autorais de existência, é constitutivo da visão orgânica, transformadora e inclusiva do empoderamento. (LEÓN, 2001).

A variável pobreza é um dos mais relevantes elementos que constituem a desigualdade de poder. As relações desfavoráveis de indivíduos e grupos (por exemplo: as mulheres pobres) e a privação de liberdade e de acesso a oportunidades ratificam a realidade da exclusão em vários âmbitos. Em face do que foi apresentado até o momento, é possível inferir que o empoderamento também traz consigo a convicção de que é possível subverter as estruturas injuntas de poder que promovem e perpetuam a pobreza em vários níveis (ANTUNES, 2003).

Assim sendo, o processo de empoderamento não pode ser política, social e cientificamente neutro pois exige o enfrentamento constante dos processos geradores da exclusão social. Dito de outro modo, empoderamento provoca “contágio” (leia-se: adesão de indivíduos e grupos em prol das lutas e causas sociais), não “asepsia” (leia-se: espaços e práticas de segregação e exclusão), pois pretende suprimir as relações de dominação que sustentam a lógica da miséria e da tirania, fontes de privação das liberdades substantivas dos sujeitos individuais e coletivos. A busca por relações mais iguais e justas faz com que seja necessário o combate a ordem artificialmente naturalizada e/ou institucionalizada da dominação (seja ela individual, grupal, nacional, internacional; seja ela econômica, política, cultural ou social). O empoderamento, assim, exige dos diferentes sujeitos o preparo para dirimir conflitos e o compromisso para com os mais pobres e oprimidos (ROMANO, 2002).

Para Mageste, Melo e Ckagnazaroff (2008) a noção de empoderamento feminino traduz a tomada de decisão das mulheres sobre suas próprias vidas nos diferentes ambientes

em que interagem, públicos e privados. Isto é, a atitude de ocupar o poder nos espaços decisórios em que emergem as diversas políticas que implicam seus direitos e demandas. Cabe ilustrar, para a consolidação da igualdade entre homens e mulheres há a necessidade do acesso, por parte das mulheres, aos bens diversos e ao poder – essa transformação decorrerá de um paulatino processo de empoderamento feminino. Como é possível observar, o empoderamento da mulher pode modificar as relações de gênero e é, por conseguinte, uma condição prévia para o alcance da igualdade entre o gênero masculino e o gênero feminino (DEERE; LEON, 2002). O empoderamento, desse modo, acarreta “a alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subalterna da mulher como um gênero” (YOUNG, 1993, p. 158).

Nessa perspectiva, o empoderamento pode ser analisado com base em duas óticas: A primeira é a abordagem que considera as pessoas e o poder como centrais nos processos de desenvolvimento e, assim, supõe que a ação social resulta na transformação. E a segunda é o processo pelo qual as pessoas, as organizações e as comunidades compreendem suas capacidades para produzir, criar e gerir, e assumem o controle sobre suas próprias vidas atuando com o intuito de mudar as relações de poder existentes (ROMANO, 2002).

Em consonância com as duas óticas complementares apresentadas, o processo de empoderamento acarreta no desenvolvimento das capacidades para combater as fontes de privação das liberdades. Da mesma maneira que cria possibilidades novas para o sujeito, oferece o discernimento para poder escolher, para implementar suas decisões e se beneficiar delas. Estas capacidades subjetivas dos sujeitos empoderados são atribuições que eles desenvolvem para fazer ou deixar de fazer coisas – suas competências e as possibilidades de decisão que ratificam as escolhas com base nas próprias vontades (SEN, 2001).

Seguindo esta lógica, o empoderamento feminino está vinculado ao fortalecimento dos atores sociais, visto que as desigualdades de gênero não podem ser atribuídas a falta de recursos para alterar a situação, mas a carência de oportunidades econômicas, sociais e políticas e requer uma ampliação das liberdades reais e da capacitação das mulheres. De certo modo, este tipo de empoderamento apresenta uma resistência às relações patriarcais, o que pode fazer com que se garantam às mulheres, por exemplo, o poder de determinar o que tange a sua própria sexualidade, ao seu corpo, ao seu direito de ir e vir, como também: repudiar a violência, o abandono e às decisões unilaterais dos homens que afetam a todos no ambiente familiar (MAGESTE et al., 2008).

Fortalecer a situação econômica das mulheres é socialmente benéfico de muitas maneiras, porém nem sempre diminui outros pesos ou extingue outras formas de pressão que

sobre elas incidem. (TANURE, NETO e ANDRADE, 2006). É sabido que somente melhoras do estado físico e o acesso a recursos básicos como comida, água, cuidado médico e educação, podem não gerar transformações substantivas nas relações de poder. Corrobora esta tese o fato que, não raro mulheres instruídas, bem remuneradas, com acesso aos recursos nutricionais e médicos, sejam vítimas dos abusos físicos e psicológicos de seus parceiros (BATLIWALA, 1997). As pesquisas sobre desigualdade de gênero já tiveram o foco voltado ao bem-estar, questões de remuneração e tratamento igualitários em relação aos homens, porém atualmente o debate aprimora-se e leva em consideração as relações entre os sexos, que trazem consigo as relações de poder, que são distribuídas de maneira desigual, sobrando para as mulheres uma posição subordinada (BAHIA e FERRAZ, 2000).

Há não muito tempo, as lutas dos movimentos feministas eram para que principalmente se obtivesse um tratamento mais justo e melhor para as mulheres. A atenção era mais sobre o bem-estar, porém, os objetivos se expandiram para ressaltar o papel ativo da condição de agente das mulheres. Essa ampliação é primordial, posto que, se por um lado o esforço pelo empoderamento feminino não pode desprezar a relevância de diminuir as desigualdades que aniquilam o bem-estar das mulheres, por outro, qualquer prática que vise aumentar o bem-estar feminino não pode desconsiderar a condição de agente das próprias mulheres para proporcionar tais mudanças (SEN, 2000).

É importante considerar o cruzamento entre a perspectiva do bem-estar e a perspectiva da condição de agente mesmo que, apesar de se complementarem, serem distintas em sua essência, posto que, o papel de um indivíduo como “agente” é essencialmente diferente do papel desse mesmo indivíduo como “paciente”. Pensar na necessidade de bem-estar das mulheres é relevante, porém, considerar somente isso resultaria numa noção restrita delas como sujeito. Entender o papel da condição de agente é essencial para reconhecer as mulheres como sujeitos responsáveis, que podem optar por agir ou não, e que devem assumir a responsabilidade por suas escolhas (SEN, 2000).

Sen (2000) esclarece este aspecto relacionando tal processo à condição de agente dos indivíduos e não de paciente. As alternativas elaboradas para atingir um melhor bem estar social ou individual, nessa situação, é algo que se almeje e não, somente, se receba. As mulheres já não são mais vistas, tanto por elas próprias como pelos homens, apenas como receptoras passivas de assistência para desenvolver seu bem-estar, mas sim, como agentes ativas de transformação: modificadoras sociais que alteram a vida das mulheres e dos homens.

Essa mudança dos movimentos feministas de um ponto de vista focado intensamente no bem-estar para um ponto de vista que resguarda a condição de agente ativa das

mulheres estabeleceu uma expansão primordial aos anteriores interesses, não expressando, de forma alguma, uma negação a esses interesses. A insuficiência em relação ao bem-estar das mulheres estava e está visível no mundo contemporâneo e é peça importante para alcance da justiça social, além disso, limitar a condição de agente ativa das mulheres prejudica a vida de todos os indivíduos – crianças, homens e mulheres (MAGESTE et al., 2008).

O empoderamento é um processo desafiador, pois age em situações de dominação – explícitas ou implícitas – visando subverter e desconstruir esse estado (ROMANO, 2002). Como ressalta Leon (2000), para entender o empoderamento, é necessário a compreensão de que este não é um processo que acontece da mesma maneira para todas as mulheres e também não é linear, com início e fim estabelecidos. O processo de empoderamento é diferente para cada pessoa ou para cada grupo de pessoas, e varia conforme o seu meio, sua história de vida, seu contexto, sua subordinação e sua localização. Dentre os objetivos do empoderamento feminino se destacam: desafiar a ideologia patriarcal que gera a dominação masculina e subordinação feminina, transformar as estruturas e instituições que reforçam e perpetuam a discriminação de gênero e a desigualdade social e qualificar as mulheres vulneráveis para que tenham oportunidades de obtenção dos recursos materiais e de informação e que saibam controlá-los (BATLIWALA, 1997).

Mageste et al. (2008) propõem analisar o processo do empoderamento em três níveis: o individual, o relacional e o contextual, como uma espiral que vai se ampliando e é interligada e cercada por relações de poder. Existe interferência, pressão e ligação uns aos outros e isso faz com que mudanças em alguns dos níveis também gerem alterações e adaptações nos demais – a ação de um acaba gerando uma reação no outro. Mas uma transformação drástica na estrutura de poder que sustenta a lógica sexista é lenta e paulatina. Até os seus resultados são absorvidos lentamente. O início do desenvolvimento do empoderamento pode se dar em qualquer um dos níveis indicados, mas o processo só se completa quando todos forem atingidos.

No nível individual a ideia inicial é o desejo de mudança da mulher e ela ser consciente de que lhe faltam recursos para executar suas capacidades de maneira completa. Partindo-se do pressuposto que o empoderamento gera a transformação de um indivíduo em agente ativo é a mulher que deve ser o foco nesse processo. Apoiada numa decisão pessoal de ganho de poder e autonomia ela desperta o interesse em enfrentar os obstáculos e adversidades. O formato do processo para que essa conscientização ocorra não é o mesmo para todas as mulheres, porém a convicção dessas mulheres de que existem dificuldades na obtenção e na dinâmica do poder é um dos principais desafios relacionados ao processo de empoderamento,

consequentemente a autoconscientização da subordinação de gênero um obstáculo para a transformação social (MARTINS, 2003).

Essa mesma noção é encontrada no processo analisado por Sen (2000) que descreve a relevância do agente individual que desempenha suas ações propiciando mudanças, orientado por seus próprios objetivos e valores. O nível individual está relacionado com a habilidade que o indivíduo tem de cuidar de si próprio se posicionando como sujeito da sua própria evolução de vida e a oportunidade de intervir no meio em que vive promovendo transformações sociais. A conquista da autonomia, da consciência, da motivação, da autoestima, da capacidade de decidir e de liderar, entre outros, revelam-se como um dos aspectos básicos do empoderamento.

Contudo, superar esse nível não é tarefa simples. Mesmo quando a mulher tem consciência da situação de subordinação em que está, responsabilizar-se pelos riscos de assumir uma luta contra as relações de poder em que ela se encontra é muito mais desafiador do que pode se imaginar. Acabar com os padrões já estabelecidos e se arriscar por alternativas desconhecidas pode ser amedrontador e exige perseverança e coragem (MAGESTE et al., 2008).

Outro nível é o relacional, pois, o processo de empoderamento implica em estar vinculado a outros atores necessitando assim, sempre analisar o contexto e as relações de poder nas quais a mulher está inserida. Incluem nesse nível, as influências familiares, os valores culturais e seus questionamentos disseminados durante a formação na infância e juventude que fazem com que as mulheres atuem sua própria opressão por meio de conjuntura complexa de sanções religiosas, tabus sociais e culturais, superstições, hierarquias entre as mulheres no interior da família, condicionamentos, retraimentos, limitações da mobilidade física, discriminação de alimentos e outros recursos familiares e controle da sua sexualidade. Também se encontram nesse nível os impactos da educação formal, da escola, dos conteúdos que apreendeu, dos mestres que a mulher tinha como inspiração e exemplo (MAGESTE et al., 2008).

A educação é condição fundamental para o empoderamento feminino constituindo-se como um dos recursos mais relevantes no processo de emancipação, pois, fornece saber, habilidades e autoconfiança, indispensáveis para a participação integral na sociedade. Caso uma formação escolar qualificada não seja acessível às mulheres, estas dificilmente estarão aptas a concorrer aos melhores empregos, avançar na carreira, influenciar politicamente, ter participação e representação no governo. A mulher que apresenta sua condição de agente

reconhecida e consolidada tem a possibilidade de exercer influência nas decisões da família e assim impulsionar o bem estar da família (MAGESTE et al., 2008).

Mulheres com níveis de escolaridade maior, na maioria das vezes, têm mais oportunidades para melhorar a qualidade de suas vidas e de suas famílias. São mais instruídas para melhor usufruir dos benefícios e dos serviços disponíveis, assim como, para criar oportunidades alternativas e encontrar meios de apoio. Os efeitos da educação são manifestados das mais diversas formas no empoderamento feminino, tais como: expansão nas possibilidades de geração de renda, liberdade nas decisões pessoais, entendimento e controle sobre a própria fertilidade e uma ampliação no envolvimento com a vida pública. Todavia, esses efeitos não são imediatos, sujeitos a conjunturas específicas e dependem do contexto em que essas mulheres estão inseridas, do grau de estratificação sexual na cultura predominante, do nível de desenvolvimento econômico e da situação do mercado de trabalho (BARROSO, 2004).

Dentro do nível relacional também pode ser destacado como importante a participação em grupos sociais que prestam suporte e estímulo para o desenvolvimento das capacidades das mulheres. Este apoio pode partir de diversas instituições privadas, como associações de bairro, movimento estudantil, ONGs, etc. (MAGESTE et al., 2008). Aqui se pode incluir também o auxílio que as instituições de ensino prestam através da extensão.

No terceiro nível de análise do empoderamento, o contextual, se torna mais perceptivo a necessidade de transformação, são realizadas as lutas maiores e são aplicados os maiores esforços. Este nível é muito amplo abrangendo uma enorme quantidade de conteúdos o que oportuniza a utilização de estatísticas e estudos de alcance relevante sendo possível assim, a visualização da realidade que precisa ser mudada. São temas do nível contextual: as demandas de segurança econômica, reconhecimento social, individual e coletivo, alcance de bem-estar e saúde, representação equitativa de mulheres nos ambientes de tomada de decisão, voz na formulação de políticas que afetam o lugar e o ambiente em que se encontram.

As mulheres podem ter uma percepção diferente dos interesses e problemas e, mesmo assim, a definição de prioridades é feita sem uma representação justa/igual. Por isso é importante a representação de um volume relevante de mulheres que estão aprendendo e se engajando na tomada de decisão. A participação econômica é também um aspecto importante no nível contextual, pois serve não somente para ampliar a renda da família e estimular o desenvolvimento econômico nas comunidades, mas também para diminuir as desigualdades em relação à pobreza entre homens e mulheres (MAGESTE et al., 2008). A participação econômica é também um aspecto importante no nível contextual, pois serve não somente para

ampliar a renda da família e estimular o desenvolvimento econômico nas comunidades, mas também para diminuir as desigualdades em relação à pobreza entre homens e mulheres (MAGESTE et al., 2008).

Para Horochovski e Meirelles (2007), empoderamento é uma variante com múltiplas dimensões, de escopo variável abrangendo dos indivíduos até o ambiente global. Logo, não ser generalizada como algo que se tem ou não de forma completa. O que pode ser analisado são os graus de empoderamento, pois as categorias que o compõe também somente podem ser examinados dessa forma. Utilizando a emancipação ea autonomia como exemplo, nunca se é completamente emancipado ou autônomo (sequer empoderado), pois as pessoas estão inseridas em contextos nos quais se deparam com coerções maiores ou menores. Também não se podem considerar condições de plena heteronomia. Pode-se pensar em várias dimensões do empoderamento na operacionalização de uma pesquisa sobre o tema. Horochovski e Meirelles (2007) classificam como dimensão de níveis de empoderamento ou sujeitos empoderados, os seguintes: empoderamento individual ou intrapessoal, empoderamento organizacional e o empoderamento comunitário.

O empoderamento individual ou intrapessoal acontece quando sujeitos se auto percebem como possuidores de meios que lhes possibilitem influenciar e ter o controle sobre as situações que afetam suas vidas. Apesar de ser vigorosamente influenciado por aspectos psicológicos como traumas, experiências, autoestima, temperamento– o empoderamento individual é relacional, uma vez que é resultado da compreensão que o sujeitos têm de si mesmos em suas relações com as diferentes situações e pessoas (PREITZER, 1995). Pode ser considerada uma variável mediadora entre o sujeito e o contexto que o cerca, sofrendo influência de antecedentes socioestruturais: empoderamento envolve uma compreensão crítica do ambiente sociopolítico, não sendo um traço de personalidade estático, mas sim um ‘construto dinâmico contextualmente orientado (ZIMMERMAN, 1990).

Ocorre empoderamento intrapessoal quando as pessoas se sentem: capacitadas para lidar com determinada situações, que seu comparecimento é importante, que têm mais possibilidades e meios para atuar que ameaças e restrições. Lideranças que participam e dão exemplo em encontros em que há interação podem ser considerados agentes relevantes de empoderamento intrapessoal. Não possuindo um nível mínimo desse empoderamento, o encorajamento para ser ativo na participação dos debates sociais é fortemente restringido, pois o indivíduo já entra na discussão se sentindo fracassado(RICH et al., 1995).

O empoderamento intrapessoal trata, então, sobre a identidade pessoal e sua formação pelo próprio sujeito. Ainda que esse conceito tenha validade para qualquer indivíduo, a

bibliografia sobre o empoderamento foca, geralmente, em categorias menos empoderadas, como trabalhadores marginalizados, jovens, idosos, portadores de doenças crônicas, representantes de minorias marginalizadas, dependentes de drogas, mulheres, etc. (PERKINS E ZIMMERMAN, 1995).

O empoderamento organizacional é o empoderamento ocasionado pela e na organização, podendo esta ser pública ou privada, através de métodos da partilha da liderança e do poder de decisão, o que transforma as deliberações mais horizontais e coletivas (PERKINS E ZIMMERMAN, 1995). É o que pode ser considerado como democracia interna, e quertrata uma tendência atual de diversas instituições diminuïrem o sistema de hierarquias e de divisão entre pensar e executar (SPREITZER, 1995). Tratando-se dos promotores da inovação social, o empoderamento organizacional é retratado quando o publico alvo participa, de alguma forma, das decisões estratégicas e operacionais, contribuindo para a construção de uma identidade coletiva democrática.

Empoderamento comunitário é o processo pelo qual os indivíduos e grupos elaboram estratégias e executam ações, através da participação, para alcançar os propósitos definidos coletiva e consensualmente. Entretanto, para se obter consenso enfrentam-se conflitos e tensões em um processo que necessita de debate e convencimento já que os integrantes de umacomunidade nãotêm os mesmos anseios. Neste processo, a participação amplia a consciência que leva ao aumento desta e cujo resultado é a contribuição para a criação das identidades coletivas e individuais, que também resulta no aumento da consciência e continuamente.O alcance da consecução dos objetivos planejados na comunidade depende da procura e obtenção de recursos – internamente ou externamente –, da atuação nas decisões que interferem na vida da comunidade e da consolidação das instituições que mediam os anseios da comunidade com outras organizações eatores (PERKINS E ZIMMERMAN, 1995).

Para Horochovski e Meirelles (2007) os níveis ou sujeitos de empoderamento descritos acima requerem a mesma atenção, pois o empoderamento é composto pelos três problemas em qualquer um deles, na maioria das vezes,afeta os demais. Esta orientação deve ser observada por programas e ações que não dão a devida importância as interações entre individuo e contexto na formação dos comportamentos e das identidades. Também não é o recomendado dar mais importância para o coletivo em detrimento do individual. Todos os três níveis ou sujeitos de empoderamento geralmente se cruzam na criação das identidades coletivas e individuais e a condição para que esse processo seja bem sucedido e atinja os anseios dos sujeitos é que os interesses individualistas são debatidos com princípios de solidariedade.

Segundo Perkins e Zimmerman (1995), nos três sujeitos ou níveis, se diferenciam os processos de empoderamento dos seus resultados. Os processos envolvem: no nível individual, a atuação nas instituições da comunidade; no nível organizacional, as decisões tomadas de forma coletiva e a liderança compartilhada; e, no nível comunitário, ações coletivas para obter meio de ajuda do governo e da sociedade. Contudo, os processos, por si só, não asseguram o empoderamento. É fundamental inserir procedimentos para avaliar grau de empoderamento atingido (RICH et al., 1995). Os resultados devem conter: no nível individual, a percepção do controle sobre determinadas circunstâncias e capacidades de mobilizar; no nível organizacional, a expansão das redes, a evolução organizacional e a promoção de políticas; e no nível comunitário, recursos comunitários acessíveis, a clareza de múltiplas ideias e a presença de acordos organizacionais (PERKINS E ZIMMERMAN, 1995).

Este processo de empoderamento também se verifica em diversos âmbitos da vida social, visto que os sujeitos se envolvem em diferentes esferas no seu convívio transformando esse processo em um formato dinâmico e não fragmentado. Transformações nas dimensões econômicas refletem na tomada de consciência e que por sua vez refletem nas outras diversas esferas, por exemplo. Considerando essa dinâmica, é relevante ressaltar a mediação essencial neste processo no que se refere ao envolvimento de diversos sujeitos e a existência de agentes estratégicos ou externos (ZORZI, 2008).

Nas ações pautadas no empoderamento das pessoas por meio de projetos e programas desenvolvidos pelo governo, bancos e agências de desenvolvimento multilaterais e bilaterais é costumeiro que a noção de empoderamento seja de uma dádiva, de alguma coisa que possa ser concedida. Nestas situações, a essência é facilitar o acesso aos recursos externos, bens ou serviços, não tratando como prioridade a construção de autoestima e confiança das pessoas e os processos de organização da comunidade. Mesmo quando a participação seja promovida, seu teor fica limitado, simplificado a algumas tomadas de opinião no começo dos programas (SEN, 1997).

O empoderamento não é alguma coisa que pode ser feito a uma pessoa por outro alguém. Os atores de mudança externos podem ser essenciais com estimuladores iniciais, mas o ímpeto do processo é resultado da abrangência e velocidade com que os sujeitos e suas instituições transformam a si mesmos. Nem o poder público, nem as agências, nem as organizações da sociedade civil empoderam os indivíduos e as instituições; os indivíduos e as instituições se empoderam a si mesmos. O que as ações, programas, projetos e as políticas fazem é desenvolver um ambiente que auxilia o empoderamento ou, de modo oposto, colocar obstáculos no processo (SEN, 1997).

A generalização do uso da palavra e da abordagem reduziu as práticas sociais e as políticas do empoderamento a questões instrumentais e técnicas. O empoderamento se transformou, em muitos casos, em uma técnica que envolve determinados métodos não sendo priorizado o multifacetado processo político e social. A capacitação se tornou o elemento principal na maior parte dos programas e projetos proporcionados pelos bancos, agências de desenvolvimento multilaterais e bilaterais, organizações da sociedade civil, e governos. Multiplicaram-se cursos de capacitação conduzidos por entendedores das metodologias participativas de empoderamento e assim, o empoderamento começou a ser objeto de ensino nas salas de aula, em prejuízo da troca de experiências e da criação de soluções elaboradas coletivamente perante aos contextos de poder e dominação. Os efeitos políticos da ação pedagógica foram supervalorizados em detrimento dos efeitos pedagógicos da ação política (ROMANO, 2002).

Existem diversas discussões sobre a questão do poder, porém, serão citadas somente as grandes duas visões que são as que mais se vinculam ao conceito e a abordagem de empoderamento. A primeira concepção, observa o poder como habilidade de controlar alguém ou algo, incluindo as ações e capacidades dos outros. A noção básica é poder sobre e este se mostra como um elemento finito, transferível, tomável: para que alguns ganhem poder, outros o perdem. Ele pode ser delegado ou tirado e acontecendo inversão na relação de poder, quem tem o poder pode não simplesmente o perder mas também o ver sendo contra ele próprio (IORIO, 2002).

A segunda concepção, que se baseia em Foucault (1926-1984), não pensa o poder como uma substância finita e que pode ser destinado a algo ou a alguém. Nessa visão o poder é relacional; formado numa rede de relações sociais entre indivíduos que tem algum nível de liberdade; sendo sua existência condicionada a sua utilização. O poder está contido em todas as relações e sem poder estas não existiriam. Inclui-se neste ponto de vista a ideia de que a resistência é uma forma de poder e onde há poder há resistência (IORIO, 2002).

A visão foucaultiana amplia a noção de poder. O poder não incide somente sobre recursos – financeiros, físicos, humanos -, e atitudes, ideias, crenças e valores. É importante distinguir outras dimensões de exercício do poder. Por exemplo, o “poder para” fazer algo que tem como resultado possibilidades e ações; o “poder com” que utiliza a ideia de que o todo é maior que as partes, principalmente quando uma comunidade enfrenta os problemas conjuntamente, por exemplo, homens e mulheres indagando a desigualdade entre os gêneros; e o “poder de dentro”, isto é, a força espiritual que reside em cada uma das pessoas e serve de apoio para a auto aceitação e o auto respeito, e que se manifesta com o respeito e a aceitação

dos outros como iguais. Estas dimensões de poder: “poder para”, “poder com” e “poder de dentro” não são finitos, e podem se desenvolver de forma progressiva com a sua utilização (IORIO, 2002). O exercício destes poderes por um grupo não obrigatoriamente diminui o poder dos outros, contudo, de qualquer forma esse desenvolvimento provoca transformação nas relações (ROMANO, 2002).

O conceito de poder para Lebrun (1981) é semelhante ao conceito de dominação definido por Max Weber como a probabilidade de que uma ordem com um determinado conteúdo específico seja seguida por um dado grupo de pessoas. Para o filósofo, não se pode confundir poder com autoridade, apesar de os dois serem uma maneira de fazer com que uma pessoa faça o que a outra queira que ela faça. No poder, se não há coação física propriamente dita, pelo menos há perspectiva de que no futuro se o indivíduo não fizer o que o outro quer ele faça, ele vai sofrer coerção. Assim, o poder tem essa característica específica de coercibilidade enquanto a autoridade está mais vinculada a ideia de consenso, ou seja, numa relação onde exista A e B, B vai fazer o que o A quer não porque ele se sente coagido mas porque ele é convencido a fazer aquilo. E esse convencimento tem uma sustentação muito forte na legitimidade do A (que está dando a ordem). Ou seja, B faz aquilo porque é convencido, mas principalmente por reconhecer que B pode dar aquela ordem sobre ele. Na relação de poder não é isso que acontece. O B vai fazer aquilo que o A quer que ele faça não porque ele concorda ou reconhece que o A pode lhe dar aquela ordem, mas porque B acha que vai sofrer algum tipo de sanção no futuro. Uma consequência disso é que uma relação de poder sempre será uma relação hierárquica, ou seja, B sempre estará submetido ao A. Mesmo que a relação deles seja amistosa, é uma relação de subordinação.

Em resumo, nos diversos contextos e em todas as relações sociais é possível reconhecer o exercício de poder, seja qual for a dimensão (poder sobre, poder para, poder com, poder de dentro). Nas circunstâncias de pobreza incidem todas essas dimensões de poder, porém, de maneira diferenciada conforme as peculiaridades dos cenários. Enfrenta-se, assim, a provocação de conseguir distinguir e compreender as relações de poder e os tipos de exercício de poder principais e secundários que definem as características de cada quadro de pobreza. A observação e exame das relações de poder e das situações de dominação resultantes tem que ser o ponto central no desenvolvimento do processo do empoderamento, seja qual for o nível (pessoal ou grupal), o território (local, regional, nacional, global), a dimensão (social, política, econômica, cultural, ambiental) ou os objetivos (estratégicos ou organizacionais) que se beneficiem (ROMANO, 2002).

O empoderamento é um meio para a mudança das relações de poder existentes e para dar resposta a problemas sociais como o sexismo, a violência e a pobreza. É um meio de idealização de um futuro possível, palpável, apto a resgatar as expectativas e esperanças da sociedade e de impulsionar suas forças para lutar por seus direitos nos mais variados âmbitos. O empoderamento também é uma finalidade, pois o poder é sua parte fundamental, sendo por isso essencial na superação do estado de miserabilidade humana. O empoderamento demanda continuamente renovação para assegurar que o jogo de forças social não retroceda, pois, caso contrário, novamente se estabelecem as práticas de dominação geradoras de pobreza em vários níveis (ROMANO, 2002).

Desta apresentação, são resgatados elementos da análise empírica do presente trabalho. Em especial, no que se refere aos recursos do empoderamento, uma vez que apresentam dimensões essenciais nas propostas de inclusão social e também nos projetos de inovação social. Assim como os níveis individuais e coletivos do empoderamento e as suas formas de expressão, os motivos e escopos também são enfatizados. Vale ressaltar que, das noções aqui apresentadas releva-se, especialmente, a inclusão de atores que se encontram vulneráveis por algum motivo nas dinâmicas de desenvolvimento inovadoras e sociais, mediante a catalisação das suas capacidades intrínsecas e coletivas. Analisando este cenário como um processo, é possível verificar a importância do empoderamento nas dinâmicas de inclusão social, e do papel da autonomia para a sua concretização. Assim sendo, segue-se o debate sobre autonomia.

## 2.4 AUTONOMIA

A temática da autonomia ganha progressiva importância como agente de empoderamento. Nesta pesquisa interessa, especialmente, as implicações que esta tem nos processos de inovação social. Define-se autonomia, de acordo com o estudo da origem da palavra, como o poder de dar a si a própria lei, autós (por si mesmo) e nomos (lei) e este poder não é alguma coisa absoluta e ilimitada e tampouco significa autossuficiência. Autonomia é contrária a heteronomia, que em resumo é toda lei que se origina de outro, hetero (outro) e nomos (lei). Representa uma dimensão particular cuja existência é efetiva no interior dos próprios limites que a diferenciam do poder dos outros e do poder em geral, e que mesmo sendo diferente é compatível com as outras leis (ZATTI, 2007).

Para Mora (1965), autonomia é uma realidade que é orientada por uma lei própria. Cita duas perspectivas para o termo autonomia: a ontológica é atribuída a determinados âmbitos da vida que são autônomas em relação aos outros, como o exemplo: vida orgânica versus inorgânica. A perspectiva ética, desenvolvida por Kant, é relativa a uma lei moral que tem em si seu fundamento e a razão da própria lei.

A definição do Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia de Andre Lalande (1999) para autonomia é: a condição de um indivíduo ou de um grupo, em que eles mesmos determinam a lei à qual se submetem (LALANDE, 1999). Partindo do princípio que autonomia é “condição” e que ela se dá na realidade e não somente na consciência dos indivíduos, seu desenvolvimento abrange duas concepções: o poder de estabelecer a própria lei e também a capacidade de fazer. A primeira concepção está relacionada à liberdade e ao poder de conceber, fantasiar, imaginar, decidir, e a segunda a habilidade de realizar. O pensar autônomo necessita ser também fazer autônomo, ou seja, para que exista autonomia as duas concepções devem estar presentes. O realizar acontece no mundo e consequentemente está restringido pelos diversos tipos de leis, convenções, pelos outros, ou seja, a autonomia é delimitada pela obediência às regras, não é absoluta. Logo, não se deve confundir a autonomia com autossuficiência (ZATTI, 2007).

Partindo do pressuposto de que autonomia é a condição de quem define a própria lei, a condição de quem é definido por alguma coisa estranha a si é heteronomia. Para Lalande (1999), heteronomia é condição de um indivíduo ou grupo que recebe do meio externo a lei à qual se submetem. Circunstâncias que envolvem desconhecimento, falta de recursos materiais, mau-caratismo, e outros, estabelecem as condições impostas que suprimem ou acabam com a autonomia, sendo consideradas, portanto, como heteronomia. Para que o indivíduo exerça a autonomia é necessário algo que não seja anteriormente definido para que possa desempenhar a habilidade de se determinar.

É em Kant<sup>2</sup> (1724-1804) que a questão da autonomia através do esclarecimento ganha maior força. Para ele, autonomia representa a independência da vontade em relação a todo objeto de desejo e sua capacidade de se determinar de acordo com sua própria lei, que é a da razão. Segundo Kant (1985), esclarecimento significa a saída do indivíduo de sua minoridade, a qual ele mesmo é culpado, para a maioridade. A minoridade é determinada pelo próprio

---

<sup>2</sup> Não será aprofundada a teoria de Kant e foi aqui citado para uso instrumental na discussão da temática de autonomia e inovação social.

indivíduo que não decide ou não tem condições de sair dessa situação e determinar a sua vida sozinho sem necessitar de ajuda de tutores.

Étienne de La Boétie (2009), filósofo francês do século XVI, tentou responder em sua obra *Discurso da Servidão Voluntária* as seguintes questões: O que nos seduz na servidão? O que nos seduz em obedecer? O que nos seduz ao abrir mão da liberdade? Por que eu aceito obedecer? Por que eu deixo de ser autônomo? Para explicar isso, La Boétie aponta algumas causas: o costume tradicional, a degradação programada da vida coletiva, a mistificação do poder, o interesse. Ou seja, até existem estágios de dominação que impedem que as pessoas se desenvolvam, mas também há um conjunto de pessoas que aceita a servidão porque se reconhecem mais felizes e melhores como servos (LA BOÉTIE, 2009).

Mas como? Kant (1985, p. 100), exemplifica essa satisfação, esse prazer em ser acomodado. É vantajoso ter alguém que decida por mim, não preciso ser empoderado pois assim não serei cobrado. Segue o trecho que trata da comodidade dos indivíduos e como a realidade influencia na permanência desta situação:

É tão cômodo ser menor. Se tenho um livro que faz as vezes de meu entendimento, um diretor espiritual que por mim tem consciência, um médico que por mim decide a respeito de minha dieta, etc., então não preciso esforçar-me eu mesmo. Não tenho necessidade de pensar, quando posso simplesmente pagar; outros se encarregarão em meu lugar dos negócios desagradáveis.

Ao se questionar se vivia em uma época esclarecida, (KANT, 1985, p. 112) respondeu:

Não, vivemos em uma época de esclarecimento. Falta ainda muito para que os homens, nas condições atuais, tomados em conjunto, estejam já numa situação, ou possam ser colocados nela, na qual em matéria religiosa seja capazes de fazer uso seguro e bom de seu próprio entendimento sem serem dirigidos por outrem. Somente temos claros indícios de que lhes foi aberto o campo no qual podem lançar-se livremente e trabalhar e tornarem progressivamente menores os obstáculos ao esclarecimento geral ou à saída deles, homens, de sua menoridade, da qual são culpados.

Pode-se considerar que a época atual ainda é de esclarecimento, assim como, para alcançar a autonomia o indivíduo deve ter a capacidade de usar sua liberdade e se determinar, é recomendável que se siga o conselho do próprio Kant que é: *Sapere aude!* Tenha coragem de fazer uso de seu próprio entendimento.

As situações de vulnerabilidade social, em que parte dos brasileiros se encontra, são aspectos que tornam difícil ou até impossível o alcance da autonomia. Geralmente, a vulnerabilidade econômica leva a uma realidade de pobreza cultural, aumentando a dificuldade ou limitando o exercício autônomo da cidadania, pois, desprovidos de educação

de qualidade, não conseguem se inserir e permanecer como sujeitos no ambiente social por terem condições desiguais na disputa pelas oportunidades. Estas condições não favoráveis impõem limites a capacidade de ser autônomo, haja vista que a autonomia envolve a liberdade de dar a si as próprias concepções e também a habilidade de fazer acontecer os próprios planos (ZATTI, 2007).

Paulo Freire (1921-1997) trouxe uma relevante contribuição para o tema, principalmente para países como o Brasil, em que contextos de submissão e injustiça são elementos marcantes da realidade. A proposta formulada, busca transformar o indivíduo em sujeito, o que resulta no desenvolvimento da autonomia. Sua estratégia sugere uma educação que implique na tomada de consciência da própria condição social. Essa conscientização proporcionaria a transformação social, pela conduta que se gera na ação e reflexão. Teria-se assim, um sujeito emancipado de uma realidade social opressora. Para Freire, a exigência para se alcançar a autonomia é a libertação das heteronomias, as quais geralmente ocorrem devido à ordem sócio-econômica-educacional injusta e/ou autoritária (ZATTI, 2007). Cabe ressaltar que Freire além da dimensão subjetiva e individual, dá um sentido de dimensão social à autonomia.

É necessário compreender que uma autonomia plena da forma como foi considerada na modernidade é impossível. O contexto e as estruturas sociais em que a sociedade está inserida, a fragilidade da razão que tem suas limitações, a constituição racional intersubjetiva dos indivíduos não possibilitam autonomia plena. O que se argumenta é a perspectiva da emancipação do sujeito para viver em sociedade e liberdade, para que assim possam determinar suas próprias vidas de forma autônoma. E a educação é elemento essencial no desenvolvimento desse indivíduo apto a livrar-se das heteronomias e realizar planos e decidir sobre sua vida com autonomia (ZATTI, 2007).

O conceito de autonomia é próximo da definição de empoderamento, pois diz respeito à capacidade de os sujeitos conseguirem resolver as demandas relativas a si, e decidir, entre as alternativas nos diversos âmbitos – econômico, cultural, político, psicológico, entre outros. Neste processo os indivíduos que estão inseridos em uma posição desvantajosa no contexto social e econômico obtêm poder e liberdades positivas e negativas (HOROCHOVSKI, 2006).

A autonomia para as tomadas de decisões importantes para a própria vida é requisito essencial para a criação de uma postura mais ativa nas suas relações interpessoais, uma vez que aptos a decidir entre as diversas oportunidades, não há mais como negligenciar o espaço e a posição diferenciados construídos por este sujeito. Para isto, a participação torna-se relevante para a efetivação desse processo, pois será através da busca pela inserção em

diferentes espaços, assim como do controle e da melhora da confiança, que o sujeito poderá assumir o próprio processo de empoderamento (ANTUNES, 2003). Partindo do pressuposto que a autonomia das mulheres é um requisito necessário e imprescindível para alcançar uma verdadeira igualdade de gênero e que existem aspectos desta seção que desafiam a efetivação do quinto dos objetivos do desenvolvimento sustentável, evidencia-se a importância da compreensão da igualdade de gênero.

A partir do não cumprimento da promessa da igualdade de todos no gozo dos bens materiais e sociais da humanidade, segmentos da sociedade buscam ganhar visibilidade e alcançar seus direitos por meio de suas identidades específicas bem delineadas. Tais movimentos, como os feministas, reivindicam sua diferença de gênero como um direito em si (ROSEMBERG, 2014). No entanto, gênero é um termo incomum no feminismo, pelo modo dúbio como é tratado. De certo modo, gênero se opõe a sexo para relatar o que é constituído socialmente em detrimento do que é biologicamente fornecido. Mas o termo quer indicar também as construções sociais que diferenciam o masculino do feminino (NICHOLSON, SOARES e DE LIMA COSTA, 2000).

Facio (1999) ressalta que sexo é uma circunstância social que deve ser analisada, já que a sociedade é que determina as formas de comportamento de cada sexo e seu respectivo poder, mesmo que seja a natureza que determina a que sexo o indivíduo pertence. Assim, a igualdade de gênero ratifica o princípio da dignidade humana, que reza que todos os indivíduos possuem o direito de viver dignamente, resguardados sob condições de autonomia e segurança (RODRIGUES e ALMEIDA, 2015).

No cenário Brasileiro esse debate ainda não tem a importância que fora atribuída nos países com maior tradição democrática oriunda de um modelo de Estado social consolidado. Prova disso, no Brasil contemporâneo o “silêncio” institucional e midiático em relação a “violência de gênero” se tornou um obstáculo no reconhecimento dos maus-tratos às mulheres. Somente na década de 1990 o termo começa a ser utilizado de maneira perdurável, viabilizado pelos discursos na Conferência Mundial para os Direitos Humanos em Viena, na Declaração das Nações Unidas sobre a eliminação da violência contra a mulher e na Convenção Interamericana para prevenir, sancionar e erradicar esse tipo de violência (FRANÇA, 2015).

As políticas públicas, através de alguns programas como Bolsa Família, por exemplo, que estimula a independência financeira da mulher, uma vez que elas são 92,1% dos beneficiários, assim como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) – programa em que também são maioria -, ajudam no combate à violência

doméstica. O Programa Minha Casa Minha Vida tem efeito parecido, ao oferecer preferência à mulher (especialmente às mães), no registro das escrituras dos imóveis (BRASIL, 2017).

Em 2000, a Cúpula do Milênio reuniu os líderes de diversos países para ratificar o compromisso com esforços para atingir oito metas de desenvolvimento até 2015. Tais metas foram o resultado de negociações durante os anos de 1990, como as Conferências do Meio Ambiente no Rio de Janeiro, a Conferência dos Direitos Humanos em Viena, a Cúpula do Desenvolvimento Social em Copenhague, a Conferência de População e Desenvolvimento no Cairo, a Conferência da Mulher em Pequim. Dentre as oito metas, as oportunidades educacionais e da igualdade de gênero foram reunidas em um único grupo, visto que um dos principais indicadores da igualdade de gênero era a igualdade no acesso à educação, ao passo que um dos principais indicadores da universalização da educação era, justamente, a paridade entre os sexos na educação (BARROSO, 2004).

A partir dessa relação, Rodrigues e Almeida (2015, p 140) salientam que:

a educação enquanto fator de desenvolvimento imprimiu um caráter indelével em velocidade recorde ao mundo moderno que se viu confrontado com a multiplicidade de oportunidades de aprendizagem, cujo aspecto jurídico se contextualiza no dever do processo histórico do indivíduo, levando em consideração todos os desafios enfrentados pela classe marginalizada, no caso as mulheres, para abordar os valores que na história da humanidade estiveram sempre cadenciados na perspectiva de promover práticas construídas no formato da ação humana em imagem refletida de princípios básicos, como o dever, a responsabilidade e o direito.

Barroso (2004) assevera que em todas as partes do planeta o empoderamento das mulheres está associado com níveis mais elevados de escolaridade. Mulheres com maiores níveis de educação normalmente apresentam maior capacidade de melhorar sua qualidade de vida e de suas respectivas famílias. Esta importância da educação no empoderamento das mulheres pode ser verificada de várias formas: como na autonomia em decisões pessoais, no aumento da capacidade de gerar renda, além da maior participação na vida política.

Este compromisso com a educação e igualdade de gênero exige uma colaboração entre setor público e privado, tanto no âmbito local quanto internacional, e sua operacionalização depende de políticas públicas e de ações conjuntas a partir da integração de setores. Dessa forma, agir em prol desses objetivos significa lutar por necessidades humanas básicas e garantir os direitos fundamentais (VILLAMIL JIMENEZ, 2011). Por fim, Sorj (2016) reforça que as políticas sociais precisam abandonar o atual formato, onde visam compensar os efeitos desagradáveis do desenvolvimento, e que as próprias políticas macroeconômicas devem ser fundadas sob uma ótica de justiça social e igualdade de gênero.

Pode-se dizer que é essencial promover à igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas ao livre exercício de sua autonomia nos processos de inclusão. Concluindo, existem algumas dimensões que são importantes para a análise da inovação social. Podemos dizer que a autonomia e a consciência dos problemas que estão ao redor de um indivíduo, são importantes para a superação da exclusão social, seja ela de âmbito social, econômico, saúde e psicológico, educacional e político. Ou seja, a inovação social é um processo de engendramento da inclusão, do empoderamento e da autonomia. Finalizada a seção dos objetivos da inovação social, no próximo tópico será descrito os procedimentos metodológicos desta pesquisa.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Método em pesquisa se refere a escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação de fenômenos (RICHARDSON, 1999). Nesta seção, apresenta-se e o procedimento metodológico utilizado para a realização deste estudo, destacando-se a abordagem da pesquisa, a estratégia de pesquisa, objeto do estudo, os procedimentos utilizados para a coleta dos dados e, por fim, os procedimentos adotados na análise dos dados.

#### 3.1 ABORDAGEM DA PESQUISA

A abordagem da pesquisa pode ser de três tipos: qualitativos, quantitativos e de métodos mistos (CRESWELL, 2010). Para responder a pergunta desta pesquisa optou-se por uma abordagem qualitativa. Segundo Richardson (1999), a abordagem qualitativa difere do quantitativo, pois não utiliza um instrumental estatístico na análise do problema e não tem como objetivo numerar ou medir unidades ou categorias. Abordar um problema de forma qualitativa se justifica por ser uma forma adequada para compreender a natureza de um fenômeno social.

Denzin e Lincoln (2006) definem a pesquisa qualitativa como um conjunto de práticas materiais e interpretativas que tornam o mundo visível. Prática estas que empregam uma série de representações, incluindo notas de campo, entrevistas, conversas, fotografias, gravações e os lembretes, implicando uma abordagem interpretativa e naturalística perante o mundo. Assim, os pesquisadores desse tipo de pesquisa analisam as coisas em seus contextos naturais, e buscam interpretar e compreender fenômenos em termos dos sentidos que as pessoas a eles atribuem. Flick (2009) corrobora com a ideia de que este tipo de pesquisa investiga casos concretos em suas particularidades locais e temporais através das expressões e atividades dos indivíduos em seus contextos locais.

Martins (2008) sustenta que a pesquisa qualitativa é caracterizada pela descrição, compreensão e interpretação de fatos e fenômenos. Assim, esta pesquisa pode ser considerada como qualitativa pois buscará analisar os componentes que caracterizam o programa Mulheres SIM, desenvolvido pelo Instituto Federal de Santa Catarina, como inovação social. Para tanto descreverá as especificidades do programa Mulheres SIM, levantará os aspectos do processo de empoderamento, autonomia e inclusão que se relacionam com o programa e caracterizará o programa como inovação social.

Flick (2009) elenca algumas maneiras para se entender, descrever e explicar os fenômenos sociais: a) observando experiências de indivíduos ou grupos através de histórias bibliográficas ou práticas cotidianas analisando-se o conhecimento, relatos e histórias do dia a dia; b) examinando interações e comunicações que estejam se desenvolvendo, por intermédio de observação e anotações, e na análise dessa material; e c) investigando documentos como textos, imagens, textos, filmes, músicas, entre outros ou traços semelhantes de experiências ou interações.

Na próxima seção será apresentada a estratégia da pesquisa que nesta pesquisa é estudo de caso, descritivo e exploratório.

### 3.2 ESTRATÉGIA DE PESQUISA

A estratégia de investigação define a forma como os dados serão coletados e analisados e cada estratégia possui suas vantagens e desvantagens e por isso o pesquisador deve avaliar a mais adequada (YIN, 2015). Para Creswell (2010), estratégia de investigação são os tipos de projetos ou modelos que proporcionam uma direção específica aos procedimentos em uma pesquisa.

O delineamento da pesquisa é de natureza descritiva e exploratória. Exploratória porque segundo Richardson (1999) afirma que quando não se tem informações sobre determinado tema ou se deseja conhecer melhor sobre o fenômeno objeto de estudo, esta pesquisa se caracteriza como exploratória e conforme relatado no referencial teórico, inovação social é um tema em construção no qual não há consenso sobre seu conceito. Por esse motivo, esta pesquisa possui caráter exploratório, pois visa contribuir teoricamente de modo a expandir e elucidar o referido tema.

Neste contexto, Creswell (2010), corrobora afirmando que na pesquisa uma das principais razões para se conduzir um estudo qualitativo é que o estudo é exploratório e isso, em geral, significa que não foi escrita muita coisa sobre o assunto, ou sobre a população que está sendo estudada, e que o pesquisador procura ouvir os participantes e desenvolver uma compreensão baseada nas percepções destes indivíduos.

Nesse sentido, procurando responder como o programa Mulheres Sim, desenvolvido pelo IFSC, se caracteriza como Inovação Social, esta pesquisa enquadra-se como natureza exploratória, pois busca compreender o fenômeno deste tipo de inovação.

Esta pesquisa é descritiva porque expõe características de determinada população, ou de determinado fenômeno (VERGARA, 2013). Para Trivinos (1987), além de descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade a pesquisa descritiva exige do pesquisador uma série de informações sobre o que deseja aprofundar. No caso desse estudo o fenômeno investigado é a inovação social e é descrito as especificidades do programa Mulheres Sim.

O procedimento utilizado nesta pesquisa é o estudo de caso que para Yin (2015) é uma investigação empírica que examina um fenômeno contemporâneo inserido em um contexto da vida real, na qual a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é evidentemente claro e em que diversas fontes de evidência são utilizadas. De acordo com Vergara (2013) este tipo de procedimento é limitado a uma ou poucas unidades e tem caráter de profundidade e detalhamento.

Creswell (2010) acrescenta que o estudo de caso é uma estratégia em que o investigador explora em profundidade um programa, em evento, uma atividade, um processo ou uma ou mais pessoas e na qual o pesquisador coleta informações pormenorizadas utilizando vários procedimentos de coleta de dados ao longo de um prolongado período de tempo. Para Flick (2009), o estudo de caso tem como objetivo a descrição exata ou a reconstrução de um caso.

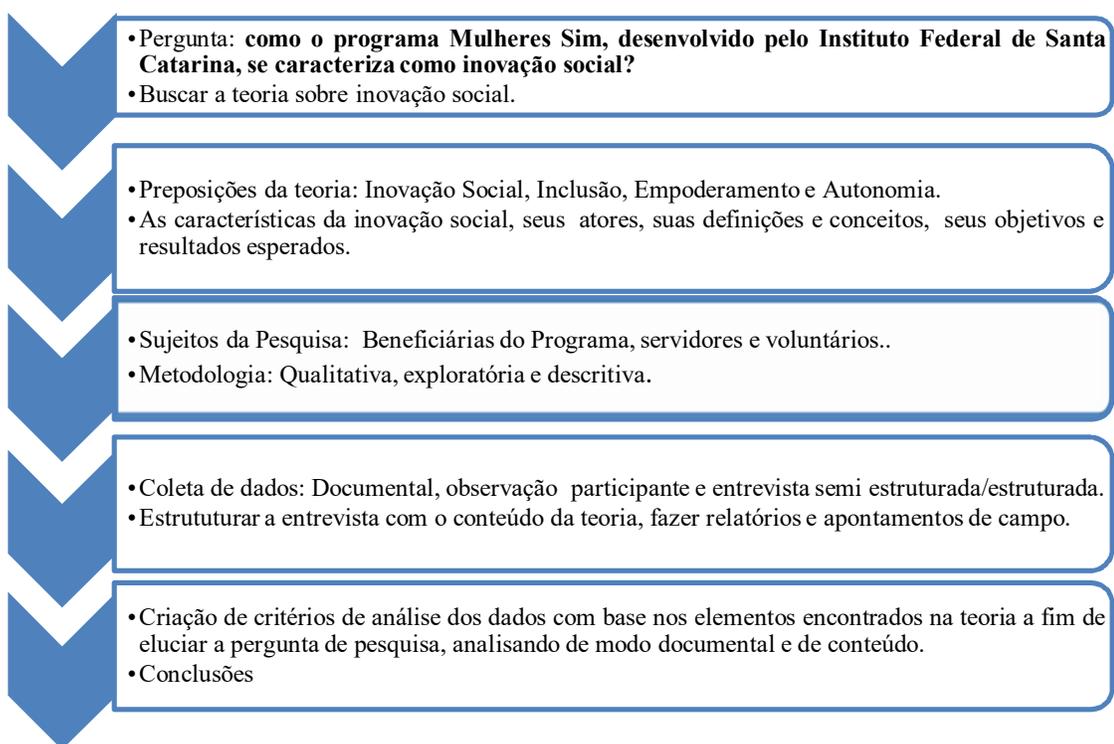
Yin (2015) recomenda o estudo de caso quando as questões de pesquisa são do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. Também ressalta que para um estudo de caso é importante que o projeto de pesquisa contenha cinco componentes: a) as questões de um estudo; b) suas proposições, se houver; c) sua(s) unidade(s) de análise; d) a lógica que une os dados as proposições; e e) os critérios para interpretar as descobertas.

As questões de estudo devem evidenciar com clareza a natureza das suas questões de estudo. As proposições do estudo referem-se ao que será examinado dentro do escopo do trabalho, a fim de levar a refletir questões teóricas importantes e também ajudam a procurar evidências e critérios relevantes para as análises. A unidade de análise está relacionada à escolha do caso que será estudado e pode ser um indivíduo, uma organização, um processo, um programa, um bairro, uma instituição ou um mesmo um evento. A ligação dos dados à proposição e os critérios para a interpretação dos dados representam as etapas de análise de dados na pesquisa.

Neste sentido, seguindo os componentes necessários elencados por Yin (2015), a pesquisa tem como pergunta geral: como o programa de extensão Mulheres Sim,

desenvolvido pelo Instituto Federal de Santa Catarina, pode ser caracterizado como inovação social? Para responder essa pergunta, buscou-se no referencial teórico os elementos relevantes que caracterizam uma inovação social. A unidade de análise escolhida foi o programa de extensão Mulheres SIM desenvolvido pelo Instituto Federal de Santa Catarina. Os dados foram coletados de meio de documentos, observação participante e entrevistas diretas e semiestruturadas a criação de critérios de análise foi feita com base nos elementos encontrados na teoria. Após estes passos foi realizada uma análise de conteúdo etambém triangulação de dados. Para visualizar os procedimentos adotados para o estudo de caso, a Figura 4 descreve as fases que compõem a pesquisa:

Figura 4 - Fases da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Na próxima seção será apresentado o objeto desse estudo.

### 3.3 OBJETO DO ESTUDO

Como objeto de pesquisa foi escolhido o programa de extensão Mulheres Sim, desenvolvido pelo Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC, uma instituição pública da rede federal de ensino. A demanda desse programa foi identificada decorrente da transição do

Programa Mulheres Mil para o Bolsa Formação/PRONATEC pois com isso passaram a exigir escolaridade mínima para ingresso, não compatível com a realidade das alunas.

O Programa Mulheres Mil foi instituído nacionalmente, por meio da Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011, fruto dos resultados positivos do projeto piloto desenvolvido pela SETEC/MEC no período de 2007 a 2011. Tem por objetivo promover a formação profissional e tecnológica articulada com aumento de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social. O programa atua para garantir o acesso à educação de acordo com as necessidades educacionais de cada comunidade e a vocação econômica das regiões. Ao se transformar em Programa de cobertura nacional, amplia também seu escopo inicial de oferta de educação profissional e tecnológica para incluir, além dos cursos de qualificação profissional, os cursos de educação profissional técnica de nível médio (BRASIL, 2011).

Para tanto, o Programa Mulheres Mil é estruturado em três eixos - Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável e utiliza Metodologia Específica de Acesso, Permanência e Êxito que privilegia temas transversais para a formação cidadã, tais como: elevação da autoestima, saúde, direitos e deveres da mulher, comportamento sustentável, cooperativismo, inclusão digital, empreendedorismo e responsabilidade ambiental, promovendo a inclusão produtiva, a mobilidade no mercado de trabalho e o pleno exercício da cidadania. O programa é executado, prioritariamente, pelas instituições públicas dos sistemas de ensino federais, estaduais e municipais (BRASIL, 2011). Em 2013, o Programa Nacional Mulheres Mil passou a ser executado no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) (MEC, 2013).

O Programa Mulheres Sim já concluiu sua quarta edição e é composto por quatro projetos: o de curso “Educação e Gênero” ou “Geração de Renda, Tecnologia e Valorização do Trabalho Feminino”, “Feira de Economia Solidária”, “Ciclo de Palestras e Oficinas” e “Acompanhamento das egressas”. O Programa Mulheres SIM apresenta como objetivo buscar a valorização da mulher, o acesso aos direitos, cidadania e possibilidades de geração de renda, ou seja, o empoderamento feminino. Ele é destinado ao seguinte público alvo: mulheres que possuem mais de 15 anos, em situação de vulnerabilidade social e preferencialmente sem escolaridade (IFSC, 2017).

Visa fomentar a execução de políticas sociais públicas de promoção da inclusão da mulher nas dimensões educacional, econômica, social e cultural. Busca subsidiar o desenvolvimento da autonomia política, da erradicação da extrema pobreza, do combate à violência, da consolidação da cidadania feminina e do desenvolvimento sustentável, em consonância com a Missão do Planejamento Estratégico do IFSC e diretrizes de outros órgãos

de assistência social, saúde, segurança e movimentos de geração de renda. O programa justifica-se no sentido de atender políticas educacionais, tais como, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o Plano de Desenvolvimento Institucional IFSC 2015-2019 (IFSC, 2017). Assim, para Horochovski (2006), o programa está de acordo com o que preconiza o conceito de autonomia pois diz respeito à capacidade de os sujeitos conseguirem resolver as demandas relativas a si, e decidir, entre as alternativas nos diversos âmbitos – econômico, cultural, político, psicológico, entre outros.

O IFSC possui 22 câmpus, além da reitoria, e desses, 10 ofertaram o programa Mulheres Sim na edição de 2017. A quantidade de mulheres matriculadas foi de 236 no total, conforme quadro 5, e a observação participante foi realizada nos câmpus Garopaba (21), Tubarão (35) e Criciúma (33). A escolha dos câmpus teve como critério principal o fato de serem os que permitiram a atuação como observante participante pela proximidade e que refletem de modo geral a realidade dos câmpus do IFSC. Trivinos (1987) afirma que na pesquisa qualitativa podem ser utilizados meios aleatórios para determinar a amostra. Nesse caso, foi possível decidir intencionalmente o tamanho da amostra, considerando um grupo de condições, tais como: sujeitos que sejam indispensáveis para o entendimento do assunto em estudo, de acordo com a perspectiva do pesquisador, facilidade para se encontrar com os indivíduos, tempo das pessoas para a entrevista, entre outros. Para Flick (2013), é mais apropriado desenvolver a partir da teoria ou intencionalmente uma pesquisa qualitativa não padronizada.

Quadro 5 – Mulheres matriculadas

<b>Câmpus</b>	<b>Mulheres Matriculadas</b>
Caçador	12
Canoinhas	28
Chapecó	15
Criciúma	29
Garopaba	21
Gaspar	28
São Lourenço do Oeste	25
São Miguel do Oeste	30
Tubarão	35
Xanxerê	12
<b>Total</b>	<b>236</b>

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Os sujeitos que compõem a pesquisa são: a) as alunas do programa Mulheres Simb) os servidores, bolsistas e voluntários que trabalharam no programa Mulheres Sim. Justifica-se a utilização desses sujeitos pois o programa foi realizado com a interação entre eles.

Na próxima seção será apresentada a coleta de dados que nesse estudo será pesquisa documental, entrevista semiestruturada e direta e observação participante.

### 3.4 COLETA DE DADOS

Dados são utilizados como base para um estudo de pesquisa (YIN, 2016) e é importante lembrar que a pesquisa qualitativa utiliza variadas fontes de informações. Na etapa de decisão sobre a coleta de dados determinam-se os limites para o estudo, a coleta de informações através de observações, entrevistas não estruturadas ou semiestruturadas, documentos e materiais visuais, bem como se estabelece o protocolo para registrar as informações (CRESWELL, 2010). Assim, para ter base suficiente para responder a pergunta desta pesquisa os dados foram coletados através da pesquisa documental, observação participante e entrevista semiestruturada.

O primeiro procedimento utilizado na coleta de dados foi a pesquisa documental na qual investigou-se documentos como o projeto pedagógico do programa, os editais lançados internamente e externamente, as notícias veiculadas nos meios de comunicação, o *site* do programa, questionários socioeconômicos aplicados no início do programa, entrevistas com as egressas do programa, fotos e relatórios relacionados ao programa Mulheres Sim, a fim de identificar e evidenciar elementos que caracterizem a inovação social. Segundo Martins e Théophilo (2017), a pesquisa documental é semelhante à pesquisa bibliográfica; porém, sua consulta não ocorre em material editado, como livros ou periódicos, mas recorre a materiais como cartas, memorandos e relatórios.

Para Flick (2009) este tipo de pesquisa é baseada em documentos e artefatos padronizados, pois geralmente são elaborados de acordo com alguns formatos como: notas, relatórios de caso, contratos, rascunhos, certidões de óbito, anotações, diários, estatísticas, certidões, sentenças, cartas ou pareceres de especialistas. Podem ser documentos públicos (jornais, minutas de reunião, relatórios oficiais) ou privados (diários pessoais, cartas, e-mails) (CRESWELL, 2010).

A observação participante foi realizada através da participação nas aulas do curso, nas feiras de economia solidária e nas formaturas. Neste tipo de observação, o pesquisador não é

apenas um observador passivo. Em vez disso, assume uma variedade de funções dentro de um estudo de caso e pode, de fato, participar dos eventos que estão sendo estudados (YIN, 2015). O pesquisador insere-se no grupo a ser estudado objetivando assim ter mais condições de compreender os hábitos, atitudes, interesses, relações pessoais e características do funcionamento daquele grupo (BARDIN, 2011).

Para Creswell (2010), na observação o pesquisador anota informações sobre o comportamento e atividades das pessoas no local da pesquisa e utilizando a observação participante o papel do pesquisador é conhecido. O pesquisador torna-se um participante e obtém acesso ao campo e as pessoas e torna a observação cada vez mais concreta e concentrada nos aspectos essenciais às questões de pesquisa (FLICK, 2009).

A próxima técnica que foi utilizada na coleta de dados é a entrevista. Richardson (1999) afirma que esta desenvolve uma estreita relação entre os indivíduos e que o termo entrevista é construído a partir de duas palavras, entre e vista. Entre aponta a relação de lugar ou estado no espaço que separa duas pessoas ou coisas. Vista indica o ato de ver, ter preocupação com algo. Assim, o termo entrevista refere-se ao ato de perceber realizado entre duas pessoas. Segundo Flick (2009), este instrumento oferece ao pesquisador o contato direto com os sujeitos público-alvo da pesquisa e a coleta das informações relatadas pelos entrevistados acontece através de uma conversa com a finalidade de conhecer determinada realidade que está sendo examinada.

Nessa pesquisa as entrevistas foram abertas e semiestruturadas. Utiliza-se a entrevista aberta quando o pesquisador espera conseguir o máximo possível de informações sobre determinado tema e também para obter um maior detalhamento do assunto em questão. Geralmente utilizada na descrição de casos individuais, na compreensão de especificidades culturais para determinados grupos e para comparabilidade de diversos casos (MINAYO, 2010).

As entrevistas semiestruturadas combinam perguntas abertas e fechadas, no qual o entrevistado pode discorrer sobre o tema proposto. O entrevistador segue um conjunto de questões previamente definidas, porém o contexto é parecido com o de uma conversa informal. O pesquisador deve ter atenção para dirigir e não perder o foco, utilizando-se inclusive de perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o entrevistado tenha “fugido” do tema ou tenha dificuldades de compreensão sobre o assunto. Com isso é possível delimitar o volume das informações e obter um direcionamento maior para o tema, interferindo a fim de que os objetivos sejam alcançados (BONI; QUARESMA, 2005).

O roteiro da entrevista encontra-se no apêndice A. As entrevistas foram agendadas previamente e gravadas para posterior transcrição e análise dos dados. Os entrevistados foram quatorze alunas, três coordenadores, três bolsistas e dois parceiros, totalizando quatorze mulheres e oito sujeitos que trabalharam na realização do programa. O projeto desta pesquisa foi encaminhado através da Plataforma Brasil ao Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da UNISUL e aprovado pelo parecer 2.172.592, conforme o protocolo CAAE – Certificado de Apresentação e Apreciação Ética nº 69725817.9.0000.5369 antes da aplicação em campo, conforme consta no apêndice B. Os sujeitos participantes não foram identificados pelos seus nomes e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento – TCLE, conforme consta no apêndice C, antes da entrevista. Na próxima seção será apresentada a análise e interpretação dos dados que será através da análise de conteúdo e triangulação de dados.

### 3.5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

O processo de análise e interpretação dos dados consiste em extrair os significados dos dados de texto e imagem. Inclui preparar os dados para a análise, conduzir análises diferenciadas, examinar em profundidade para melhor compreensão dos dados, representar os dados e interpretar o sentido mais amplo dos dados (CRESWELL, 2010).

Dentre as formas de análise de dados na pesquisa qualitativa, optou-se neste estudo pela análise de conteúdo. Este tipo de análise é um dos procedimentos tradicionais para analisar os materiais de texto, não importando a origem do material que pode ser desde produtos de mídia até dados de entrevista. Este procedimento parece mais claro, menos dúbio e mais fácil de controlar do que os outros métodos de análise de dados ocorrendo também uma provável redução do material anteriormente delineado (FLICK, 2009).

Bardin (2011) conceitua este tipo de análise como um conjunto de técnicas de análise das comunicações e descreve as etapas desta técnica em três fases: a) a **pré-análise** em que o material a ser analisado é organizado e na qual são sistematizadas as ideias preliminares. É a fase em que se estabelece o contato com os documentos da coleta de dados, formulam-se os objetivos, e elaboram-se os indicadores que orientam a análise; b) a **exploração do material** consiste na fase em que os dados são codificados, ou seja, os dados são transformados sistematicamente e agregados em unidades; c) **inferência e interpretação** é fase em que ocorre o tratamento dos resultados em que resultam nas deduções lógicas através de uma análise reflexiva e crítica.

Na etapa de pré-análise foram selecionados documentos a serem submetidos à análise, tais como: editais, projeto pedagógico de curso, reportagens, leis, site da organização e também a pesquisa em livros teóricos e artigos científicos. Também foram elencadas categorias de análise a partir dos conceitos e definições apresentadas na fundamentação teórica. Destes, foram retirados elementos repetitivos entre os conceitos que pudessem ser inseridos em uma única categoria. Na etapa de exploração do material foi realizada entrevista e observação participante para complementar o material escolhido para a análise e que estivesse vinculado com os dados pesquisados na pré-análise. Por fim, os dados foram interpretados e analisados com base nos objetivos propostos para esse estudo. O Quadro 6 apresenta a síntese dos elementos e as categorias que serviram de apoio para as análises:

Quadro 6 - Elementos conceituais para análise da inovação social

<b>Categorias</b>	<b>Elementos</b>	<b>Autores</b>
Origem	Alternativas viáveis para enfrentar uma necessidade/dificuldade/demanda atual da sociedade	Bignetti (2011), Phills et al (2008), Dagnino et al (2004), Cloutier (2003), Standford Social Innovation Review (2003), Novy e Leubolt (2005), Mulgan et al. (2007), Murray et al. (2010), Gabriela (2012), Agostini et al (2016), Moulaert (2005), Gonzalez et al (2010).
Conhecimento e Capacitação	Conhecimentos Aprendizagem coletiva Capacitação dos agentes	André e Abreu (2006), Bignetti (2011), Phills et al (2008), Dagnino et al (2004)
Relações Sociais	Novas relações sociais e novas estruturas sociais Transformação	André e Abreu (2006), Bignetti (2011), Moulaert et al. (2007), Murray et al. (2010), Crises (2015), Agostini et al (2016), Gonzalez et al (2010)
Atores Sociais	Participação e colaboração	Bignetti (2011), Phills et al (2008)
Empoderamento, Autonomia e Inclusão	Alteração nas relações de poder Promoção inclusão social / participação Qualidade de vida Aumento de participação política e na capacidade sociopolítica Acesso a recursos necessários para reforçar direitos Mudanças na forma como o individuo se reconhece no mundo Aumento da capacidade da sociedade de agir Permanência das mudanças sociais Equidade e justiça social Empoderar grupos sociais Autonomia de atores	André e Abreu (2006), Novy e Leubolt (2005), Rodrigues (2007), Moulaert et al. (2007), Pol e Ville (2009), Murray et al. (2010), Gabriela (2012), Grimm, Fox Baines e Albertson (2013), Crises (2015), Bouchard (2011), Moulaert (2005, 2009, 2010, 2013), Gonzalez et al (2010), Paulo Freire (1969,1981).

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Destaca-se que na análise foi utilizado a nomenclatura “COORD(nº)” para referir as entrevistas com os colaboradores do IFSC, “BOLS(nº)” para os bolsistas “PARC(nº)” para os parceiros. Por outro lado, utilizamos os termos “ALUNA(nº)” para referir as beneficiárias do programa. O anonimato nas entrevistas é o motivo dessa nomenclatura utilizada. Foi utilizado o material empírico coletado em conjunto com os referenciais teóricos disponíveis para compreender os fenômenos estudados. Procurou-se confrontar os dados encontrados no programa com as teorias da inovação social, inclusão social, empoderamento, e autonomia, ou seja, uma análise entre teoria e prática.

Nesse estudo foi realizada também a triangulação de dados entre o referencial teórico, os dados coletados na pesquisa documental, na observação participante e nas entrevistas. Para Flick (2009) a triangulação de dados refere-se a combinação de diversas fontes de dados e foi concebida como uma estratégia para a validação de resultados advindos de métodos individuais. Creswell (2010) corrobora com a ideia de que o processo de triangulação de dados auxilie na validação do estudo, pois a justificativa coerente para o tema resulta das evidências das diferentes fontes de informação.

A triangulação é o fundamento para a utilização de várias fontes de evidências possibilitando assim que o pesquisador trate de uma variedade maior de aspectos históricos e comportamentais. Tem-se como maior vantagem pelo uso de fontes múltiplas de evidência o desenvolvimento de linhas convergentes de investigação, e isso faz com que o estudo seja mais convincente e apurado (YIN, 2010).

#### 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

O Programa Mulheres SIM é um programa de extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) com recorte de gênero, para mulheres em vulnerabilidade com baixa ou sem escolaridade, vinculado à Pró Reitoria de Extensão e Relações Externas (PROEX) e, gerenciado pela Diretoria de Extensão. Sem (2000). Para Sem (2000), considerando que os indivíduos não partem das mesmas circunstâncias e não têm as mesmas oportunidades que as outras devido a alguns elementos de diferenciação, deve-se planejar medidas que atenuem, ou, até eliminem as desigualdades geradas por essas circunstâncias. Estas condições desfavoráveis impõem limites a capacidade de ser autônomo, haja vista que a autonomia envolve a liberdade de dar a si as próprias concepções e também a habilidade de fazer acontecer os próprios planos (ZATTI, 2007).

O Programa Mulheres SIM fomenta a execução de políticas sociais públicas de promoção da inclusão da mulher nas dimensões educacional, econômica, social e cultural. Busca subsidiar o desenvolvimento da autonomia política, da erradicação da extrema pobreza, do combate à violência, da consolidação da cidadania feminina e do desenvolvimento sustentável. Todas essas dimensões em consonância com a Missão e Planejamento Estratégico do IFSC, com as diretrizes de outros órgãos de assistência social, saúde, segurança e movimentos de geração de renda. O programa justifica-se no sentido de atender políticas educacionais de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o Plano de Desenvolvimento Institucional IFSC 2015-2019 (IFSC, 2017).

Diante das experiências do Programa Mulheres Mil, incorporado ao Bolsa Formação do PRONATEC, o Programa Mulheres SIM, idealizado em 2013, compartilha da mesma metodologia utilizada no que se refere ao acesso, permanência e êxito, materializadas nas unidades curriculares que compõe os cursos. Visa abordar a transversalidade de gênero nas políticas sociais públicas, no sentido de promover iniciativas de inclusão educacional, econômica, social, cultural e pessoal das mulheres, a autonomia, o combate à violência, a consolidação da cidadania feminina e o desenvolvimento sustentável, articulado com as políticas públicas de educação, assistência social, saúde e segurança (IFSC, 2017).

O Programa Mulheres SIM busca por meio da educação profissional a valorização da mulher, o acesso aos direitos, cidadania e possibilidades de geração de renda, o que pode ser denominado de empoderamento feminino (IFSC, 2017). O objetivo do programa condiz com o conceito de inovação social proposto que considera que a finalidade deste tipo de inovação a

satisfação das necessidades não atendidas pelo mercado ou pelo Estado, promovendo um maior grau de inclusão social, deempoderamento dos indivíduos e de autonomia, na perspectiva de Horochocski (2007), que entende que os indivíduos que se deseja empoderar geralmente estão em desvantagem e dificilmente conseguem os recursos necessários de forma espontânea, são necessárias intervenções externas de indivíduos e instituições, consolidadas em atividades e programas de combate à exclusão, promoção de direitos e desenvolvimento, especialmente na esfera local e regional, mas com objetivo de transformar as relações de poder, como é o caso do programa Mulheres Sim.

Conforme mencionado no referencial teórico, utiliza-se o empoderamento como prática pedagógica, quando se tem a intenção de desenvolver a consciência crítica dos indivíduos contribuindo para a promoção da liberdade e da participação na sociedade, fundamentais no desenvolvimento de projetos que envolvem empoderamento pois geram processos de desenvolvimento autossustentáveis (GOHN, 2004). Tais processos de empoderamento são considerados aspectos fundamentais da inovação social (EDWARDS-SCHACHTER, et al., 2012).

Com o processo de empoderamento há transformação nas relações sociais dessas mulheres e isso auxilia nos processos de luta pela afirmação de direitos e na pretensão de superar as desigualdades entre mulheres e homens e suas implicações em áreas como a social, econômica, pessoal e política (ZORZI, 2008), em estreito alinhamento com o quinto dos objetivos de desenvolvimento Sustentável (ODS) da Unesco: Igualdade de gênero. Para se obter este objetivo se faz necessário modificar as relações de gênero, ampliando as oportunidades para as mulheres terem acesso aos bens e ao poder, processo este que decorre do empoderamento feminino (DEERE; LEON, 2002).

Porém, a COORD01 questiona o objetivo do programa de “buscar a valorização da mulher, o empoderamento, o acesso aos direitos, à cidadania”, pois este estaria revelando uma perspectiva simplista sobre os estudos de gênero, ao tratar a valorização da mulher como algo fácil de ser alcançado, a partir de um curso de 96h, destinado a um público específico:

A desvalorização da mulher é um processo historicamente enraizado nas sociedades de modo geral e precisa ser encarado de forma séria e transparente, perante toda a sociedade, principalmente, homens. É importantíssima a iniciativa de um curso voltado para as mulheres, mas, não se pode criar a expectativa de que a emancipação da mulher vai ser alcançada só com isso. Há uma linha tênue entre autopromoção institucional e efetivamente inclusão de gênero (COORD01).

O programa é destinado a um público alvo: pessoas de gênero feminino que possuem mais de 15 anos, em vulnerabilidade social e preferencialmente com baixa ou sem

escolaridade. Foi idealizado em 2013 e a iniciativa surgiu a partir da demanda institucional pela continuidade de atendimento de mulheres em situação de vulnerabilidade social com baixa ou sem escolaridade. Essa demanda foi identificada decorrente da transição do Programa Mulheres Mil para o Bolsa Formação/PRONATEC. Com esta transição, os cursos do Programa Mulheres Mil referenciados pelo Guia de Cursos FIC Pronatec, passaram a exigir escolaridade mínima para ingresso, não compatível com a realidade das alunas.

Pela experiência de implementação, execução e análise do perfil das alunas do Programa Mulheres Mil no IFSC nos anos de 2011 a 2013, observou-se que muitas mulheres poderiam ser excluídas da oferta via PRONATEC em função do perfil de baixa escolaridade que apresentavam. Cerca de 50% das alunas não tinham o ensino fundamental completo, ocasionando uma demanda reprimida, impossibilitando o acesso à Educação. Uma instituição que traz como missão promover a inclusão e formar cidadãos, por meio da educação profissional, pregando valores como ética, sustentada pela transparência e justiça social, reconhecimento às diferenças históricas, econômicas, culturais e sociais, além da equidade (IFSC, 2017), não poderia simplesmente abraçar essa ação e contribuir para a marginalização dessas mulheres.

Assim, o processo pelo qual o programa foi institucionalizado começou pela fase de identificação de problemas: mulheres em situação de vulnerabilidade que tem mais dificuldades de reverter o contexto social e econômico em que se encontram, e em vislumbrar novos horizontes para sua autonomia. O programa foi elaborado para complementar o Mulheres Mil, pois com a exigência de escolaridade muitas mulheres foram excluídas. Logo, pode-se considerar que o programa surge como uma das alternativas viáveis para suprir uma necessidade da sociedade e resolver uma situação social considerada insatisfatória. Característica esta essencial para caracterizar o programa como uma inovação social (BIGNETTI, 2011, PHILLS et al, 2008, DAGNINO et al, 2004, CLOUTIER, 2003, NOVY E LEUBOLT, 2005, MULGAN *et al*, 2007, MURRAY *et al*, 2010, GABRIELA, 2012, AGOSTINI et al, 2016). Nesta perspectiva, Gonzalez et al. (2010), reforça que a privação de necessidades humanas, como material (comida, roupa e abrigo), social (educação e saúde), existencial (liberdade de expressão e criativa) e política (cidadania ativa) são elencados como aspectos que fazem surgir inovações sociais.

Foram ofertadas quatro edições do programa Mulheres Sim: 2014, 2015, 2016 e 2017. Em 2014 o programa aconteceu em 8 câmpus do IFSC: Canoinhas, Caçador, Criciúma, Gaspar, Itajaí, Joinville, Lages e São Miguel do Oeste. Foram ofertadas 240 vagas, com 194 matrículas e 172 concluintes. Em 2015 o programa aconteceu em 12 câmpus: Araranguá,

Caçador, Canoinhas, Criciúma, Chapecó, Gaspar, Itajaí, Joinville, Florianópolis, Lages, São Miguel do Oeste e Tubarão, com oferta de 325 vagas, obtendo 294 matriculadas e 224 concluintes. Em 2016 o programa aconteceu novamente em 12 câmpus: Caçador, Canoinhas, Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Gaspar, Joinville, Lages, Jaraguá do Sul-RAU, São Lourenço do Oeste, Urupema e Xanxerê, com oferta de 360 vagas, obtendo 328 matrículas e 256 concluintes. Em 2017 aconteceu nos 10 câmpus: Caçador, Chapecó, Criciúma, Canoinhas, Garopaba, Gaspar, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Tubarão e Xanxerê, com oferta de 305 vagas, obtendo 281 matrículas e com 236 concluintes.

Em 2017, a Pró Reitoria de Extensão e Relações Externas lançou edital de apoio e fomento ao programa, PROEX 07/2017, no qual os 10 câmpus acima identificados foram contemplados. Os câmpus que tem interesse em captar o edital para ofertar o programa precisam se inscrever no processo e apresentar uma proposta de trabalho que é analisada de acordo com alguns critérios especificados no edital. As atividades tiveram apoio financeiro por meio de bolsas de extensão para a coordenação do Programa (5 parcelas de R\$ 600,00), coordenação da Feira de Economia Solidária (cota única de R\$ 600,00) e estudante bolsista (5 parcelas de R\$ 400,00). Além disso, houve também o auxílio financeiro às alunas (3 parcelas de R\$ 100,00), custeados pelo Programa de Atendimento aos Estudantes em Vulnerabilidade Social, assim como nas edições anteriores. As vagas foram divulgadas pelo edital de ingresso e o processo de seleção foi por sorteio.

Após o resultado com os 10 câmpus contemplados, os coordenadores participaram de uma capacitação via webconferência para receber treinamento sobre o programa. Naquele momento, foi apresentada a metodologia e orientações e esclarecidas as dúvidas, e que por fim resultou em uma ATA que foi enviada para todas as participantes. A coordenadora geral do programa, ressaltou a importância da troca de experiências entre os câmpus pois facilita a comunicação e gera muitas ideias. Principalmente no caso dos câmpus novos que nunca ofertaram cursos do Programa Mulheres Mil e Programa Mulheres SIM para incorporação de atividades inclusivas e transdisciplinares, como por exemplo: Busca Ativa, Aula Inaugural (apresentação do câmpus, da equipe, biblioteca, etc.), Mapa da Vida, Portfólio, Formatura. Solicitou que fosse planejado o cronograma de atividades do Programa (calendário das aulas, aulas inaugurais, Feiras de Economia Solidária, encerramento do curso/formatura, planejamento orçamentário/viagens/visitas técnicas/coffee breaks, etc.).

A coordenadora destacou que conhecer o perfil das alunas ingressantes é fundamental para alinhar as ações do Programa, de caráter imediato, médio e longo prazo, para encaminhamentos de elevação de escolaridade, redes de apoio – saúde, segurança, assistência

social, dentre outras. Quanto mais a equipe conhecer as alunas, mais elas se identificarão com o IFSC e, conseqüentemente, melhores serão os resultados do Programa. Para Dagnino (2014), uma proposta de inclusão a geração de conhecimento precisa ser coerente com os valores e interesses dos excluídos para que assim, possa alavancar processos autossustentados, autônomos e autogeridos de inclusão e capazes de romper o ciclo vicioso da exclusão social.

Esclareceu como funcionaria a logística das camisetas com a identificação do programa que foi dada para as alunas, solicitou que fossem feitos registros de todas as atividades de destaque e que se divulgassem as ações em mídia interna, local, estadual. Esta visão se aproxima do pensamento de Bignetti (2011), quando afirma que a inovação social procura mecanismos de difusão que favorecem a replicação e a expansão dos resultados a outras comunidades.

Conforme pode ser observado na solicitação da coordenadora do Programa durante a capacitação e na quantidade de notícias divulgadas nas mídias, que o IFSC divulga informações sobre o assunto, não permitindo que o programa seja percebido como um objeto de blindagem intelectual, divulgando inclusive a metodologia em eventos científicos, conforme relatos. Isso se associa ao pensamento de Cloutier (2003), quando faz uma classificação em relação a forma pela qual a inovação social apresenta seus resultados e que está vinculada à ideia de prestação de serviço. Tais características estão presentes no programa mulheres sim, visto que o processo não está vinculado à obtenção de um produto específico e sim à mudança social de mulheres, algo imaterial na obtenção de resultados.

O pagamento das bolsas para coordenação e bolsistas do Programa Mulheres SIM é realizado pela Diretoria de Extensão mediante informações bancárias fornecidas nos Termos de Compromisso e as bolsas para coordenação são para uso nas atividades do Programa. Também aconselhou a conhecer e integrar as alunas no movimento de Economia Solidária do município. Essa etapa foi declarada na fala da COORD03:

Nem da pra chamar de capacitação pela complexidade do que é o programa. O que teve foi uma reunião via web conferência para esclarecer dúvidas sobre questões operacionais, sobre prazos. Por exemplo: como cadastrar o curso no sistema, como proceder para realizar os pagamentos dos auxílios as alunas. Não foi uma capacitação em relação ao público ou a flexibilização de trabalho (COORD03).

A COORD01 acredita que este tipo de capacitação não é o suficiente:

Outra sugestão interessante é capacitar as equipes envolvidas com o programa em relação aos estudos de gênero e políticas sociais, uma vez que não basta um documento com linguagem adequada ao objetivo, sem pessoas capacitadas para colocá-lo em prática (COORD01).

No primeiro momento do programa formou-se a equipe multidisciplinar composta de servidores, entre técnicos e docentes, que aceitaram atuar de forma voluntária. Cada coordenador do programa no câmpus contemplado do IFSC juntamente com sua equipe multidisciplinar foi a campo buscar parcerias e conhecer a realidade local para então poder adequar seus projetos conforme os anseios da comunidade e com o propósito de aumentar o nível de inclusão das participantes. Esse momento é evidenciado no depoimento das Coordenadoras 01 e 03:

Para o ciclo de oficinas, a equipe foi atrás de profissionais de fora do IFSC mas as disciplinas do curso foram todas lecionadas por professores do IFSC.[...] Tem duas comunidades quilombolas em Garopaba e uma em Paulo Lopes. E uma delas é a menos de dois quilômetros. A outra que é a do Fortunato eles já fizeram cursos aqui e é uma comunidade mais estruturada. Eles vivem numa região que tem trilhas então eles vivem também do turismo, tem almoço típico na comunidade, eles estão muito mais organizados enquanto comunidade quilombola. Essa outra que foi a comunidade que escolhemos como público alvo está em processo de organização. Eles já tem a festa da tainha, e eles querem criar essa questão de visitação, estão em fase de escrever projeto para captar recurso, estão lutando pela demarcação das terras. Em Paulo Lopes, também visitamos mas chegamos à conclusão não tinha como porque lá é bem mais complicado e como foi nossa primeira vez na implantação desse programa, resolvemos pela comunidade quilombola aqui perto. Em 2018 optamos pela de Paulo Lopes e demos Graças a Deus de não termos começado por ela (COORD01).

Toda noite passando perto da rodoviária podemos observar o público trans. Ficamos sabendo através da UNISUL que tem um grupo que estuda LGBVT e que teriam um encontro que divulgariam um vídeo que eles tinha produzido. Fomos nesse encontro, conhecemos a Petiny que foi nossa aluna, o Andre que é psicólogo da Delegacia da Mulher explicou o trabalho que ele faz informalmente recolhendo o público trans que é agredido. Pegamos o contato dele e da coordenadora da LGBTT de Tubarão.[...] Fizemos busca ativa, pegamos o carro e paramos a noite pra conversar com elas na rua. Entregamos folder do programa e evitamos tiramos fotos.[...] Conseguimos doações com uma loja de cosméticas. Tivemos professores voluntários. Palestrantes juiz, médica. Vamos correndo atrás dos parceiros (COORD03).

Assim como fizemos a busca ativa das mulheres no CRAS e num bairro vulnerável, fui na rádio num horário destinado a mulher falar sobre o programa, os jornalistas do câmpus fizeram a divulgação pelos meios de comunicação do câmpus. Mantivemos os mesmos parceiros da época do Mulheres Mil que era a Caritas e o Programa de Assistência Estudantil da UNESC (PAES). Inclusive o representante do PAES é o presidente do Fórum de Economia Solidária em Criciúma (COORD02).

Outra característica da inovação social é o *lôcus*, que é o lugar onde ela se desenvolve. De acordo com Crises (2015) e Bouchard (2011), a inovação social está focada na comunidade, e segundo Bignetti (2011), além de serem ações comunitárias, frequentemente começam com esforços pequenos e locais, pois os recursos de alavancagem são escassos. Para tanto, o Programa Mulheres Sim iniciou ofertando vagas em 8 câmpus e no ano de 2017

ofertou em 10 câmpus, sendo que o recurso disponível naquele ano é o que determina a quantidade de comunidades que o programa vai atingir.

Para atingirem a comunidade alvo os câmpus articularam parcerias e o trabalho voluntariado para a realização de suas ações. Estas ações estão concentradas nas localidades onde o IFSC possa atuar dentro de sua área de abrangência, podendo assim colaborar ao disponibilizar suas estruturas físicas. Porém, em alguns casos, saiu dos limites da instituição de ensino, pois necessitou ir até seu público-alvo, para atuar de forma mais eficiente e eficaz. Assim, o Programa Mulheres Sim também teve que dirigir suas ações para a localidade onde as alunas se encontravam (presídio, por exemplo). Essa estratégia é necessária para facilitar o acesso das alunas ao curso, bem como conter as possíveis evasões das participantes.

Essas pontes com a comunidade vão desde as mudanças nas formas de acesso (o IFSC vai até a comunidade), formatação de cursos, permanência na escola, parcerias com as demais organizações que pudessem garantir as diversas demandas trazidas por essas alunas. O desafio é estabelecer a aproximação e adaptar a metodologia para as realidades, sem deixar de lado os objetivos de elevação dos níveis de empoderamento, autonomia e inclusão.

O Programa Mulheres SIM em 2017 foi proposto com 4 projetos: 1) Projeto de curso de extensão (96hs), a ser escolhido pelo câmpus: Educação e Gênero ou Geração de Renda, Tecnologia e Valorização do Trabalho Feminino; 2) Projeto Feira de Economia Solidária (8h ou mais); 3) Ciclo de Palestras e Oficinas (12 horas ou mais); e 4) Acompanhamento de Egressas.

O curso Educação e Gênero tem como objetivo motivar a busca autonomia e a geração de renda e envolvem temas como: Conhecimento histórico-cultural; Saúde da mulher e da família; Ética e cidadania; Linguagens; Informática; Desenvolvimento social e sustentável; Vivência matemática; Geração de renda. Busca oportunizar para mulheres tradicionalmente afastadas da escola e em situação de vulnerabilidade social, um espaço acolhedor e de educação. No curso foram trabalhados conceitos que priorizam a consolidação da cidadania feminina, o desenvolvimento sustentável, a inclusão social, digital e cultural, o combate à violência contra a mulher, além de atividades para elevação e geração de renda. Estas atividades estão articuladas com demais políticas públicas de educação, assistência social, saúde, segurança, e outras quando foi necessário (IFSC, 2017). Referindo-se aos diferentes níveis, situações, contextos e possibilidades de empoderamento feminino, os objetivos deste projeto se correlacionam com as análises de Mageste et al.(2008).

O curso de Geração de Renda, Tecnologia e Valorização do Trabalho Feminino, com o objetivo de motivar a autonomia e a geração de renda é composto por temas como: Trabalho

feminino e economia; Saúde e trabalho; Comunicação e acesso a mídias sociais; Economia solidária etrabalho coletivo; Educação financeira; Desenvolvimento de produtos; Oportunidades de negócios/trabalho. Visa balizar o curso numa perspectiva de seguimento de itinerário formativo para egressas, que demandam conhecimentos mais específicos diante da geração de renda por meio da produção mais consolidada de produtos artesanais e no engajamento com empreendimentos solidários e tem como foco, mulheres egressas ou não dos Programas Mulheres SIM e Mulheres Mil, ou mulheres que já desenvolvem produtos, visando assim, por meio do curso, agregar valor aos produtos e conseqüentemente, ampliar a renda da mulher e de sua família (IFSC, 2017). Assim, a possibilidade de empoderamento feminino se materializa na tomada de decisão das mulheres sobre suas próprias vidas nos diferentes ambientes em que interagem, públicos e privados, na atitude de ocupar o poder nos espaços decisórios em que emergem as diversas oportunidades de melhorar a renda e na busca dos seus direitos e demandas (MAGESTE et al. 2008).

O Projeto de Feira de Economia Solidária possui a intenção de promover a divulgação do programa, das ações desenvolvidas pelo Câmpus e dos trabalhos realizados pelas alunas, visando por meio de uma prática pedagógica a promoção da inclusão produtiva esocial de mulheres através da geração de ocupação e renda. Corroboram com a perspectiva de empoderamento desse projeto Tanure, Neto e Andrade (2006) ao afirmarem que, fortalecer a situação econômica das mulheres é socialmente benéfico de muitas maneiras, mesmo que nem sempre diminui outros pesos ou extingue outras formas de pressão que sobre elas incidem.

Tudo que nos é ensinado é aproveitado. Os conhecimentos de matemática, informática, auto estima , sobre como se comportar, as feiras de economia solidaria que eu não tinha noção que eu poderia participar, eu tenho aproveitado tudo (ALUNA 02)

O Projeto Ciclo de Palestras que objetiva complementação da formação das alunas do Programa, ampliando questões sensíveis à turma, com pelo menos três encontros presenciais com participação das alunas egressas, aberto a familiares e comunidade externa. Conta com a intervenção de convidados externos em temas relevantes, como: orientação profissional; violência doméstica; Educação de Jovens e Adultos (EJA); Direitos trabalhistas e previdenciários. Dimensão defendida pela OMS (1998), que entende o empoderamento como um processo social, cultural, psicológico ou político, através do qual pessoas e grupos tornam-se capazes de explicar suas necessidades, expressar suas preocupações, se envolver na tomada de decisões e atuar social, política e culturalmente na busca para atender suas necessidades. Dagnino (2014) também considera na dimensão política e cultural da inclusão, a

participação plena e de forma ativa de todos os cidadãos nos processos que ocorrem na sociedade.

O Projeto de Acompanhamento das Egressas possui a finalidade de monitorar e acompanhar as egressas no mundo do trabalho e/ou elevação de escolaridade. Isto é feito através de dados estatísticos, que também avalia o programa com: (a) a identificação o perfil socioeconômico das alunas; (b) a verificação da participação das mulheres no projeto do Ciclo de palestras e oficinas; (c) a realização de pesquisa qualitativa para avaliação de impacto do programa por meio de entrevistas; (d) o incentivo ao cadastramento das mulheres e sua vinculação com empreendimentos solidários; (e) a promoção de um encontro de egressas do programa Mulheres SIM no câmpus. O programa, por si só, não assegura o empoderamento, mas é fundamental inserir procedimentos para avaliar o grau de empoderamento atingido (RICH et al., 1995). Com a possibilidade de se entender o empoderamento como um processo com múltiplas dimensões e de escopo variável, que vai do nível individual ao coletivo e à dimensão global, segundo Horochoski e Meirelles (2017), pode se identificar diferentes graus de empoderamento.

A análise dos aspectos que envolvem o empoderamento é realizada objetivamente pelo IFSC e são levados em consideração fatores que as mulheres perceberam que alteraram suas vidas. Como o empoderamento pode ocorrer de diferentes formas para cada mulher, se constata que elas poderão apresentar, conforme cada histórico de vida, ambiente que estão inseridas e relações a que estão expostas, diferentes níveis de empoderamento, com maior ou menor condição enquanto agente de mudanças. Como bem destaca Leon (2000), que para entender o empoderamento, é necessário a compreensão de que este não é um processo que acontece da mesma maneira para todas as mulheres e também não é linear, com início e fim estabelecidos. Como cada vive numa situação com peculiaridades distintas, o processo de empoderamento tende a ser diferente para cada pessoa ou grupo de pessoas.

Além do espaço físico, o IFSC disponibilizou alguns materiais para as aulas e o câmpus disponibilizaram recurso para as alunas realizarem as visitas técnicas. Além dos gastos com a bolsa mensal no valor de R\$ 600,00 reais, a equipe buscou parcerias com outras entidades como: outras instituições de ensino, comércio e entusiastas do programa nos câmpus. Conforme relata a Coordenadora 02:

A gente vai atrás de patrocínio, conseguimos muita coisa para a confecção dos artesanatos. Ganhamos tecidos de uma estamperia, peças de uma professora de artesanato, fizemos parceria com a UNESC (COORD02).

A divulgação é feita em locais estratégicos da comunidade e em linguagem acessível

como em: Clube de Mães, CRAS, Posto de Saúde, Movimentos de Economia Solidária, Associações de Moradores, alunos e alunas do IFSC, contato com egressas, cartazes, reuniões, rádio local, internet, sites do IFSC e facebook.

O programa atingiu 236 mulheres e foi desenvolvido de setembro a dezembro de 2017. O grupo de alunas era bem diversificado, contendo tanto mulheres adolescentes como idosas, do meio urbano e rural, pertencentes a diferentes estágios de formação. Foram realizados encontros, palestras e viagens, a fim de propiciar novas experiências às alunas. Observa-se que ao trabalhar com um grupo diversificado, há a necessidade de adequar as abordagens ao perfil que o grupo apresenta como revelou a Coordenadora03:

A nossa maior dificuldade foi adaptar a metodologia a um público tão diversificado. As transgênero são bem instruídas e novas, prestavam atenção nas aulas. Já as idosas, estão há muito tempo fora da sala de aula então pra elas o programa é um curso de artesanato, um clube de mães(COORD03).

De acordo com a Coordenadora 02, a atuação no curso mudou sua visão sobre os programas sociais, caracterizando assim a mudança em sua percepção.

Foi muito gratificante, cresci muito como ser humano. Aprendi muito. Observo que são muitos problemas sociais que passam velados por nós e são poucas políticas públicas para pessoas em vulnerabilidade e as que existem não são bem aplicadas. Com estas duas experiências, observei que o que é feito é muito pouco. Que os Programas Sociais são feitos para os políticos se vangloriarem e não para atingir o real objetivo. Dá um vale gás hoje e a pessoa continua desempregada. Dá o de comer hoje mas não dá o de comer amanhã. Consegui enxergar melhor e fazer uma melhor reflexão sobre os programas sociais para pessoas em vulnerabilidade social e consegui perceber que as políticas públicas não são bem aplicadas para este público (COORD02).

O Edital de 2017, previa a realização de duas Feiras de Economia Solidária, uma interna e outra externa nos câmpus contemplados. A feira é uma proposta pedagógica, que alia os conhecimentos obtidos durante o curso, com suas habilidades e conhecimentos prévios, onde se trabalha de forma interdisciplinar, além da aproximação com movimentos solidários, como uma alternativa de renda às mulheres por meio da produção de artesanatos e alimentos. A questão da socialização com outras mulheres é o ponto forte da feira, assim como a interação com o público também é fortemente percebido como fonte de aprendizagem para as alunas. Para as que se identificam com a comercialização dos produtos, é uma boa forma de se aliar aos movimentos solidários da região e aperfeiçoar seus produtos e negócio.

Mostra-se a intenção de incluir as alunas e promover um maior grau de autonomia no sentido de elas continuarem se reunindo, para sugerir ou criar uma economia solidária. Porém,

esse objetivo de organização coletiva para fins de emancipação dos sujeitos não foi possível, tendo em vista a carga horária do curso e a dificuldade relatada no depoimento da Coordenadora 03:

É difícil. Até temos parceria com o João da Unisul que trabalha com isso, inclusive algumas já trabalhavam com artesanato, já vendiam. Mas devido a estrutura do câmpus e o público pequeno, é algo que temos dificuldade. Não conseguimos dar continuidade (COORD03).

Surgiram casos de sucesso com a venda dos produtos, assim como o crescimento pessoal e profissional, no envolvimento e planejamento das alunas em todo o processo da feira. Algumas alunas estão produzindo por encomendas, até para fora do estado. Os câmpus precisam estabelecer contato direto com os movimentos solidários da região, para que as alunas possam agir independentemente na comercialização de seus produtos após a finalização do curso. Como bem sinaliza Mageste et al. (2008) que o processo de empoderamento implica em estar vinculado a outros atores necessitando sempre analisar o contexto e as relações de poder nas quais a mulher está inserida.

A dinâmica em grupo chamada de “mapa da vida” é utilizada com a intenção de propiciar oportunidade e ambiente adequado para as mulheres trocarem experiências de vida e isso faz as beneficiárias do programa se sentirem autoras de suas próprias histórias (LISBOA, 2003), pois são socializadas as recordações que marcaram suas vidas e a superação dos problemas. São criados espaços de confiabilidade, registro e compartilhamento, onde o grupo interage e se integra, através dos vínculos sociais e culturais que são estabelecidos com a reflexão e a troca de ideias e, cada uma percebe que todas têm problemas e passam por situações semelhantes. Almeja-se com esta interação auxiliar no processo de empoderamento, na medida em que essas mulheres consigam explicitar suas necessidades, expressar suas preocupações e se envolver na tomada de decisões para atender suas necessidades (OMS, 1998). As dinâmicas do final do curso trabalham a comunicação e as mulheres se revelam também por meio de desenhos, cores e formas, demonstrando o processo de transformação, denotando uma elevação no nível do empoderamento feminino.

Para fins de identificação do perfil das alunas foi aplicado em todos os 10 câmpus um questionário socioeconômico, que permitiu uma melhor identificação da realidade social e econômica. O conhecimento do perfil contribuiu para o balizamento das ações do programa Mulheres SIM na edição 2017. Como o empoderamento não é um processo que acontece da mesma maneira para todas as mulheres e também não é linear, com início e fim estabelecidos, variando conforme o seu meio, sua história de vida, seu contexto, sua subordinação e sua

localização (LEON, 2000), é fundamental que o perfil das alunas seja identificado, para que o curso possa assumir um caráter formativo sintonizado com suas características e particularidades.

Os dados do perfil possibilitaram melhor definição de temas a serem tratados, a escolha de um dos temas tratados: o combate à violência contra a mulher, nas suas mais diversas expressões. A violência ainda faz parte da vida de muitas alunas, coube então reforçar ações e atividades, de modo a esclarecer seus direitos, a rede de proteção, o apoio institucional, com iniciativas propositivas. A continuidade dos estudos para muitas pode ser uma alternativa, são vários os relatos de interesse, com demandas em áreas de informática, alimentos, saúde e beleza, produção e renda, e também pela conclusão da educação básica, visto que 55,91% não concluiu até a 8ª série do ensino fundamental e 79,09% não completou o ensino médio.

A estudante bolsista é ponto de apoio nas atividades do programa nos câmpus, com fundamental relação no auxílio às alunas e servidores envolvidos nos projetos. Relatam o preenchimento diário de atividades, acompanhamento da frequência das alunas, dos materiais das aulas, no apoio pedagógico pois as alunas exigem acompanhamento e atenção constantes. Fazem o arquivo dos documentos, controle financeiro dos projetos, além de atividades de pesquisa, como por exemplo fundamentações teóricas em economia solidária. Alguns câmpus fizeram seleção interna, por meio de edital pelo câmpus e outros câmpus indicaram o bolsista. Ressaltam que o aprendizado para o bolsista contribui para sua formação integral, assim como fortalece a criação e manutenção de vínculos com as alunas, conforme depoimento dos Bolsistas 01 e 02:

Cada um dessas mulheres demonstrou que o que precisam é de oportunidade, não existem diferenças e o preconceito é algo que devemos lutar juntas. Esse foi apenas o primeiro passo para a inclusão e não devemos parar (BOLS01).

Faço relatório do que acontece nas aulas, tiro fotos, vendo como elas se comportam, vendo se elas participam, como elas interagem com o professor e com a aula, organizo o material que elas precisam, faço café (BOLS02).

Na perspectiva das atividades desenvolvidas, o câmpus de Xanxerê foi muito significativo na vida das alunas, a medida que possibilitou, sobretudo, o acesso aos direitos, cidadania e um maior grau de inclusão social, conforme expressões das participantes:

Amei este curso, aprendi muita coisa, tivemos várias oportunidades de aprender. Todos os professores foram ótimos e muito importantes e pretendo continuar estudando aqui, pois é um lugar muito bom de estudar (ALUNA04).

Eu amei o curso e me identifiquei muito com o mesmo e tenho aplicado o que aprendi em casa e pretendo continuar estudando(ALUNA06).

Percebe-se que o programa oportunizou significativa contribuição na formação humana e profissional destas mulheres, instrumentalizando-as com novas vivências, (MAGESTE et al, 2008), conhecimentos e despertando atenção para os cuidados com a saúde, direitos de cidadania como mulheres mães e trabalhadoras, auxiliando no desenvolvimento de novos produtos na área de alimentos e com isto oferecer a oportunidade de abrirem seus próprios negócios ou procurarem emprego no setor alimentício. Dagnino (2014) ao citar as dimensões da inclusão ressalta a econômica que trata de um processo que permitiria àqueles que hoje estão à margem do sistema socioeconômico ou na informalidade buscar alternativas de trabalho e renda através de atividades produtivas.

Em 2017, a proposta do câmpus de Chapecó para o Programa Mulheres Sim indicou o atendimento da comunidade de mulheres privadas de liberdade do Presídio de Chapecó. As mulheres detentas, além da baixa escolaridade ou analfabetismo, possuem dependência química e depressão. Para Zorzi (2008), é necessário entender o desenvolvimento estruturado pelas mulheres quando estas aproveitam a oportunidade de mudança de sua realidade e pensar sobre a sua colaboração nas transformações de suas vidas e das pessoas ao seu redor.

Eu estava ciente que podia vir pra cá, mas o dinheiro né, atrai a gente. Quanto mais a gente faz, mais a gente quer. Não pensei também nos meus filhos que hoje estão lá fora sofrendo e eu sofrendo mais ainda aqui dentro. Eu não vejo meus filhos faz dois anos e seis meses que eu tô presa aqui. Eu não pensei neles, mas hoje penso muito neles, muito, muito, muito(ALUNA07).

Destacam-se as participações cruciais da Direção do Presídio de Chapecó e o Departamento de Administração Prisional de Santa Catarina – DEAP/SC, que apoiaram as atividades realizadas pelos servidores do câmpus no presídio. Segundo Dagnino (2014), a inclusão social por ter uma natureza complexa, não pode atualmente ser produzido de forma autônoma pelos excluídos como seria desejável. Nos relatos emocionados das alunas detentas, muitas vezes esqueciam que estavam privadas de liberdade, principalmente nos momentos da prática de desenvolvimento de produtos. A formatura foi muito emocionante para elas e para toda a equipe do IFSC que executou o programa, ao lembrarem das aulas e da convivência. O conceito de liberdade e libertação Freiriano, assume neste contexto outra conotação, da realidade dramática vivida, mas de posse da liberdade de pensamento e de sonhar com condições diferentes através do aproveitamento de uma oportunidade oferecida.

No câmpus Garopaba o curso Geração de Renda, Tecnologia e Valorização do

Trabalho Feminino desenvolveu-se contribuindo para a geração de renda das mulheres de uma comunidade quilombola, através do resgate da cidadania dessas mulheres, historicamente negada, visando fortalecer sua identidade cultural, a autonomia e a sustentabilidade da comunidade. Foram trabalhadas as questões de empoderamento feminino, autonomia, autoestima, esperando que assim o empreendedorismo surgisse no grupo e fosse repassado para a comunidade. Fez-se um resgate histórico do que marcava a memória das alunas em relação à Aldeia e que poderia ser parte da identidade da comunidade. Esta realidade retoma a idéia original de empoderamento de Paulo Freire (1969), como prática pedagógica, como um movimento que tem o propósito de desenvolver a consciência do ser humano de modo a promover sua liberdade e o poder de participação na sociedade. Nas discussões e dinâmicas utilizadas destacou-se a memória da presença de um engenho de farinha, que não existe mais. Partindo desse resgate da lembrança do engenho de farinha, elas decidiram utilizar a mandioca como base para desenvolver seus produtos, com destaque para o pão recheado à base de mandioca, os diferentes recheios, doces como a geléia de aipim e também alguns produtos salgados.

A aproximação com a comunidade da Aldeia é trabalhada pelos servidores do Núcleo Especializado em Integração dos Programas Sociais - NEIPS do câmpus desde 2016, alguns projetos pequenos já foram realizados anteriormente, e neste programa buscou-se atender os interesses que já haviam sido demonstrados. Assim, a proposta do programa foi coerente com os interesses de quem se deseja incluir indo ao encontro do que propõe Dagnino (2014), que acredita que somente essa coerência é capaz de alavancar processos autônomos de inclusão. Outro aspecto importante a ser destacado foi o sentimento de pertencimento que o evento Vitrine Empreendedora despertou nas aulas ao perceberem que seus produtos estavam sendo expostos junto aos produtos dos demais alunos do câmpus. Com o decorrer do curso elas passaram a entender que a escola também é delas e que elas precisam ocupar este espaço apesar das dificuldades encontradas. O programa proporcionou ao grupo, conforme relato das próprias alunas, uma aproximação que havia sido perdida. Apesar de elas residirem próximas umas das outras, a rotina acabou distanciando as pessoas da comunidade. O curso tornou-se um ponto de reencontro para elas.

No câmpus Gaspar foi realizado o Curso de Geração de Renda, Tecnologia e Valorização do Trabalho Feminino. Durante o curso foram elaborados produtos a partir de extratos naturais de alecrim e de lavanda, sendo eles: sabonete líquido, aromatizador de ambientes, desodorante natural e sachê perfumado. As alunas conheceram os custos envolvidos, a elaboração dos produtos e as técnicas de decoração das embalagens, bem como,

o processo de venda dos produtos finalizados. O que contribui para modificar a lógica de submissão, conforme indica Lisboa (2003), e que essa nova condição resultante da apreensão de poder pelos sujeitos e o fortalecimento de suas capacidades, se afirmam como agentes empoderados da história. Como experiência disso, foram realizadas duas feiras de Economia solidária, onde as alunas expuseram e comercializaram os produtos elaborados durante as aulas ou produzidos por elas em casa, com base no conhecimento que tiveram durante o curso.

No câmpus Tubarão, as atividades desenvolvidas no curso Transformando vidas de sujeitos do gênero feminino em situação de vulnerabilidade social: Somos todas Mulheres Sim, promoveu a inclusão social das mulheres cisgêneros e transgêneros no espaço escolar. Para Aranha (2002), além do indivíduo excluído perder em desenvolvimento, a sociedade perde por não ter a oportunidade e a possibilidade de apreender uma significativa parcela de seus elementos constitutivos, representados pelos “diferentes” segregados. Para identificar o público do projeto, contou-se com o apoio do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS Humaitá –, da Associação LGBTT<sup>3</sup> Gata Tubarão e realizou-se busca ativa na região próxima à BR 101 e terminal rodoviário, por se caracterizar como ponto de prostituição do público transgênero.

Participaram profissionais externos como voluntários: representante da ONG LGBTT Gata Tubarão, representante do movimento Negro de Tubarão, representante da Justiça Federal, representante da Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso – DEPCAMI de Tubarão –, Secretária Municipal de Saúde, uma Psicóloga e uma Artista Plástica. Dentre os resultados conquistados destacam-se: a integração entre as mulheres cisgêneros e transgêneros; o amplo debate sobre o público transgênero; a inserção do público transgênero do espaço escolar; amplo debate sobre preconceito; e visibilidade do público transgênero nos Institutos Federais de Educação com a apresentação do programa na Mostra de Experiências Exitosas da REDITEC 2017, em João Pessoa, Paraíba.

Antes de me transformar em uma mulher fisicamente, dentro do meu coração, a minha alma já era feminina. Então eu quis transformar por fora o que eu sempre quis ser por dentro (ALUNA09).

Evidentemente, uma transformação drástica na estrutura de poder que sustenta a lógica sexista é lenta e paulatina e os seus resultados são absorvidos também muito lentamente

---

<sup>3</sup>Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

(MAGESTE et al., 2008). As questões envolvendo as dimensões de gênero exige um processo de mudança cultural, que nunca vai acontecer de modo imediato. Para Sasaki (1997), neste processo, é a sociedade que precisa se modificar para incluir todas as pessoas e ter a capacidade de atender às necessidades de seus membros e oferecer oportunidade a todos.

No câmpus Caçador, o curso escolhido foi de Educação e Gênero, porque as alunas do CRAS do bairro Martello possuem histórico de muito sofrimento e violência familiar. Este tipo de situação impõem limites a capacidade de ser autônomo, haja vista que a autonomia envolve a liberdade de dar a si as próprias concepções e também a habilidade de fazer acontecer os próprios planos (ZATTI, 2007). Por isso o foco do curso foi dar um novo olhar sobre suas vidas e mostrar novos caminhos, novas perspectivas. Trabalharam o desenvolvimento de habilidades manuais na questão de aprenderem a criar artesanato e, foram criadas condições favoráveis ásocializarem, para fazerem amizade e conhecerem um pouco mais do mundo e se libertarem do modo limitado e dependente que sempre viveram. Aprenderam o valor das notas do dinheiro, o que podiam comprar com elas e fizeram exercícios de colocar preço nos objetos que iriam para feira. Muitas também tiveram a primeira oportunidade na vida de usar um computador e uma calculadora.

Na questão do público, eu sabia que seriam mulheres em situação de vulnerabilidade social, mas mesmo assim levei um ‘choque’ ao vê-las e ao ouvir um pouco sobre cada uma. Muitas mulheres deixaram suas vidas de lado por causa dos filhos, algumas tinham aprendido recentemente a ler e a escrever entre várias outras histórias. De qualquer forma eu fiquei muito feliz em participar principalmente por entrar em contato com essas mulheres e conhecer um pouco melhor a parte ‘triste’ (não encontrei uma expressão melhor) do mundo. Acredito que o Mulheres Sim!, ajuda muito, principalmente na questão de dar uma nova perspectiva de vida a essas mulheres (BOLS03).

A fala da coordenadora ratifica a posição paulofreiriana (1969,1981) da importância do resgate das história e trajetórias de vida como condição para o sujeito tomar consciência subjetiva e histórico-social de si mesmo e do seu lugar e papel nas relações de poder – condição para o empoderamento.

No câmpus Canoinhas, o programa foi desenvolvido com mulheres dos conjuntos habitacionais Nossa Senhora Aparecida I e II, inaugurados em 2016 no Bairro Piedade. Os relatos das alunas elucidaram que a convivência permitiu que elas se aproximassem das vizinhas e pudessem estabelecer laços. Hoje elas frequentam as casas umas das outras e se reúnem para conversar, trocar experiências, produzir artesanatos e cuidam dos filhos das colegas eventualmente. Muitas querem voltar a estudar e concluir o Ensino Fundamental e Médio. Das 25 concluintes, 11 estão concorrendo a vagas para realizar o

Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) que será ofertado pelo IFSC Canoinhas em 2018/2. Dado relevante nessa experiência é a constatação de que o processo pedagógico do empoderamento não é uma ação isolada e/ou solipsista. É na relação intersubjetiva, na interação entre diferentes mulheres, na construção de laços afetivos e solidários, que o processo de empoderamento acontece. Para Antunes (2003), a autonomia para as tomadas de decisões importantes para a própria vida é requisito essencial para a criação de uma postura mais ativa nas suas relações interpessoais, uma vez que aptos a decidir entre as diversas oportunidades, não há mais como negligenciar o espaço e a posição diferenciados construídos por estas mulheres. Para isto, a participação torna-se relevante para a efetivação desse processo, pois será através da busca pela inserção em diferentes espaços, assim como do controle e da melhora da confiança, que as mulheres poderão assumir o próprio processo de empoderamento.

No câmpus Criciúma foram destacados pelas participantes, a aproximação da mulher à comunidade escolar e civil; a família apoiando a participação no programa; abertura ao diálogo; ampliação nas vendas de artesanatos; confecção de artesanatos aprendido no curso; valorização da mulher; aumento da renda financeira com a venda de artesanatos e produtos comestíveis; estreitamento de amizades e parcerias; estímulo à participação de cooperativa. No grupo das mulheres participantes constatou-se, autoestima elevada; inserção social; fomento para geração de renda; participação em feiras de economia solidária e cooperativas; integração com a comunidade acadêmica; desejo de voltar a estudar e sentimento de pertencimento. Esses resultados refletem aspectos do que Sen (2000) conceitua como liberdades substantivas que são aquelas que asseguram aos sujeitos a capacidade de participar como agentes e não pacientes dos rumos de sua comunidade, resultam em direitos que garantam qualidade de vida, tais como segurança física e econômica, proteção contra fomes e doenças, mecanismos de combate a diversas formas de discriminação, transparência nas relações sociais. Por isso, a importância de um programa como este para auxiliar essas mulheres a enfrentar as fontes de privação de liberdade.

O projeto Ciclo de Palestras e Oficinas focou na higiene, estética e saúde da mulher. A primeira oficina foi de Maquiagem e realizada por quatro mulheres da empresa de cosméticos Mary Kay, as palestrantes trabalharam o conceito de beleza e instigaram as participantes a se maquiarem para o dia a dia ensinando-as através de dicas e ainda fomentaram a possibilidade das mulheres aderirem a consultoria da empresa. Na oficina de manicure foram apresentados os instrumentos utilizados para exercer tal função, bem como os

cuidados com a higiene e dicas para fazer as unhas. Durante o Outubro Rosa teve uma palestra ministrada pela Liga das Mulheres de Criciúma sobre HPV e prevenção do câncer de mama. Na última oficina foram ensinados vários tipos de massagem. A estratégia do programa vai ao encontro da ideia de Sen (2010), que argumenta que garantir oportunidades de educação e emprego às mulheres (de uma forma que amplie sua autonomia) seria a primeira iniciativa para fortalecer seu poder de voz dentro e fora da família e possibilitar sua inclusão nas discussões em que eram postas de lado. Também foi oferecido às alunas uma visita técnica ao aterro sanitário da região em Urussanga e lá foram compartilhados conhecimentos sobre reciclagem. Todas as palestras e oficinas foram desenvolvidas por colaboradores voluntários que assinaram o termo de voluntariado.

No campus São Lourenço do Oeste, esteve presente uma egressa que falou da alegria em ter feito e concluído o curso e da satisfação em conseguir comercializar os artesanatos. Cada aluna teve a oportunidade de aprender e produzir artesanatos, como cuias decoradas, guardanapos, guirlandas, telas decoradas, chinelos decorados, caixas de MDF decoradas, porta-retratos decorados, porta-canetas com materiais reutilizados e travessieiros terapêuticos com plantas medicinais. Os produtos foram selecionados e colocados para venda durante a Feira de Economia Solidária. Houve relatos de mulheres que faziam artesanato e que não estavam mais produzindo e o curso deu um novo sentido com a valorização do trabalho, com a continuação dos estudos, do trabalho em grupo, do que é simples, da mulher do lar e a valorização de ser mulher. Oportunidade de educação e geração de renda são aspectos que colaboram para tornar mais forte o papel ativo e de agente das mulheres, e isso estimula uma postura independente e de empoderamento (ROMANO, 2002).

Em São Miguel do Oeste houve trocas de experiências e vivências durante as aulas teóricas e principalmente práticas, com socialização das mulheres do campo que vivem em comunidades rurais afastadas; com a oportunidade de retorno ao banco escolar e a capacitação; com a valorização do trabalho da mulher do campo como protagonista na propriedade rural e em sua comunidade; com o resgate de saberes referentes a comida e artesanato das etnias imigrantes da região. Foi abordada uma variedade de assuntos como pastagens, manejo de aves, manejo de bezerros e bovinos de leite, olericultura (produção de produtos in natura e animais que são comercializados ou matéria-prima para a produção de outros produtos na propriedade), boas práticas de manipulação de alimentos, leite, derivados, frutas e hortaliças, panificação, corte e costura e artesanato. A oportunidade de educação e a capacitação para o trabalho oferecida pelo programa a essas mulheres fortalece a condição de

agente e a voz ativa e isso pode influenciar na natureza dos debates de ordem pública sobre diversos temas que afetam a sociedade (SEN, 2000).

Os servidores frisaram que para esse tipo de programa que atende pessoas em vulnerabilidade social é essencial a bolsa de estudante que era fornecida para as alunas pois serve como incentivo para que não haja evasão do curso. De acordo com os servidores, se fosse disponibilizado outro curso, com os mesmos moldes mas sem a bolsa de estudo, dificilmente as participantes se manteriam no programa. Para Zatti (2007), a vulnerabilidade econômica leva a uma realidade de pobreza cultural, aumentando a dificuldade ou limitando o exercício autônomo da cidadania, pois, desprovidos de educação de qualidade, não conseguem se inserir e permanecer como sujeitos no ambiente social por terem condições desiguais na disputa pelas oportunidades.

O desafio é manter essas mulheres no curso, porque algumas delas depois de receber as três parcelas de 100,00 não aparecem mais (COORD03)

Tem uma senhora que pega três ônibus pra chegar no IFSC. Ela vem porque recebe os 100,00 por mês durante o curso, porque o pessoal do IFSC dá alimentação pra ela. Vive de Bolsa Família e cesta básica (COORD02).

Fiquei sabendo do curso por uma aluna minha que deixou de ir no clube de mães pra vir aqui porque aqui o IFSC consegue todo o material e no clube de mães cada uma é responsável por trazer o seu (ALUNA05).

Por outro lado, conforme depoimentos, há aquelas mulheres que só se inscrevem no programa com interesse nos 100,00 que vão receber por mês, demonstrando, conforme Kant (1985), a opção do próprio indivíduo por permanecer na sua menoridade decidindo não lutar por condições de sair dessa situação e determinar a sua vida sozinho sem necessitar de ajuda de terceiros. Esse contexto exemplifica o citado por La Boétie (2009), de que há um conjunto de indivíduos que aceita a servidão porque se reconhecem mais felizes e melhores como servos.

Algumas ligam pra ver se vai ter outra edição do programa e a primeira coisa que perguntam é da bolsa (COORD03).

As alunas que realmente precisavam aprender se integrar não vieram mais depois das primeiras aulas. Elas devem continuar ganhando o auxílio mesmo sem vir na aula (ALUNA03).

Porém, apesar desses casos, quando se atua com projetos que buscam a qualificação de pessoas pertencentes à comunidades vulneráveis, percebe-se a necessidade de subsídios financeiros para gastos que vão além do atendimento didático, pois isso tem implicação no grau de autonomia e decisão das mulheres em frequentarem o curso. Rodrigues (2007) coloca

como indicadores da inovação social o grau de autonomia nos processos decisórios, bem como as novas relações de trabalho e família como fatores que influenciam os atores sociais a aumentarem a sua emancipação, a promoção da qualidade de vida e o sentido para o trabalho.

Nos relatos dos câmpus e também nas visitas realizadas pôde-se perceber alguns pontos fortes apontados pelas alunas do Programa, tais como, as aulas de informática, artesanato, culinária, saúde da mulher e cidadania. A formatura foi colocada como momento mais marcante, já que muitas nunca tiveram a oportunidade de receber um diploma. As solenidades das formaturas nos câmpus são repletas de alegria e emoção, marcando a vida dessas mulheres.

Na formatura, fizemos um coquetel com a comida que elas aprenderam a fazer, chamamos uma cantora. Foi uma festa, vieram super arrumadas (COORD01).

Alguns depoimentos de participantes evidenciam a importância da participação no Programa:

Aqui a gente aprendeu muita coisa, pra vida, para o dia a dia com a família, ou pra uma balada. Tudo que a gente aprendeu aqui a gente vai levar um pouquinho em qualquer lugar da nossa vida. Porque Mulheres Sim é o poder da mulher, é a autoestima da mulher (ALUNA09).

Na minha cadeia, de 2 anos e 3 meses que eu tô, esses 4 meses foram os dias mais felizes que eu tive. Eu não me imaginava dentro do presídio. Nós passamos quintas e sábados mais felizes aqui. Você está ali fazendo artesanato, elas traziam rádio pra gente escutar música (ALUNA08).

Em três meses minha vida mudou. Segura agora! Agora me segura! (ALUNA11)

Eu aprendi a me valorizar mais, a sair de casa, de ser eu mesma, não se envolver muito com os problemas. Eu saio dos problemas as vezes porque eu acho que o importante é a gente estar bem com a gente mesmo. Aprendi bastante mesmo com as palestras (ALUNA09)

O processo de aprendizagem coletivo que se baseia no potencial dos indivíduos e dos grupos que consentem a efetivação de mudanças sociais (BIGNETTI, 2011) é verificado no fato do curso ser construído coletivamente entre os envolvidos, procurando atender a demanda que as alunas expressam. Os questionários socioeconômicos, entrevistas e acompanhamento de egressas permitiram aproximar o programa da realidade social e econômica das alunas e auxiliaram no planejamento, definição e redirecionamento das políticas públicas educacionais voltadas a este público. Todas as aulas exploraram a experiência de vida e saberes não formais destas mulheres, isso mostrou que ao conhecer o problema das colegas do grupo, sua compreensão sobre a existência dos seus problemas foi afetada. A percepção realista do problema facilita na procura por alternativas para solucionar as adversidades.

Como o programa de um modo geral resgata a história de vida das mulheres e busca construir a formação de maneira conjunta entre alunos, servidores, parceiros e comunidade através de uma metodologia alternativa de obtenção de conhecimento, pode-se evidenciar que este processo está de acordo com o que Bignetti (2011) aponta como a promoção de uma aprendizagem coletiva. A respeito da metodologia utilizada no Programa Mulheres Sim, aos depoimentos enfatizam a construção de maneira coletiva do curso, conforme:

O curso foi bem integrado e formado junto. As meninas participam, perguntam, são ouvidas (ALUNA02).

O curso foi construído de maneira coletiva, sempre podíamos opinar, intervíamos sempre que achávamos necessário (ALUNA03).

Fiquei muito feliz em participar e aprendi mais com elas do que elas comigo (PARC01).

Eu fui aprendendo a trabalhar com elas. Na primeira vez que dei aula neste programa não consegui ser muito produtivo, agora mudei a dinâmica e deu certo (PARC02).

Sempre consideramos o que as alunas queriam fazer, se era doce, se era salgado. Assim, elas se separaram no grupo do doce ou do salgado. Em relação as oficinas ofertadas também foram as selecionadas por elas. Levamos elas pra aprender alfajor. Somos fazendo o programa juntos (COORD01).

Tínhamos um planejamento prévio mas sempre procurávamos ouvir elas. Mas tem a carga horária do curso que precisamos cumprir, que não pode fugir muito. Muitas vezes sentimos que elas queriam estar ali só para fazer a parte prática (maquiagem e artesanato) mas precisávamos cumprir o que está no PPC (COORD03).

Apresentamos a proposta e por exemplo, essa oficina de Estética construímos através da demanda delas (COORD02).

Como essa metodologia abre espaço para as demandas das alunas em relação à capacitação que nem sempre o IFSC possui conhecimento ou infraestrutura para atender, as parcerias voluntárias são indispensáveis, tendo em vista a falta de recursos disponíveis para essas situações. Essa visão também é compartilhada pelas coordenadoras ao relatar sobre o vínculo que o IFSC fez ao buscar parcerias na atuação do programa Mulheres Sim, e como isso pode estreitar os laços entre as instituições:

O IFSC desde 2016 faz parte do Fórum de Economia solidária como entidade apoiadora, então estamos bem próximos. Começou devido ao Mulheres Sim mas a parceira continua, temos uma cadeira lá dentro. Eles estão querendo trazer a Feira pra trazer a feira aqui pra dentro do câmpus. Vamos fazer um projeto para trazer as egressas para essas feiras para vender os produtos. Nós já temos o espaço lá na praça. Oportunizamos isso para as egressas (COORD02).

O SESC e o CRAS já estavam vindo atrás pra saber se o IFSC ofertaria o programa novamente (COORD03).

É possível observar a participação e colaboração dos atores envolvidos no programa (PHILLS et al, 2008; BIGNETTI, 2011, AGOSTINI et al, 2016) na atuação dos coordenadores, professores, alunos bolsistas, governo, instituição de ensino e pelas parcerias citadas no decorrer da análise de dados: Clube de Mães, Centro de Referencias em Assistência Social, Posto de Saúde, Movimentos de Economia Solidária, Caritas, Instituições de ensino Associações, ONGs, alunos e alunas do IFSC, Presídios, Departamento de Administração Prisional de Santa Catarina – DEAP/SC, Centro de Educação de Jovens e Adultos, Secretarias Municipais, órgãos judiciários, Feminina de Combate ao Câncer, Associação de Artistas e Artesãos, Prefeitura Municipal, Secretaria de Assistência Social, Turismo e Saúde. A formação de novas relações sociais e novas estruturações sociais (BIGNETTI, 2011, ANDRE E ABREU, 2006, MURRAY *al.*, 2010, CRISES, 2015, AGOSTINI, 2016, MOULART et al., 2013) também é evidenciada neste contexto e as parcerias fortaleceram as relações com a instituição.

Outro critério decisivo para tornar-se uma inovação social é a ação ser planejada e coordenada e atingir mudanças sociais através de novas práticas sociais (HELLSTRÖM, 2004; HOWALDT; SCHWARZ, 2010). Assim, analisando elementos do planejamento estratégico do IFSC é possível estabelecer uma conexão direta da inovação social com a missão dos Institutos Federais e a extensão como um meio de potencializar essa atuação promovendo ações em prol da sociedade. O Programa Mulheres Sim possui elementos como direção, coordenação, projeto pedagógico de curso, editais, acompanhamento e outros que demonstram o planejamento e a coordenação existente.

A formação de novas relações sociais e novas estruturações sociais (BIGNETTI, 2011) é percebida mais fortemente com a aproximação e vínculos com movimentos solidários, como uma alternativa de renda às mulheres por meio da produção de artesanatos, alimentos, etc. A questão da socialização com outras mulheres, a interação com o público e a necessidade de contatos e parceria com os Fóruns de Economia Solidária formam essas novas relações sociais. Além disso, como as demandas das alunas em relação à capacitação nem sempre são possíveis de ser solucionadas com os servidores internos da instituição, formam-se as parcerias voluntárias para resolver essa necessidade e com isso pode-se intensificar as relações entre as instituições.

Me sinto mais confiante porque conhecemos pessoas importantes, pessoas que nos dão oportunidades de atravessar as barreiras, criamos uma rede que enquanto

estamos em casa não temos. Só conhece teus vizinhos e teus parentes. Quando se chega numa entidade dessa tu conhece pessoas com sabedoria, pessoas que tu não imaginava que pudesse te passar tantas informações, te dando suporte. Me sinto mais segura para as decisões do dia porque as professoras nos passam essa segurança nos apoiando e nos ajudando sempre (ALUNA02).

Como consequências esperadas da inovação social estão a inclusão social, melhora da qualidade de vida e capacitação dos agentes a fim de gerar mudanças no contexto em que atuam (ANDRÉ; ABREU, 2006). A capacitação ocorreu não só nas alunas, como também nos servidores, proporcionada pela troca de experiências entre os atores e conteúdos diversos que o curso proporcionou. Para Gonzalez et al, (2010) a satisfação humana, o empoderamento, a inclusão social e as mudanças nas relações sociais são relevantes para que seja possível classificar algo como uma inovação social. Os coordenadores acreditam que a metodologia utilizada possibilita a inclusão das participantes, de acordo com as falas:

A comunidade delas se sentiu mais pertencente ao IFSC. Eles moram aqui há dois quilômetros e tu não vê eles aqui. Depois do curso já vi filhos, maridos vindo perguntar dos cursos oferecidos. Na formatura teve uma presença massiva da comunidade deles. Quase não se observa alunos negros por aqui mas aquele dia eles estavam em maioria. Foi super válido pra aproximar o IFSC da comunidade. Esses programas de extensão é uma forma de IFSC chegar no público alvo, visto que, eles consideram a instituição como uma realidade que não é para eles (COORD01).

Promoveu a inclusão principalmente do público transgênero (COORD03).

O Mulheres Sim é uma porta de entrada para que estas mulheres venham se qualificar aqui no IFSC. É plantada a semente, é a possibilidade de elas conhecerem nosso trabalho aqui e fazer outro curso que realmente vai mudar a vida delas. Não podemos ficar em um ciclo, precisamos mudar o foco, atingir mais famílias. Por exemplo, esse ano o público atendido serão as presidiárias. Precisamos divulgar o IFSC para um número cada vez maior de pessoas. Essas mulheres não viriam para o IFSC se não fosse pelo programa (COORD03).

Acabam trazendo os filhos pra estudar no IFSC, acabam voltando a estudar e a assim, o IFSC pode gerar mais oportunidades (COORD02).

As pessoas, e mais especificamente as mulheres que vivem em situação de vulnerabilidade, nos seus contextos do cotidiano, quase nunca se sentem valorizadas, importantes e nem respeitadas. O programa oferece uma relação respeitosa, carinhosa, um tratamento com carga de afetividade, isso produz um ambiente agradável como nunca tiveram na vida e, o mais importante é que elas levam isso para as suas famílias e estabelecem uma nova relação com os filhos e com os vizinhos. O programa preocupou-se com elas enquanto alunas e cidadãs, responsáveis por melhorar a sua qualidade de vida e dos que estão a sua volta, contribuindo assim no desenvolvimento de sua comunidade. Prá (2001) corrobora com o entendimento de que quando as mulheres têm oportunidades de participar de forma mais

ativa na família, na comunidade e na sociedade, elas contribuem de forma decisiva para o benefício de todos.

Se eu sou trans, gay, homem ou mulher, eu sou um ser humano. Quem lá no curso, no início foi difícil, mas depois elas começaram a agarrar a gente de uma forma que não querem mais deixar a gente. Maioria mulheres de 50 anos, 40 anos, 30 anos, já têm filhos, já têm netos. Eu achei que seria um pouco mais de preconceito, mas essas mais velhas têm cabeça mais aberta para o nosso mundo trans. Já chegam: linda, poderosa, ganhei presentes delas [...]. Me abraçaram, me acolheram, não como uma maldição, uma doença ou algo do tipo que a sociedade diz (ALUNA09).

Eu aprendi com esse projeto assim a entender as pessoas que antes eu não fazia. Aqui você se sente bem. A gente se sente amada pelos professores. O abraço de cada um foi muito confortável. Antes eu pensava que a gente não valia nada mesmo, antes de eu conhecer o projeto. Ah, vou sair lá fora não vou arrumar serviço porque vão apontar que era ex-presidiária. Hoje penso diferente. Eu fui presa, fui, sou ex-presidiária, mas posso mostrar pra sociedade que além de ser ex-presidiária, eu sou um ser humano (ALUNA07).

Já dei emprego para umas quatro meninas que trabalharam comigo confeitando biscoito e ajudando nas vendas. As pessoas precisam dos meus produtos e nos bairros não tem quem faça esse tipo de comida. Ajudo na saúde dos meus clientes (ALUNA02)

A investigação desenvolvida no decorrer do programa constata a importância do movimento social que proporcionou a discussão sobre geração de renda, direitos, inclusão social, que necessitam ser respeitados e planejados na concepção de alcançar alternativas que libertem o indivíduo da condição que se encontra. O Programa Mulheres Sim além de ser um espaço para a construção de novos conhecimentos projetados de acordo com a realidade social é também relevante no entendimento e na identificação do ambiente do outro. Para Sasaki (1997), ações de aceitação das diferenças individuais e de valorização da diversidade humana devem ser incentivadas e fortalecidas e põe em evidência a importância do pertencer, do conviver, do cooperar e colaborar para que todos os indivíduos possam contribuir para uma realidade mais justa, saudável e satisfatória.

As mulheres participantes sentem-se valorizadas pela interação com a equipe de professores e servidores, pelo contato com o espaço acadêmico e aproximação com outras mulheres com o desejo de transformação. Valorização esta, que também ocorre pois elas adquirem uma consciência crítica que pode ser distinta das ideias que tinham do ser mulher. Pode-se constatar que o Programa Mulheres Sim contribui no processo de empoderamento, no desenvolvimento da consciência crítica em relação ao seu papel enquanto mulher, o que gera empoderamento individual e coletivo, conforme apresentado por Mageste, Melo e

Ckagnazaroff (2008), através da percepção do controle sobre determinadas circunstâncias e capacidades de mobilizar.

A estratégia utilizada na inovação social de cooperação intensa entre os atores envolvidos é para que se alcance transformações sociais duradouras e de impacto (BIGNETTI, 2011). Ao analisar a estratégia do Programa Mulheres SIM, que é empoderar mulheres vulneráveis através do resgate da autoestima contribuindo para que se atinja algum grau de autonomia e incluí-las socialmente em sua comunidade, de modo que se sintam cidadãs com direitos e deveres assim como possam ter a oportunidade de se capacitar, nota-se a existência da intenção de transformações duradouras e de impacto. Para Zatti (2007), considera-se grau de autonomia pois este poder não é alguma coisa absoluta e ilimitada e tampouco significa autossuficiência. Ao dar maior autonomia à mulher, de modo que esta desenvolva e modifique suas relações sociais e de poder, o programa possibilita por meio da aprendizagem coletiva e da troca de experiências, alterar a realidade das alunas, transformando-as em sujeito ativo de sua própria vida. Para Dellani e De Moraes (2002), essa transformação decorrente da inclusão social que visa igualdade de oportunidades deve ser planejada e executada com o intuito de divulgar os direitos e programar ações que assegurem o acesso de todas as pessoas a todos os seus direitos.

Pelo depoimento das alunas percebe-se que as mudanças em relação a autoestima e a valorização para o restabelecimento da confiança foi notado pelos seus familiares. Algumas mudanças foram sentidas como algo bom. No entanto, os familiares de algumas alunas não aceitaram tão bem o estímulo à valorização, pois isso alterou sua relação de poder com a família, influenciando em sua autonomia, que antes do curso era mais limitada.

Minha filha falou que me percebe mais feliz e que é pra eu continuar assim. Tinha parado de falar com o meu filho e agora voltamos a conversar. Eu sofri demais, chorava muito (ALUNA01).

Meu filho percebeu bastante mudança em mim e diz: mãe, tu não tem tempo pra nada né? A diferença é para uma mãe ativa, feliz, porque existe um retorno bom e as pessoas procuram a gente. Ele diz: Mãe, ficasse importante agora né? (ALUNA02).

As pessoas reconhecem as mudanças. Minha mãe fala: quem diria minha filha, antes tu vivia pedindo um troquinho aqui outra ali e hoje você esta emprestando (ALUNA02).

Minha família percebeu minha determinação com meus produtos em casa no meu ateliê. Antes ele estava lá parado, agora voltei a ativa. Estou mais animada (ALUNA03).

Estou mais paciente com minha família (ALUNA05).

Neste sentido, Rodrigues (2006) relata que a inovação social está nas mudanças como o indivíduo se reconhece no mundo e nas expectativas recíprocas entre as pessoas, decorrentes de abordagens, práticas e intervenções. Neste caso, pode-se considerar que decorrente da abordagem do curso Mulheres Sim, as alunas puderam se reconhecer como indivíduo e isso refletiu nas expectativas do seu companheiro em relação aos seus direitos dentro do lar.

Agora posso dizer que tenho uma vida de verdade, de mulher que sustenta a casa, que tem seu dinheiro, que não precisa mais correr atrás de emprego porque depois dos 50 ninguém mais quer pegar a gente. Agora me sinto livre, independente (ALUNA02)

A minha relação com a família está mais tranquila. Tenho menos tempo de conversar com eles mas ao menos tempo da menos confusão. Mas ficou bem melhor porque eu não me lamento tanto (ALUNA03).

Somente em relação ao meu marido que resultou em uma separação porque ele queria exigir que eu tivesse carteira assinada com horário pra entrar e horário pra sair e no meu negócio de fazer e vender pães isso não existe. É sair e não ter hora pra voltar. Ele acabou não gostando, esfriou bastante a relação. Acabou que minha melhora na autoestima pode ter intimado ele porque ele continua até hoje desempregado. Ele via que quem sustentava a casa era eu e quem lavava a louça era ele. Então mudou né, inverteu os papéis, e isso intimidou ele. Como ele sempre trabalhou, quando deixou de trabalhar e viu que eu tomei a postura de dar continuidade na sustentação da casa, pode ter deixado ele um pouco triste (ALUNA02)

Deram alguns problemas de relacionamento porque algumas mulheres vivem relacionamentos abusivos, e como elas mudam a postura e o relacionamento em casa aconteceram alguns conflitos. Tiveram casos de o marido não deixar a mulher passar batom pra vir pra aula, umas coisas que tu não acredita (COORD01).

Teve um marido aposentado e que só ficava em casa que falou para sua esposa que sempre foi dona de casa: o que você quer indo para o IFSC depois de velha? Por ele ela estaria em casa assistindo TV e fazendo o serviço de casa. Mas ela estava optando por vir (COORD02).

O curso desconstruiu alguns conceitos que estavam enraizados já no ambiente familiar (COORD02).

Aprender coisas interessantes, produz sensação de gratidão na percepção da significativa contribuição para a vida, a tal ponto de reconhecer a mudança provocada. Apresentavam-se felizes em poder estar realizando um curso, por terem a oportunidade de voltar a estudar, bem como por ter uma maior socialização, estreitamento de vínculos de amizade e a elevação de sua autoestima. Na visão de Sen (2000), como o bem-estar está diretamente relacionado à condição de agente e à liberdade dos indivíduos, essas mulheres têm um papel decisivo na contribuição para o desenvolvimento das sociedades.

As mudanças na compreensão dos sentidos da vida, desperta interesse de outras pessoas próximas, da família e dos vizinhos. Para Dellani e de Moraes (2002), o processo de inclusão visando à igualdade de oportunidades implica em transformações em todas as pessoas e não se trata de um desafio fácil. As beneficiárias do programa consideraram os ensinamentos sobre os direitos da mulher como imprescindíveis para que elas enxergassem as desigualdades de poder entre os sexos.

Pode-se verificar pelo discurso abaixo feito por uma aluna na formatura que elas conseguem refletir sobre a realidade e o papel da mulher, identificando preconceitos e relações de poderimpeditivas para o seu crescimento. Para Sen (2001), o estímulo a um novo modelo de desenvolvimento que possibilite a ampliação das liberdades substantivas e instrumentais dos indivíduos e que utilize o empoderamento como principal meio para a superação da pobreza e da tirania precisa encarar a questão do poder.

Tempo de conhecimento, aprendizagem e empoderamento da mulher. Sim! Buscando conhecimentos e transformando nossas vidas. E saber que perdemos até a vergonha de subir no palco para desfilarmos pela primeira vez na vida. Inclusive, depois dos 70 e poucos anos para algumas. Isso sim é empoderar! Prontas para desfilar com seus belíssimos colares por nós confeccionados na aula da Prof. Juliana. Subiram no palco e arrasaram, belíssimas e poderosas para cantar a Mulher Maria Maria do Milton Nascimento. Que coral maravilhoso! De uma coisa tínhamos certeza: essa Maria da Musica que como diz na musica não vive apenas aguenta, não somos nós não, porque nós participamos do curso Mulheres Sim, somos mulheres com sinônimo de força, coragem, garra, determinação, empoderamento e amor. A medida que nossas aulas iam acontecendo sentimos falta e ficamos tristes com a ausência de algumas mulheres que se fizeram presente nos primeiros dias de aula demonstrando bastante entusiasmo mas que infelizmente por algum tropeço no percurso foram obrigadas a desistir. É uma pena. Voltando ao inicio do curso, podemos perceber que a medida que as aulas iam acontecendo uma transformação em nossas vidas iam se realizando pois em cada detalhe que nos era ensinado nos trazia elementos importantes para instigar a verdade que, muitas vezes, a sociedade nos faz acreditar e a ter certeza que podemos sim criar oportunidades e buscar caminhos para se ter uma vida melhor e mais feliz. E por acreditar que as mulheres precisam agarrar oportunidades como essa para aprender a se valorizar mais como mulher, como profissional que só tende a nos trazer benefícios, promovendo a socialização, proporcionando a geração de renda, levantando a nossa autoestima, fazendo com que acreditemos em nós mesmas como mulheres que somos. Tudo isso nos foi confirmado pela cartinha carinhosa que recebemos pelo correio, a cartinha da diretora do câmpus, que alertava que para alcançar nossos objetivos é fundamental termos perseverança, compromisso, entrosamento, , responsabilidade e dedicação e manter o foco. Foco, fé e coragem. As amizades aumentaram no decorrer do curso e a troca de experiências tornou-nos um grupo de mulheres barulhentas, conversadeiras, sim! E isso comprova a tamanha paciência e que paciência que todos os professores tiveram conosco. Relembrando o primeiro dia de aula vem a mente a letra da musica: Triste, louca ou má. E assim concluo que é possível sim a vida reinventar. Como diz a musica: Um homem não me define, minha casa não me define, minha carne não me define, eu sou o meu próprio lar. Por tudo isso gostaríamos de agradecer a todas que fizeram parte conosco desta linda caminhada, que nos atenderam com muita paciência e dedicação. E dizer que valeu a experiência de termos compartilhados momentos que ficarão marcados em nossa vida. Somos Mulheres. Mulheres SIM!(ALUNA13).

A inovação social é uma nova resposta que gera mudança social, que além de atender as necessidades inclui, capacita e desencadeia mudanças nas relações de poder (ANDRE E ABREU, 2006). Para Antunes (2003), a autonomia para as tomadas de decisões importantes para a própria vida é requisito essencial para a criação de uma postura mais ativa nas suas relações interpessoais, uma vez que aptas a decidir entre as diversas oportunidades, não há mais como negligenciar o espaço e a posição diferenciados construídos por estas mulheres. A partir do conhecimento e das discussões realizadas no curso, as alunas modificaram suas relações de poder e determinaram a própria lei à qual elas se submetem (LALANDE, 1999) e teve também a capacidade de fazer (ZATTI, 2007)

No começo do curso quando eles perguntavam as coisas eu tinha vergonha de falar. Agora não, já estou aqui até dando entrevista. Acho que estou bem diferente (ALUNA01).

Meu comportamento mudou em relação a minha auto estima, a minha segurança em eu chegar no posto de gasolina e poder abastecer porque eu tenho dinheiro, posso comprar porque sei que posso pagar, não preciso fazer em prestações (ALUNA02).

A convivência com outras mulheres foi importante porque conheci vidas novas e consegui dar uma incentivada nelas com a abertura do meu negócio. Falei pra elas que não parem, que existe sempre uma luz no fim do túnel, que não desistam, que saiam do sofá, desliguem a televisão, façam mais pesquisas e descubram seu talento e coloquem a cara na rua e vamos batalhar, vamos mudar a vida. Não adiante ficar só vendo TV todo dia e se lamentando. Tem que descobrir o talento porque tem que gostar. Não adianta fazer algo que tu não goste e tem descobrir onde esta o segredo do teu sucesso (ALUNA02)

As mulheres tiveram um evolução de conversa, de desenvoltura, de perder a timidez. Elas que pediram pra fazer o discurso na formatura. Falaram que moravam uma do lado da outra e que nunca se falavam, que aqui era o momento que estavam juntas, aprendendo juntas. Foi importante a união que criaram com o programa. Nas primeiras dinâmicas pouquíssimas queriam falar e no final já estavam pedindo pra falar em público na formatura (COORD01).

As experiências trocadas durante o curso, o desenvolvimento pessoal, apoio das colegas e a formação de novas amigas marcaram os dias de aula, quando deixavam os afazeres domésticos, o trabalho e os filhos e dedicavam-se a um momento delas, de lazer e aprendizado.

Porque eu sou negro eu sou coitadinho. Não! A gente sabe dos nossos direitos, sim! Se você tem direito porque é branca, eu também tenho direitos porque sou negra, e com muito orgulho (ALUNA14).

A gente está em casa fica bitolada né. Casa, marido, filhos e esquece da gente. Então aqui, com esse acompanhamento que tem de psicólogos, teve maquiadora, teve manicure, massagista. Com essas palestras e aulas, a gente começou a olhar pra gente com outros olhos e começamos a nos valorizar e a ver que o mundo não é só

aquele quadrado da nossa casa, que existe um leque enorme de possibilidades (ALUNA03).

Às vezes a pessoa está meio carente. E quando chega aqui a gente se sente bem. Só o contato com essas mulheres, o carinho que tem uma com a outra já é uma ajuda né (ALUNA10).

O curso me ajudou porque assim eu sai mais, estava muito parada em casa. Cada ônibus que eu pego pra chegar até o curso é uma conversa nova. Melhorei bastante porque estava com depressão quando eu entrei (ALUNA01).

Sempre digo: bota mais uma porçãozinha de amor, de carinho, de caridade, de união, que funciona. Tirar a pessoa de casa às vezes faz mais milagre do que certos remédios. Eu sei disso porque eu venho de um quadro de depressão gravíssimo. Nossa! Hoje em dia eu encaro qualquer coisa (ALUNA11).

Amizade que a gente faz, essa interação que temos com as outras mulheres, aprender uma com a outra porque as vezes achamos que estamos com dificuldades mas percebemos que muitas tem problemas piores que os nossos. O curso é fantástico, além das amizades as ideias novas que os professores trazem é muito bom (ALUNA02).

A interação com as outras mulheres foi importante porque eu cresci espiritualmente, moralmente, comecei a ver a vida com outros olhos. Fiz amizades que vou levar para o resto da vida (ALUNA03).

A maioria das participantes vive de maneira solitária, sem interagir com outros círculos sociais que não os familiares. O ingresso delas no programa oportunizou a ampliação desse círculo social; elas passaram a fazer atividades em grupo, a relacionar-se com pessoas diferentes, criando assim uma rede de amizade e solidariedade que realmente marcou as suas vidas e que permanece mesmo após o fim do curso.

Foi muito bonito conhecer a história de vida das outras mulheres. Cada dia mais precisamos um do outro. Ninguém vive numa bolha. Esse curso é fantástico porque como donas do lar ficamos em casa trancadas sem fazer “nada” e quando as mulheres se juntam percebem que essa união é muito gostosa (ALUNA02).

Nos trabalhos em grupo são os momentos que mais interagimos e ficamos sabendo mais dos problemas uma das outras. Inclusive, no mapa da vida uma menina se identificou comigo e depois ele veio conversar comigo e hoje a gente é bem amiga (ALUNA03).

A inovação social possibilita a formação de novas relações sociais e novas estruturas sociais (BIGNETTI, 2011, ANDRE E ABREU, 2006, MURRAY *al.*, 2010, CRISES, 2015, AGOSTINI, 2016, MOULART et al., 2013). Analisando a dimensão da mudança nas relações geradas pelo programa percebe-se que, à medida em que as alunas se transformavam, conseqüentemente os efeitos atingiam as suas famílias, e a partir de então, outras necessidades eram levantadas. Demonstrando assim a importância que a mulher tem na família e na sociedade facilita a comunicação com as outras classes de indivíduos, podendo

gerar mudanças. Sen (2000), acredita que as mulheres podem colaborar em pontos essenciais da vida de toda a sua família e, por consequência, da sua comunidade e conclui que corroborar com as privações e com a manutenção de um papel limitado na sua condição de agente atingem todos no seu meio de vivência.

Através do convívio essas mulheres dividiram suas histórias de vida e suas experiências, o que auxiliou na formação de suas habilidades pessoais e sociais, na medida em que havia a interação social e manifestavam a solidariedade nas atividades que foram feitas no curso. Considerando que o empoderamento é um processo coletivo, que emerge das interações sociais pelas quais o ser humano é construído (STRECK, et.al., 2008), isso se constitui a partir dos vínculos entre estas mulheres, o que proporciona repensarem criticamente suas realidades à medida que trocam experiências. Paulo Freire sugere como estratégia uma educação que resulte na tomada de consciência da própria condição social para que ocorra a transformação social pela conduta que se gera na ação e reflexão. Assim, se teria um sujeito emancipado de uma realidade social opressora (ZATTI, 2007).

De maneira geral, o Programa Mulheres Sim contribuiu significativamente para a vida das mulheres que participam dele, principalmente no que se refere aos conhecimentos sobre os direitos básicos do cidadão, a elevação da autoestima, a ampliação dos conhecimentos sobre violência contra mulher e os mecanismos de combatê-la. De acordo com Novy e Leubolt (2005), a inovação social deriva principalmente da satisfação de necessidades humanas básicas, do aumento de participação política de grupos marginalizados, do aumento na capacidade sociopolítica e do acesso a recursos necessários para reforçar direitos que conduzam à satisfação das necessidades humanas e à participação. Considerando a necessidade de reforçar os direitos para que ocorra inovação social, o curso Mulheres Sim conseguiu esclarecer os direitos das alunas, conforme o relato:

Teve uma palestra a respeito do empoderamento da mulher onde as mulheres falaram que se sentiam rejeitadas e excluídas e a palestrante e advogada explicou sobre os direitos das mulheres. Conseguimos falar o que estávamos sentindo e foi muito importante pra gente, muito proveitoso. Me sinto mais segura para cobrar meus direitos porque muitas leis a gente não lê, não entende, não se intera do assunto. Com a palestra nos mostraram os caminhos (ALUNA02).

Algumas mulheres obtiveram maiores esclarecimentos pois o assunto era novidade, já outras possuíam conhecimento de seus direitos e houve um reforço, como mostrou a Aluna 03:

Teve apresentação do 5S da mulher por duas mulheres da UNESC. É um projeto que defende e ensina os direitos da mulher. Eu já sabia dos meus direitos mas me sinto mais consciente para por meus direitos em prática (ALUNA03).

Deste modo, percebe-se que as alunas tornaram-se pessoas mais esclarecidas e criaram coragem de procurar os seus direitos, a fim de se sentirem cidadãs no exercício de seus deveres e direitos. Rodrigues (2007), ao analisar as dimensões da inovação social, destacou que no nível de indivíduos (atores sociais), a inovação estaria voltada ao aumento ou fortalecimento da autonomia e emancipação dos sujeitos de modo que promovesse a qualidade de vida e o sentido para o trabalho.

O entendimento dos direitos é um aspecto essencial para que os sujeitos possam exercer a sua cidadania ativamente, que é um dos aspectos importantes do empoderamento e da autonomia. Para além do estímulo à cidadania enquanto compreensão dos direitos, o programa atua no sentido de criar melhores condições de vida para as mulheres beneficiárias num sentido holístico, ou seja, a metodologia utilizada visa aumentar o grau de empoderamento através da integração de eixos como o econômico, social, educacional, cultural e pessoal.

Identificou-se nos relatos, o quanto a elevação da autoestima, o aumento da confiança e a valorização de si mesmas foram conquistas das egressas do programa. A autoestima e a autoconfiança são sentimentos que estão relacionados de modo direto à maiores níveis de autonomia e ao desenvolvimento pessoal e agem como elementos determinantes no processo de empoderamento. A possibilidade de desenvolver outras atividades que, inclusive lhes permita incrementar a renda familiar, traz às mulheres um sentido de empoderamento.

O curso vai fazendo com que o medo vai saindo da gente, tudo vai mudando, nós vamos nos sentindo mais forte. A zona de conforto que nós criamos dentro da nossa casa nos impede de quebrar essas barreiras. Quando a gente conhece pessoas (tipo você) que a gente vê quanto valor a gente tem. Não percebemos isso, porque passamos o dia limpando casa e achamos que não temos muito valor. O curso mudou completamente minha vida. Cuido muito mais da minha alimentação. Depois das receitas sem glúten e sem lactose fui atrás do assunto e descobri que sou intolerante. O pontapé saiu do curso e daí só coisas boas: saúde e dinheiro no bolso (ALUNA02).

Minha autoestima melhorou ao ver que meus problemas eram pequenos perto de outros. As vezes estamos com tudo na mão e não valorizamos (ALUNA03).

Algumas mulheres já tem um pouco mais de autonomia, trabalham. Mas na relação pessoa como mulher, sobre os direitos, de que elas podem fazer o que quiser, que elas não devem aceitar tais coisas, entender melhor sobre o corpo, a saúde, e as consequências de gerar autonomia deve ser uma das coisas que mais o programa contribuiu (COORD01).

Também é possível depreender dos escritos de Paulo Freire (1969,1981) e dos relatos

das participantes, que o processo pedagógico do empoderamento não é uma prática de vitimização. Os desafios que envolvem, por exemplo, a condição de orientação sexual, de gênero ou de raça não devem obstaculizar a emancipação dos sujeitos. Pelo contrário. É no reconhecimento e na valorização de suas diferenças e histórias que estas mulheres criam condições para exercerem ativamente o poder nos distintos espaços sociais que ocupam.

O Programa produz também uma visão de mundo diferente, nova e mais abrangente, onde as pessoas envolvidas se sentem valorizadas.

O conhecimento novo me ajudou a ter uma visão diferente das coisas. Quando a gente fica em casa a gente só olha para o mundo da gente, então fazendo o curso, eu percebi que tem gente com problemas com bem mais problemas que eu, que o meu problema é pequenininho perto do delas. Tentamos se ajudar, ser solidário, conseguimos ajudar algumas meninas. Acho que o intuito do programa é esse: fortalecer a amizade, fazer a inclusão, porque tem mulheres que acham que não são capazes de nada mas todo mundo é (ALUNA03).

As aulas que foram muito interessantes que a gente se divertiu bastante foram as aulas de computação. Porque a grande maioria não tinha esse contato com o computador. Foi assim uma novidade (ALUNA14).

Aqui dentro aprendeu a dar valor nas pequenas coisinhas. No curso de Matemática, não sabia fazer uma subtração, o professor veio e ensinou a gente. Aulas de ética, geração de renda que foi o artesanato. Eu não sabia costurar, aprendi a costurar. Fiz um bonequinho pro meu filho pra mandar pra ele de Natal. Foi bem legal (ALUNA08).

Com relação à capacitação e geração de novos conhecimentos (PHILLS et al, 2008, BIGNETTI, 2011, DAGNINO *et al*, 2004, ANDRE E ABREU, 2006), as alunas reconheceram que aprenderam algo que antes não conheciam ou que não tinham acesso, e isso fez a diferença em suas vidas. Cada aluna tem suas preferencias por algum tipo de aula e assimilou mais os assuntos que se alinhavam às suas necessidades demonstrando que cada participante possui uma necessidade diferenciada de atendimento. Inclusive, as novas amizades, a formação de novas relações sociais (BIGNETTI, 2011), melhorou a forma de lidar com outras pessoas. Neste sentido, as alunas relataram que o conhecimento adquirido ajudou no seu dia a dia.

Eu sou professora de artesanato. Aprendi a mexer com vidro que eu não sabia, veio uma professora de Feliz/RS ensinar cerâmica no caso, a fusão dos vidros. Aprendi também o tingimento dos tecidos e foi bem bacana. Sempre uma técnica ou outra a gente aprende, no próprio artesanato, ninguém sabe tudo. Foi bem produtivo. Quem já sabe fazer, consegue aprender algo para agregar valor ao produto (ALUNA03).

Por não ter insegurança eu meto a cara mesmo e já quebrei muito a cara e o curso me ensinou alguns caminhos pra eu evitar a queda e evitar de quebrar a cara, ser mais consciente. Eu sou segura mas eu sou insequente. Aprendi isso principalmente na palestra sobre a organização da empresa (ALUNA03).

Matemática, informática eu acho que não devia ter. Na minha idade a gente não aprende mais. Eu estudei só até a quarta série.. isso é coisa pra mais nova. Gostei mais da aula prática. Teve artesanato, manicure, massagem, aula de sabão (ALUNA01).

Foi possível observar também uma elevação no grau do empoderamento no nível comunitário, pois as mulheres elaboraram estratégias e executaram ações, através da participação, para alcançarem os objetivos definidos coletivamente. Com isso é ampliada a consciência e são criadas identidades individuais e coletivas, que também tem como resultado o aumento da consciência individual e social. Neste nível espera-se como resultado, os recursos comunitários acessíveis, a clareza de múltiplas ideias e a presença de acordos organizacionais (PERKINS E ZIMMERMAN, 1995).

A gente aprendeu a fusão do vidro e a técnica de pintar as lâminas de vidro. Aí faz as peças pra colar, anel, brinco, um número enorme de acessórios. Precisa de um forno específico para essa fusão do vidro. De repente se a gente chegar num comum acordo, vamos comprar juntas e começar! (ALUNA03).

O Forno para trabalhar com cerâmica é muito caro para uma pessoa sozinha comprar, assim, estamos vendo a possibilidade do IFSC disponibilizar pra gente(ALUNA03).

A gente da comunidade Aldeia quilombola, a gente é muito melhor, muito melhor. E fico emocionada de ver como a gente melhorou, de como vai melhorar e de como vai buscar. Nas aulas e nas experiências relatadas, a gente colocou nossos pezinhos no chão. Com certeza a gente não vai dar o passo maior que a perna. Vai dar os passos conforme a gente possa trilhar nosso caminho (ALUNA14).

Fizemos uma oficina de turbante, falamos sobre o cabelo afro, sobre não alisar o cabelo e de como os aspectos de identidade da cultura deles são bonitos. Trouxemos várias pessoas negras, a pessoa que cantou na formatura tinha um blackpower bem grande, fizemos questão quequem viesse tivesse representatividade (COORD. 01).

A ampliação da consciência sobre as identidades individuais e coletivas auxilia na inclusão, visto que, além de ser um movimento educacional, social e político que busca lutar pelo direito de todos os indivíduos participarem, de modo consciente e responsável, da sociedade em que estão inseridos, também refere-se a aceitação e respeito nos aspectos que os diferenciam dos demais (FREIRE, 2008).

Pode-se inferir que o Programa incentiva e instiga o aprendizado e despertou o desejo das participantes de voltar a estudar. Para Freire, a educação é elemento essencial no desenvolvimento de um indivíduo que vive numa realidade social opressora, apto a livrar-se das heteronomias, realizar planos e decidir sobre sua vida com autonomia (ZATTI, 2007). A educação é um elemento fundamental para o empoderamento feminino em todas as classes sociais. Sem educação, as mulheres não conseguem progredir para uma maior participação

política e social e tem dificuldades para conseguir empregos melhores, com salários maiores, ou até mesmo, para saírem da informalidade.

O empoderamento das mulheres está associado com níveis mais elevados de escolaridade pois com um maior nível de educação normalmente apresentam maior capacidade de sofisticar sua qualidade de vida e de suas respectivas famílias através da autonomia em decisões pessoais, no aumento da capacidade de gerar renda, além da maior participação na política (BARROSO, 2004). Para Sánchez (2005), a inclusão educacional é uma das concepções e é um caminho relevante no alcance da inclusão social, assim, deve-se dar a devida importância e destinar o orçamento necessário para desenvolvê-la.

Eu quero voltar a estudar porque esse projeto me trouxe muita vontade de voltar a estudar. Eu me imagino indo pra faculdade. É um objetivo que coloquei no meu coração. Não tô falando isso só por falar (ALUNA09).

Poderia ter ficado 100 anos lá fora, o que a gente aprendeu com esse curso, a gente não aprenderia lá fora (ALUNA07).

É difícil pra vir, pego três ônibus, não é fácil, mas eu quero sempre aprender mais (ALUNA01).

Você para, parece que você não é mais ninguém. Trabalhei, comecei com meus 14 anos até os 60 trabalhando. Mas aí ficou muito pesado, pensei está na hora de descansar, viajar. Que engano! Temos que aprender cada vez mais, sempre! (ALUNA11).

Tenho superior incompleto e pretendo voltar a estudar ano que vem. Mas me informei e vou fazer artes visuais. A minha intenção era Assistência Social para trabalhar com a comunidade porque eu vejo em muitos lugares que uma palavra amiga já ajuda. Mas como tenho problema nas cordas vocais optei pela artes visuais porque é algo que eu posso trabalhar em casa, do computador, posso fazer meus pedidos de casa. Apesar de ser professora de artesanato eu não posso voltar pra sala de aula porque corro o risco de ficar muda (ALUNA03).

Houve uma mudança de perspectiva de vida, conforme relatos, pois elas começam a visualizar outras possibilidades, de alguém que tem capacidade para realizar sonhos e ter uma vida melhor, no empoderar-se à nível individual (MAGESTE; MELO; CKAGNAZAROFF, 2008), tendo percepção das suas capacidades para além do que sua consciência compreendia até então. André e Abreu (2006), relacionam a inovação social à capacitação dos agentes ou atores sujeitos, potencial ou efetivamente, a processos de exclusão/marginalização social, desencadeando, por via, uma mudança, mais ou menos intensa, das relações de poder. Sasaki (1997) corrobora afirmando que a inclusão social é um processo que auxilia no desenvolvimento de um novo tipo de sociedade através de transformações na mentalidade das pessoas.

A ideia surgiu do curso Mulheres Sim. Estávamos fazendo vidros decorados, eu olhei para aqueles vidros e pensei: Gente, os meus biscoitos decorados cabem aí dentro. Cheguei em casa, fiz uma formada, decorei tudo e levei pra vender. A Tati que está sendo a professora falou: Tu tens talento, parte para o sem glúten e sem lactose e foi um estalo na minha cabeça. Nunca tinha imaginado trabalhar sem glúten e sem lactose. A professora me incentivou a fazer um curso sobre isso na UNESC sobre isso, me mostrou o site e sempre me ajudou, sempre me deu a mão. Por isso que tem que sair de casa, colocar o pé na rua e dizer vou sair, vou fazer alguma coisa. Eu fui, fiz o curso e a minha primeira cliente foi ela e as meninas aqui do IFSC. Hoje já tenho intenção de abrir um café sem glúten e sem lactose no bairro Próspera ou na Içara. É um sonho meu e esse tipo de produto ainda não é fácil de encontrar no mercado, então se abri acredito que não tem como dar errado(ALUNA02).

Eu sou professora de artesanato mas estou em casa cuidando do neto. Então minha vida estagnou ali. E aqui, vendo a empolgação das meninas, peguei as ideias dos artesanatos que a gente fez aqui e estou decorando três vitrines na minha cidade, tudo coisa minha, com decoração de natal. Aproveitei a onda delas e fui e estou trabalhando. Antes ou eu estava dormindo ou cuidando do neto, agora não, quando ele está dormindo eu subo para o meu ateliê vou fazer as minhas coisas, estou produzindo bastante. Já mandei fazer cartão, já mandei fazer etiqueta pra minha empresa e estou bem empolgada. Já estou vendo pra fazer com as meninas produtos de páscoa, fazendo o mostruário. Ouve bastante positivismo nesta experiência. Estou fazendo as vitrines na minha cidade. E uma já está falando pra outra e eu acredito que o negócio vá crescer(ALUNA03).

Estou empolgada. Surgiu uma amiga que tem um ateliê no centro, acho que vou pra lá trabalhar com ela assim que o neto for pra escolinha (ALUNA03).

Além de possibilitar o acesso à educação, o programa Mulheres Sim estimulou a capacitação para um maior grau de autonomia e melhoria da qualidade de vida das alunas participantes. Para Sánchez (2005), a inclusão educacional é uma das concepções e é um caminho relevante no alcance da inclusão social, assim, os governos devem dar a devida importância e destinar o orçamento necessário para desenvolvê-la.

Neste sentido, foi possível observar que as alunas procuraram se capacitar com outros cursos, conforme depoimento:

O curso dura pouco tempo, fazer mais um ano vai ser melhor. Farei ano que vem novamente. Não vou voltar a estudar porque com 62 anos não preciso mais, estudar é para pessoa mais nova. O próximo curso será de pintura de tecido na AFASC(ALUNA01).

Continuei indo atrás de conhecimento, fiz outros cursos, senti a necessidade de aprendizagem porque os clientes intolerantes ao glúten e a lactose tem dúvidas que eu preciso esclarecer (ALUNA02).

Eu já fazia os meus artesanatos em casa. O colar eu nunca tinha feito, gostei de fazer, aula de informática aprendi várias coisas, quero ver se faço de novo. Informática e Português me chamaram muito atenção. Quero ver se eu faço mais! Como até março cuido de netos, a partir de abril fico livre. Ajuda bastante a minha filha de 29 anos que teve seu primeiro filho agora mas eu quero continuar aqui no IFSC, com certeza (ALUNA07).

Elas se sentiram mais independentes após o programa. As transgêneros tivemos uma abertura, algumas já deram continuidade aos estudos aqui no IFSC (COORD03).

Assim, pode-se dizer que as ações no campo da educação eram satisfatórias e os cursos oferecidos para as mulheres eram vistos como algo positivo, pois além de capacitá-las incentivava e encaminhava para outros cursos. Zorzi (2008) acredita que a educação é uma das alternativas mais relevantes para desenvolver a condição de agente da mulher pois com esta é possível ter conhecimento e melhorar suas decisões e escolhas.

O Programa pôde contribuir para torná-las empreendedoras. Muitas acabam visualizando possibilidades de inserção e participação social a partir de ações comunitárias e da economia solidária, o que contribui para o aumento de sua capacidade produtiva e econômica.

Nessa zona de conforto que a gente acha que não dá, não dá! Acho que é num momento de crise que a gente descobre que a gente é capaz. Porque se a gente vê tudo muito acomodado, a gente não levanta, não se mexe. Eu estava muito em crise antes. Estava muito sem vontade, talvez uma depressão por não ter conseguido, porque a gente chega nos 50 anos é mais difícil encontrar trabalho. Então coloquei tudo junto e disse por que não montar alguma coisa pra mim? Então foi isso que resolvi fazer (ALUNA10).

Comecei devagarinho, comecei a fazer um pão, a fazer dois pães [...]. E fui em busca dessa nova empreitada. Sei que não é muito fácil, levantar às 4 da manhã, 3 da manhã, dependendo dos pedidos. Estou em busca. Eu saio pra vender de porta em porta, de loja em loja. Hoje eu estou me sentindo muito bem. Não tenho tempo pra depressão, não tenho tempo pra tristeza. O meu negócio começou do Programa, tudo ajudou, teve aula de sem glúten e sem lactose que foi o que me impulsionou. As receitas que uso são dessa aula e que hoje são meu ganha pão. Depois já fiz outros cursos na UNESC. O curso abriu as portas pra mim, fez eu abrir minha empresa. Se não fosse o Mulheres Sim eu estaria no mesmo lugar porque foi daqui que as ideias surgiram, se não seria a mesmice do meu dia a dia que não iria sair daquele buraco. Abriu meus horizontes, me fez sair do comodismo, sou outra pessoa (ALUNA02).

Eu sou meio tímida e com esse curso estou bem animada, fiz até os produtos, já trouxe hoje. Eu aprendi a focar. Porque nós tivemos aulas aqui disso, professores maravilhosos. Marketing, como expor a sua marca. Eu não tinha coragem. Hoje eu fiz meu produto e está ali, meio tímida mas fui eu que fiz! (ALUNA12).

De maneira geral, as mulheres têm menor probabilidade de se tornarem empreendedoras do que os homens. Empreendedoras enfrentam os mesmos obstáculos que os homens, além das barreiras a mais que são resultado do seu gênero. Empreender gera um impacto positivo na autoconfiança das mulheres, no seu sentimento de autoestima e poder sobre suas próprias decisões. Para Dagnino (2014) uma das dimensões importantes da inclusão é a econômica que se trata de um processo que permitiria àqueles que hoje estão à margem do sistema socioeconômico buscar alternativas de trabalho e renda através de atividades produtivas.

Apesar de o programa buscar por meio da educação profissional possibilidades de geração de renda, observou-se que no contexto do grupo analisado, esse objetivo não corresponde à realidade da maioria das mulheres devido a suas condições de vida e de vulnerabilidade social. O contexto apresentado na edição de 2017 contempla mulheres aposentadas, residentes no meio rural, donas do lar que dão prioridades os afazeres domésticos e o cuidado com a família. Ao questioná-las sobre criar algo novo ou fazer algo para melhorar a renda da família, algumas alunas mostraram que não pensaram em abrir um novo negócio ou criar algo para agregar renda, ficando limitadas às ações que melhoraram o seu dia a dia.

Não pretendo vender meus produtos, somente usar para dar de presente. Já fiz meus artesanatos para o Natal (guirlanda, papai Noel) (ALUNA01).

Esse contexto vai ao encontro da crítica feita por uma das coordenadoras, em um câmpus que optou pelo curso “Educação e Gênero”:

As subjetividades presentes nessas políticas podem, ao mesmo tempo, produzir novas relações de poder entre os sujeitos, reforçar as relações de poder já conhecidas entre homens e mulheres, naturalizando o papel cuidador, carinhoso e reprodutor da mulher, ou de responsável exclusiva pelo ambiente doméstico. Mas por outro lado, acredito que o programa promove sim a aproximação das mulheres em situação de vulnerabilidade com a instituição (COORD01).

O curso é meio engessado, é um curso que tem unidades curriculares mas na verdade muitas alunas são analfabetas, por exemplo, na edição de 2018, todas são analfabetas, botam carimbo mesmo para fazer assinatura (COORD01).

Assim, para esta coordenadora o PPC do curso de “Educação e Gênero” apresenta falhas discursivas em relação à emancipação das mulheres e corre o risco de apenas reproduzir as relações de poder já existentes entre homens e mulheres. Sorj (2016) também reforça que as políticas sociais precisam abandonar o atual formato, onde visam compensar os efeitos desagradáveis do desenvolvimento, e que as próprias políticas macroeconômicas devem ser fundadas sob uma ótica de justiça social e igualdade de gênero.

A coordenadora 01 sugeriu o seguinte:

Seria necessário uma reestruturação do programa, principalmente, em relação à metodologia, visto que 96 horas de aulas constituem um tempo muito curto para a proposta que o programa apresenta; também, com relação ao envolvimento de familiares nas atividades, já que, como relatado, esse processo de discriminação por gênero tem raízes históricas muito profundas, de maneira que essa desconstrução não vai ser atingida conscientizando apenas as mulheres sobre isso (COORD01).

Vejo o curso mais como parte do itinerário formativo do IFSC do que um curso que vá mudar completamente a vida dessas mulheres. Em três meses, não tem como qualificar essas mulheres para o mercado de trabalho, por exemplo (COORD03).

No decorrer da leitura do PPC, depara-se com afirmações de que o programa “busca a valorização da mulher, o empoderamento, acesso aos direitos, cidadania”, revelando uma perspectiva simplista sobre os estudos de gênero, ao tratar a valorização da mulher como algo fácil de ser alcançado, a partir de um curso de 96h, destinado a um público específico. A desvalorização da mulher é um processo historicamente enraizado nas sociedades de modo geral e precisa ser encarado de forma séria e transparente, perante toda a sociedade. É relevante a iniciativa de um curso voltado para as mulheres, mas, não se pode criar a expectativa de que a emancipação da mulher vai ser alcançada só com isso.

Apesar disso, percebeu-se um aumento na autoestima, por saberem-se capazes de criar belos, bons e atrativos produtos que podem ser vendidos a fim de contribuir em suas rendas, proporcionando uma maior satisfação pessoal. Em todas as aulas e oficinas, elas tiveram a oportunidade de relatar suas histórias de vida, e esse movimento de compartilhar trajetórias com ouvintes que, muitas vezes, traçaram o mesmo caminho as fez criar um sentimento de pertencimento a um grupo, o que auxilia no processo de empoderamento dessas mulheres. Na visão de Sasaki (1997), a inclusão social é um processo que auxilia no desenvolvimento de um novo tipo de sociedade através de transformações nos ambientes, espaços, e e na mentalidade das pessoas. Esta sociedade deve incentivar e fortificar as ações de aceitação das diferenças individuais e de valorização da diversidade humana e põe em evidencia a importância do pertencer, do conviver, do cooperar e colaborar para que todos os indivíduos possam contribuir para uma realidade mais justa, saudável e satisfatória (SASSAKI, 1997).

A gente fez bastante amizade, professoras muito queridas também. É bom saber que todas passam por problemas parecidos (ALUNA01).

Ao final de mais uma edição do Programa Mulheres SIM, reforça-se a percepção da importância da continuação dos projetos, de como o curso é encarado como um momento acolhedor por todas as mulheres e de como ele impacta positivamente a vida de todas elas, tanto em suas questões pessoais quanto profissionais. Um exemplo disso é o depoimento da ALUNA02:

Eu aproveitei tudo do curso. Quero de deem continuidade a ele, que não parem que chamem mais gente e que mude a vida de mais mulheres como mudou a minha. Que a minha experiência sirva para outras mulheres virem pra cá e também fazerem a diferença (ALUNA02).

São diferentes trajetórias de vida que se entrelaçam, são histórias de superação contadas e compartilhadas que ganham força e servem de inspiração. Dentre os principais resultados advindos do Programa estão a elevação da autoestima e ao reconhecimento e valorização das potencialidades das mulheres, enquanto sujeitos de direitos políticos e de direito. Com o auxílio do processo didático-pedagógico as alunas ganham subsídios e ferramentas para buscarem viver com mais qualidade de vida, para lutarem por melhores oportunidades profissionais etc. Juntas, aprendem a melhor lidar com suas inseguranças, dúvidas, angústias, medos e fraquezas. Nos termos de Freire, em comunidade são empoderadas para exercerem resistências as estruturas opressivas e violentas de poder. Ao vivenciarem esta experiência pedagógica da emancipação, procuram ressignificar seus sonhos e seus espaços de ação ante os desafios do Brasil atual.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo estabeleceu como objetivo geral analisar o programa de extensão Mulheres Sim, desenvolvido pelo Instituto Federal de Santa Catarina, como inovação social. Para isso, foram descritas as especificidades do programa Mulheres Sim e identificado os elementos relevantes que o caracterizam.

Para atingir a descrição do Programa Mulheres Sim foi efetuado a identificação de demanda, seu objetivo e metas, metodologia, justificativa, dados do Edital de 2017, composição por quatro projetos, dados do projeto pedagógico, relatos de experiências dos coordenadores dos dez câmpus contemplados e alguns depoimentos das alunas do curso. Posteriormente, esta descrição deu suporte à identificação das características de inovação social existentes no programa.

Com relação às características da inovação social evidenciadas no referencial teórico, observa-se as seguintes no Mulheres Sim: surgiu como uma das alternativas viáveis para enfrentar uma necessidade da sociedade, é um programa planejado e coordenado para atingir mudanças sociais através de novas práticas sociais, há participação e colaboração dos atores envolvidos, verificou-se a formação de novas relações sociais, processo de aprendizagem coletivo, capacitação e geração de novos conhecimentos e, por fim, e mais importante, teve como resultado a elevação dos níveis de inclusão social, de autonomia e de empoderamento.

Atendeu também aos seguintes aspectos: objetivos e interesses; valor; *lôcus* (comunidade); processo; estratégia; proteção e divulgação. Assim, pode-se afirmar que de acordo com as características elencadas, o programa Mulheres Sim se caracteriza como uma prática de inovação social.

Levando-se em conta o conceito de Inovação proposto após a revisão da literatura, conclui-se que o Programa Mulheres Sim representa de fato uma Inovação Social, realizada através de processos colaborativos, com grandes impactos na vida das mulheres atendidas pelos projetos. As ações do programa demonstram uma capacidade inovadora nos processos de elevação do grau de inclusão, empoderamento e autonomia. O caso do Programa Mulheres Sim representa um modelo sólido e consistente de atendimento às mulheres em situação de vulnerabilidade e preferencialmente sem escolaridade, bem como a transformação através da capacitação, tendo como resultado o fortalecimento da identidade e cultura local com impacto de inclusão e empoderamento.

O processo de empoderamento dessas mulheres propiciou uma forte capacidade de interação e articulação entre os servidores, bolsistas, voluntários e parceiros, onde o IFSCe as beneficiárias criaram novas relações através de parcerias, tais como as entidades de economia solidária. Este envolvimento causa o fortalecimento das relações de confiança, colaboração e solidariedade entre os envolvidos no programa. Ao promover essas novas relações, esse tipo de inovação social gera uma rede de colaboração e vínculos futuros.

A metodologia apresenta uma nova forma de trabalhar com as necessidades específicas dessas mulheres, suprimindo uma lacuna deixada na comunidade local, por governos e outros atores regionais. O processo de formação do programa foi realizado de forma colaborativa, gerando a comunidade o sentimento de pertencimento e empoderamento e em muitos casos possibilitando a revisão das relações sociais, dos papéis desempenhados pelos indivíduos e pela comunidade, atrelado a responsabilidade de construir uma sociedade mais justa e igualitária. Outro fator de êxito do Mulheres Sim foi o fato do programa ser construído coletivamente entre os envolvidos, procurando atender a demanda que as alunas expressavam. Desta forma, a metodologia empregada pelo Programa Mulheres Sim foi adequada para o público alvo, visto que cada grupo de alunas tinha uma necessidade a ser atendida e suprida.

O Programa Mulheres Sim, desenvolvido por meio do Curso Educação e Gênero ou Geração de Renda, Tecnologia e Valorização do Trabalho Feminino, associado aos projetos Feira de Economia Solidária, Ciclo de Palestras e Oficinas e Acompanhamento de Egressas viabilizou uma formação de conhecimentos formais e não formais, econômicos, políticos e sociais. Ficou evidenciado no estudo que o Programa oportunizou a existência de espaço de troca de experiências de vida das mulheres. Estes espaços de interação permitiram que as mulheres contassem e reelaborassem as suas histórias de vida e aprimorassem seus conhecimentos. O conhecimento adquirido pelo Programa foi socializado com familiares e com a comunidade, o que auxiliou na busca coletiva por ampliação na qualidade de vida. Dentre os resultados materializados no Programa é possível indicar: geração de renda, o crescimento pessoal e profissional, o despertar do valor pelo estudo, o aumento da autoestima, a maior inserção no mundo do trabalho, o reconhecimento individual e coletivo de direitos e a consciência crítica sobre as desigualdades de poder e as injustiças sociais.

O programa produziu um impacto significativo na vida em família das mulheres e na comunidade, modificando as relações sociais e como decorrência modificando também a percepção dessas mulheres em relação a elas mesmas e ao meio em que elas vivem e, assim novos alcances são afetados, como o objetivo do programa de proporcionar às mulheres a inclusão, o sentimento de pertencimento, a descoberta da cidadania, a melhora da autoestima,

maior grau de autonomia, a consciência crítica, além da mudança de perspectiva, isto é, um processo de empoderamento. Assim, vários elementos da construção da autonomia dos sujeitos, por meio de um processo de empoderamento individual e coletivo, puderam ser verificados nos projetos do IFSC.

Os Projetos também contribuíram na ampliação da capacidade de melhorar a qualidade de vida dessas mulheres enquanto sujeitos econômicos e de direitos em condições de igualdade no meio em que estão inseridas. Isto é, como revelado nas entrevistas muitas mulheres passaram a tomar decisões com maior autonomia e liberdade. O protagonismo das mulheres ficou evidenciado em ações como: aumento da capacidade de gerar renda, vontade de aprofundar os estudos e de proporcionar melhor formação aos seus filhos, reivindicar a inclusão digital.

Como limites, constatou-se que os cursos propiciados pelo Programa são curtos. A inexistência de um plano de continuidade pode comprometer parte dos avanços conquistados com o Programa. Como indicado, o processo de empoderamento exige continuamente renovação para assegurar que o jogo de forças não volte a mostrar novamente as relações de dominação e seus efeitos nocivos. (ROMANO, 2002).

Reforça-se a conclusão sobre a importância da continuidade do programa e sobre a iniciativa de um curso voltado para as mulheres, mas, não se pode criar a expectativa de que a empoderamento da mulher vai ser alcançada só com isso. Considera-se necessário uma reestruturação do programa, principalmente, em relação à metodologia, visto que 96 horas de aulas constituem um tempo muito curto para a proposta que o programa apresenta; também, verifica-se a necessidade do envolvimento de familiares nas atividades, já que, como relatado, esse processo de discriminação por gênero tem raízes históricas muito profundas, de maneira que essa desconstrução não vai ser atingida conscientizando apenas as mulheres sobre isso. Outra sugestão é capacitar as equipes envolvidas com o programa em relação aos estudos de gênero e políticas sociais, uma vez que não basta um plano pedagógico de curso descrevendo as diretrizes, sem pessoas capacitadas para colocá-lo em prática.

Em relação a dificuldade encontrada para aplicar a metodologia a um público tão diversificado, sugere-se que o curso não seja tão engessado em relação as unidades curriculares pois a realidade do público atendido por cada campus é muito diversificada. No tocante ao público atingido muitas vezes acaba contemplando mulheres aposentadas, donas do lar que dão prioridades os afazeres domésticos e o cuidado com a família e que não pensam em desenvolver renda e ficam limitadas às ações que melhoraram o seu dia a dia, sugere-se a modificação na forma de ingresso, substituindo o sorteio por uma forma de seleção mais

criterosa em relação ao público alvo. Quanto aos vínculos criados com a economia solidária mostra-se importante fortalecer os vínculos e parcerias com os movimentos para que as mulheres continuem tendo a oportunidade de participar de feiras autonomamente. Essas limitações, caso não sejam observadas, podem gerar um reflexo no objetivo do programa.

A atuação direta dos envolvidos no programa na comunidade do público alvo, fez com que esses atores conhecessem os problemas locais e sociais, proporcionando mudanças na percepção dos envolvidos em relação aos problemas e programas sociais. As alunas mostraram que ao conhecer o problema das colegas do grupo, sua compreensão sobre a existência de certos problemas em sua comunidade foi afetada, como por exemplo, a violência doméstica. Apesar dos servidores terem conhecimento sobre a existência de problemas sociais por intermédio dos meios de comunicação, o contato com a comunidade local e com as pessoas trouxe a dimensão real que esse problema abrange na sociedade. Por esse motivo, é necessário que os atores envolvidos em projetos de cunho social conheçam a realidade enfrentada na localidade alvo, bem como interajam com os indivíduos desse meio, para que, de modo coletivo possam obter uma percepção realista do problema e assim procurar alternativas para solucionar as adversidades.

Ao adquirir novos conhecimentos e pela troca de experiências, novas práticas são realizadas. Essas práticas por sua vez, impactam na vida em família e na comunidade, alterando as relações sociais e de poder. Isso conseqüentemente, modifica a percepção das mulheres em relação a si e ao seu meio, e assim novas influências são criadas e afetadas, como o sentimento de maior inclusão, empoderamento e autonomia.

Conclui-se que o Programa Mulheres Sim pôde ampliar a condição de agente social das alunas, proporcionando um grau de empoderamento por conferir cidadania, melhorar os níveis de autonomia e inclusão àquelas em situação de vulnerabilidade social. Existe a necessidade de que o vínculo com estas mulheres seja mais duradouro para que os resultados sejam mais efetivo, visto que o empoderamento é um processo longo e de contínuo. O programa propicia uma formação para a cidadania que é obtida por meio da metodologia do curso uma vez que as mulheres interagem umas com as outras e adquirem novas capacidades. Os cursos mesmo com duração de poucos meses, ofereceram uma formação humana para essas mulheres que puderam, num curto período, reunir elementos para reelaborarem suas visões de mundo.

É notória a atuação potencializadora do Programa Mulheres SIM no processo da ampliação dos níveis de empoderamento, inclusão e autonomia dessas mulheres, conduzindo como um agente oportuno ao estimular a consciência crítica, propiciando, dentro de suas

possibilidades, agirem como indivíduos capazes de transformá-las. Outra evidência é que a educação, em sua concepção emancipatória e libertadora é um dos principais recursos para que de fato isso aconteça. Porém, no decorrer das entrevistas, foi possível observar que não se trata somente da educação formal mas também da interação, do sentimento de pertencimento, do fato de se sentir incluída por estar em um ambiente de ensino. Constata-se assim que processo do emporamento não é uma ação isolada e acontece na relação intersubjetiva, na interação entre diferentes mulheres, na construção de laços afetivos e solidários.

Empoderar-se envolve continuidade e trata-se de um processo dinâmico e as mulheres o desenvolveram através do seu dia a dia, dos seus problemas, das oportunidades e dos contextos individuais e culturais. Não é fácil mensurá-lo, especialmente em um prazo de tempo curto, o que é possível verificar é que o despertar para esse processo se estabelece na criação de uma trajetória a se seguir, que inicialmente se mostra individual, mas que com o passar do tempo possa ser realizado de modo coletivo. Para o IFSC fortalecer a geração de inovações sociais sugere-se o planejamento de programas de extensão de arranjos sociais que possam ter uma continuidade em longo prazo, criando a oportunidade de formação de vínculos e parcerias com instituições e demais membros da sociedade, que tenham como objetivo, criar soluções para as demandas que surgem do público mais vulnerável.

Notou-se que o IFSC através do programa Mulheres Sim atendeu seus interesses estratégicos, pois vem ao encontro de sua missão proposta em seu PDI :“Promover a inclusão e formar cidadãos, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, gerando, difundindo e aplicando conhecimento e inovação, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural” (IFSC, 2017). Este tipo de programa requer atenção por parte das instituições de ensino, devido à proximidade das finalidades e objetivos dessas instituições acerca da missão social e compromisso com a comunidade, atribuição da extensão universitária.

Por fim, esta pesquisa limitou-se ao caso do programa de extensão Mulheres Sim de 2017 (quarta edição). Embora alinhado com a literatura existente, o estudo representa um caso específico. Assim, sugere-se novas pesquisas sobre outras edições do programa, sobre os projetos de extensão em outros agentes de inovação social, em organizações da sociedade civil, em movimentos sociais e outros órgãos do governo para que a contribuição e o auxílio aos atores de inovação social sejam significativamente ampliados.

## 6 REFERENCIAS

AGOSTINI, Manuela Rosing; VIEIRA, Luciana Marques and BOSSLE, Maria Bonzanini. Social innovation as a process to overcome institutional voids: a multidimensional overview. *RAM, Rev. Adm. Mackenzie* . Vol.17, n.6, pp.72-101, 2016. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/1678-69712016/administracao.v17n6p72-101>> Acesso em: 01 jul. 2018.

ANDRÉ, Isabel; ABREU, Alexandre. Dimensões e espaços da inovação social. *Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia*, v. 41, n. 81, p. 121-141, 2006.

ANTUNES, M. O caminho do empoderamento: articulando as noções de desenvolvimento, pobreza e empoderamento. In: ROMANO, J. O.; ANTUNES, M. (org.) *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.p. 91-114,

\_\_\_\_\_. O caminho do empoderamento na superação da pobreza: o caso das quebradeiras de coco e trabalhadores(as) rurais da área de atuação da Assema. Rio de Janeiro, Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2003.

BAHIA, Cândida, FERRAZ, Cida. Entre a exceção e a regra: a construção do feminino na polícia civil baiana. *Organização & Sociedade*, v. 7, n. 18, Mar/Agos2000 Disponível em:<<http://anpad.org.br/enanpad/1999/dwn/enanpad1999-rh20.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

BARROSO, Carmen. Metas de desenvolvimento do milênio, educação e igualdade de gênero. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 123, p. 573-582, Dez. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742004000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742004000300004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 10 out. 2017.

BARROSO, Carmen. Millennium development goals, education and gender equality. *Caderno de Pesquisas*, São Paulo, v. 34, n. 123, Sect. Dec.2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742004000300004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742004000300004)>. Acesso em 05 out. 2017.

BATLIWALA, Srilatha. El significado de empoderamiento de las mujeres: nuevos conceptos desde la acción. In: LEÓN, Magdalena (org.). *Poder y empoderamiento das mujeres*. TM Editores, Santa Fe de Bogotá, 1997, pp. 187-211.

BARDIN L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições, 2011.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BIGNETTI, Luiz Paulo. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 47, n. 1, p. 3-14, 2011.

Boni V., Quaresma S.J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC*, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan/jun, 2005 Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/%2018027/16976>> Acesso em: 14 set 2017.

BOOTH, T. The poverty of special education. Theories to the rescue? In: CLARK, C.; DYSON, A; MILLWARD, A. Theorising special education. London: Routledge: 1998, p. 79–89.

BUTLER, Judith. Gender Trouble – Feminism and the Subversion of identity. Londres: Routledge, 1990.

\_\_\_\_\_. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAJAIBA-SANTANA, Giovany. Social innovation: Movingthefieldforward. A conceptual framework. Technological Forecasting and Social Change, v. 82, p. 42-51, 2014.

CASTRO, Luciana Maria Cerqueira. A universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27, Caxambu, 2004. Anais... Caxambu: ANPED, 2004. Disponível em: <<http://27reuniao.anped.org.br/gt11/t1111.pdf>> Acesso em: 10 jun. 2007.

CLOUTIER, Julie. Qu'est-ce que l'innovationsociale? In: CENTRE DE RECHERCHE SUR LES INNOVATIONS SOCIALES. Cahiersdu CRISES. Québec, 2003. Disponível em: <[https://crises.uqam.ca/upload/files/publications/etudes-theoriques/CRISES\\_ET0314.pdf](https://crises.uqam.ca/upload/files/publications/etudes-theoriques/CRISES_ET0314.pdf)> Acesso em: 07 nov. 2017.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto; tradução Magda Lopes. 3 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

CENTRE DE RECHERCHE SUR LES INNOVATIONS SOCIALES - CRISES. RapportAnnuel Des ActivitésScientifiques Du Crises 2014-2015. Québec: Centre de RechercheSurLesInnovationsSociales - Crises, 2015. 153 p.

CUNHA, Jorge; BENNEWORTH, Paul. Universities' contributions to social innovation: towards a theoretical framework. 2013. In: Cities as seedbeds for innovation: EURA conference 2013, 3-6 July, Enschede, The Netherlands. Enschede, July, 03-6, 2013. p. 1-31

DAGNINO, R. Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas. Campina Grande: EDUEPB, 2014, 318 p.

DAGNINO, R. F.; BRANDÃO, F. C.; NOVARES, H. T. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: DE PAULO, A. et al. Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004, p. 1-50. Disponível em: [http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/18\\_ref\\_capes/arquivos/arquivo\\_110.pdf](http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/18_ref_capes/arquivos/arquivo_110.pdf) Acesso em: 10 out. 2017.

DELLANI, Marcos Paulo; DE MORAES, Deisy Nara Machado. Inclusão: Caminhos, encontros e descobertas. Revista de Educação do Ideau, v. 07, n. 15, 2012.

DYSON, A. Dilemas, contradicciones y variedades de la inclusión. In: Verdugo M.A.; VEJA, F.B.J.U (org.), Apoyos, autodeterminación y calidad de vida. Salamanca: Amarú, 2001, p. 145-160.

DEERE, Carmen Diana; LÉON, Magdalena. O Empoderamento da Mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna. Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

EDWARDS-SCHACHTER, M. E.; MATTI, C. E.; ALCÁNTARA, E. Fostering Quality of Life through Social Innovation: A Living Lab Methodology Study Case. Review of Policy Research, n. 29, p. 672–692, 2012.

ELLIOT, G. Character and Impact of Social Innovation in Higher Education. International Journal of Continuing Education and Lifelong Learning, v. 5, n. 2, 2013

FACIO, Alda. Metodología para el análisis de género del fenómeno legal. Género y derecho. Santiago de Chile: Ediciones LOM, 1999. Disponível em: <[http://equis.org.mx/wp-content/uploads/2016/01/S\\_1\\_1.pdf](http://equis.org.mx/wp-content/uploads/2016/01/S_1_1.pdf)>. Acesso em 11 jun. 2017.

FLICK, Uwe. Introdução à metodologia de pesquisa. Porto Alegre: Penso, 2013.

\_\_\_\_\_. Introdução a pesquisa qualitativa. 3 ed. – Porto Alegre: Artmed, 2009.

FORPROEX - FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. 2012. Plano Nacional de Extensão Universitária. Rio de Janeiro: Forproex, 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf>. Acesso em: 13 maio 2017.

FRANÇA, L.G. Políticas públicas no Brasil desde o enfoque dos direitos humanos: breve estudo sobre a perspectiva da igualdade de gênero. Rev. Diálogos Possíveis, ano 14, n.2, p.43-52, 2015. Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/310-819-1-pb.pdf>>. Acesso em 10 jul. 2017.

FREIRE, Sofia. Um olhar sobre a inclusão. Revista Educação. v. XVI, n. 1, 2008.

GOHN, M. G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. Saúde e Sociedade v.13, n.2, p.20-31, 2004.

HAIR JR., J.F.; BABIN, B.; MONEY, A.H.; SAMOUEL, P. Fundamentos de métodos de pesquisa em administração. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HEILBORN, Maria Luiza. Gênero e hierarquia: a costela de Adão revisitada. Revista Estudos Feministas, v. 1, n. 1, p. 50-82, 1993.

HELLSTROM, T. Innovation as Social Action. Organization, v.11, n. 5, p. 631-649, 2004.

HOROCHOVSKI, Rodrigo R.; Empoderamento: definições e aplicações. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 30, 2006, Caxambu. *Anais...* Caxambu: Anpocs, 2006. p. 1-29. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-30-encontro/gt-26/gt18-22/3405-rhorochovski-emponderamento/file>> Acesso em: 15. Jan. 2018.

HOROCHOVSKI, R. R. Desatando nós: Associativismo civil, democracia e empoderamento na colônia de pescadores de Matinhos, Paraná. 2017. 265 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; MEIRELLES, Giselle. Problematizando o conceito de empoderamento. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., 2007, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2007.

HOWALDT; J.; SCHWARZ, M. Social Innovation: Concepts, research fields and international trends. Trend Study of the International Monitoring Project . IMO, 2010. Disponível em: <[http://www.asprea.org/imagenes/IMO%20Trendstudie\\_Howaldt\\_english\\_Final%20ds.pdf](http://www.asprea.org/imagenes/IMO%20Trendstudie_Howaldt_english_Final%20ds.pdf)> . Acesso em: 07 nov. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. Mulheres Sim. Disponível em: <http://www.ifsc.edu.br/programa-mulheres-sim>. Acesso em: 21 jun. 2017

IORIO, C. Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos. In: ROMANO, J. O.; ANTUNES, M. (org.). Empoderamento e direitos no combate à pobreza. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. p. 21-44.

JULIANI, D. P. Framework da cultura organizacional nas universidades para a inovação social. 2015. 213 f. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: O que é Esclarecimento? In: KANT, Immanuel. *Textos seletos*. Petrópolis: Vozes, 1985.

LA BOÉTIE, Étienne de. Discurso da servidão voluntária. 2. ed. São Paulo: Martins Claret, 2009

LALANDE, André. Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia. 3ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

LEÓN, Magdalena de. El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primer y tercer mundos em los estudios de género. La Ventana, no. 13, pp.94-106, 2001.

\_\_\_\_\_. Empoderamiento: Relaciones de las mujeres com el poder. *Revista Estudos Feministas*. UFSC, vol. 8, n.2, p. 191-205, 2000.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero, classe e etnia: trajetórias de vida de mulheres migrantes. Florianópolis: Ed. Da UFSC; Chapecó: Argos, 2003.

LISBOA, Tereza Kleba.; MANFRINI, Daniele Beatriz. Cidadania e equidade de gênero: políticas públicas para mulheres excluídas dos direitos mínimos. Revista Katalysis, Florianópolis, n. 1, jan. 2005.

MAGESTE, G. S.; MELO, M. C. O. L.; CKAGNAZAROFF, I. B. Empoderamento de mulheres: uma proposta de análise para as organizações. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 5, 2008, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: Anpad, 2008.

MARTINS, Clitia Helena Backx. Trabalhadores na reciclagem do lixo: dinâmicas econômicas, socioambientais e políticas na perspectiva de empoderamento. Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2003.

MARTINS, Gilberto de Andrade. Estudo de Caso: uma estratégia de pesquisa. 2º ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, Gilberto de Andrade. THEOPHILO, Carlos Renato. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. 3ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

MEC. Expansão da Rede Federal. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>. Acesso em 19.jul. 2017

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MIRANDA, C. M. S.; SILVEIRA, A. S.; HOELTGEBAUM, M. Empreendedorismo Feminino: Características das Gestoras em uma Instituição de Ensino Superior. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 5, 2008, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: Anpad, 2008.

MOULAERT, F.; MARTINELLI, F.; GONZÁLES, S.; SWYNGEDOUW, E. Introduction: Social Innovation and Governance in European Cities. European Urban and Regional Studies, 14(3):195- 209, 2007.

MORA, José Ferrater. Dicionário de Filosofia – Buenos Aires: Sudamericama, 1965.

MULGAN, G.; TUCKER, S.; SANDERS, B.; ALI, R. Social Innovation: What It Is, Why It Matters and How It Can Be Accelerated. London, The Young Foundation. 2007  
Disponível em: <<https://youngfoundation.org/publications/social-innovation-what-it-is-why-it-matters-how-it-can-be-accelerated/>> Acesso em: 10 dez. 2017

MULGAN, G. The process of social innovation. Innovations, spring, p. 145-162, 2006.

MULGAN, G. et al. Social innovation: what it is, why it matters and how it can be accelerated. 2007. Disponível em: <<https://youngfoundation.org/wp-content/uploads/2012/10/Social-Innovation-what-it-is-why-it-matters-how-it-can-be-accelerated-March-2007.pdf>> Acesso em: 07 agos 2017.

MURRAY, R.; CAULIER-GRICE, J.; MULGAN, G. (2010); The Open Book of Social Innovation. London, NESTA/The Young Foundation. Disponível em:

[www.nesta.org.uk/publications/assets/features/the\\_open\\_book\\_of\\_social\\_innovation](http://www.nesta.org.uk/publications/assets/features/the_open_book_of_social_innovation). Acesso em: 12/12/2017.

NICHOLSON, Linda; SOARES, Luiz Felipe Guimarães; DE LIMA COSTA, Claudia. Interpretando o gênero. Estudos feministas, p. 9-41, 2000. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/43596547>>. Acesso em: 16/05/2017.

NOVY, A.; LEUBOLT, B. 2005. Participatory Budgeting in Porto Alegre: Social Innovation and the Dialectical Relationship of State and Civil Society. *UrbanStudies*, 42(11):2023-2036. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1080/00420980500279828>> Acesso em 11 dez. 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Glossary of health promotion terms. Geneva: World Health Organization/Division of Health Promotion, Education and Communications/Health Education and Health Promotion Unit, 1998.

ONU. Organização das Nações Unidas. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/> Acesso em: 13/02/2018.

PATIAS, T. Z. et al. Modelos de análise da inovação social: o que temos até agora? *Revista Brasileira de Gestão e Inovação*, v. 4, n. 2, jan./abr. 2017

PERKINS, D.D.; ZIMMERMAN, M.A. Empowerment meets narrative: listening to stories and creating settings. *American Journal of Community Psychology*. Out. v. 23, n. 5, p. 569-79, 1995.

PHILLS JR., James A.; DEIGMEIER, Kriss; MILLER, Dale T. Rediscovering social innovation. *Stanford Social Innovation Review*, Fall, p. 34-43, 2008.

POL, E.; VILLE, S. Social Innovation: Buzz Word or Enduring Term? *The Journal of Socio-Economics*, 38, p. 878-885, 2009. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1053535709000249> Acesso em: 14 out. 2017

PRÁ, J. R. Cidadania de gênero, capital social, empoderamento e políticas públicas no Brasil. In: BAQUERO, M. (Org.). *Reinventando a sociedade na América Latina: cultura, política, gênero, exclusão e capital social*. Porto Alegre/Brasília: Ed. Universidade/UFRGS/ Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), 2001.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 1999.

RICH, R.C. et al. Citizen participation and empowerment. *American Journal of Community Psychology*. Oct. v. 23. n. 5. p. 657-76, 1995.

RODRIGUES, A. L. Modelos de gestão e inovação social em organizações sem fins lucrativos: divergências e convergências entre Nonprofit Sector e Economia Social. *O&S*. v. 14, n. 43, p. 111- 128, 2007.

RODRIGUES, João Bartolomeu; ALMEIDA, Antonia Rosa. A filosofia do direito e o lugar o discurso feminino na construção da igualdade de gênero. *Itinerários de Filosofia da Educação*, v. 13, p. 138-143, 2015. Disponível em:

<<http://ojs.letras.up.pt/index.php/itinerariosfe/article/view/692>>. Acesso em 09 out. 2017

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação infantil e relações raciais: a tensão entre igualdade e diversidade. *Cadernos de pesquisa*, v. 44, n. 153, p. 742-759, 2014. Disponível em:

<<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/2768>>. Acesso em: 17 Mai. 2017.

ROMANO, J. O. Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza. In: ROMANO, J. O.; ANTUNES, M. (org.) *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. p. 9-20

SÁNCHEZ, P. A. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. *Inclusão - Revista da Educação Especial*, Out. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/inclusao.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2018.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A Universidade do Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez, 2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 8ª ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento Como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2001.

SEN, Gita. *Empowerment as an approach to poverty. Working Paper Series*, n. 97.07, dez. 1997

SORJ, Bila. Igualdade de gênero e políticas macroeconômicas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 24(2): 292, 617-620, Mai-Ago. 2016. Disponível em:

<<http://www.jstor.org/stable/pdf/estufemi.24.2.617.pdf>>. Acesso em 20 out. 2017.

SPREITZER, G.M. An empirical test of a comprehensive model of intrapersonal empowerment in the workplace. *American Journal of Community Psychology*. Oct. v. 23. n. 5. p. 601-29, 1995.

MIRANDA, C. M. S.; SILVEIRA, A. S.; HOELTGEBAUM, M. Empreendedorismo Feminino: Características das Gestoras em uma Instituição de Ensino Superior. In: *ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS*, 5, 2008, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: Anpad, 2008.

TANURE, Betânia; CARVALHO Neto, Antonio e ANDRADE, Juliana Oliveira. A Super Executiva às voltas com Carreira, Relógio Biológico, Maternidade, Amores e Preconceitos. In: *ENANPAD*, 30, 2006, Salvador. Anais... Salvador: Enanpad, 2006.

TAYLOR, J. B. Introducing Social Innovation. *The Journal of Applied Behavioral Science*, v. 6 n. 1, p. 69-77, 1970.

TOURAINÉ, A., Social movements and social change, In BORDA, O. F. (Org.) The challenge of social change. London, Sage, 1985.

TRIVIÑOS, A.N.S. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação – o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. São Paulo: Atlas, 1987.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. 14ª Edição. São Paulo: Atlas, 2013.

VILLAMIL JIMENEZ, Luis Carlos; ROMERO PRADA, Jaime Ricardo. Los objetivos de desarrollo del milenio (ODM) de las naciones unidas: ¿endónde estamos y para dónde vamos?. Fuente de inspiración para priorizar las labores desde la academia. Rev. Lasallista Investig., Caldas, v. 8, n. 1, p. 126-135, Jan. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1794-44492011000100014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-44492011000100014&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 15 out. 2017.

YIN, K, Robert. Estudo de Caso: Planejamento e métodos. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

\_\_\_\_\_. Pesquisa Qualitativa do Início ao Fim. Porto Alegre: Penso, 2016.

YOUNG, K. Planning development with women: making a world of difference. Macmillan: London, 1993.

ZORZI, Analisia. Uma análise crítica da noção de empoderamento com base no acesso das agricultoras ao Pronaf mulher em Ijuí-Rs. 2008. 137 p. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul- Porto Alegre, 2008.

YT

ZAGHTTI, Vicente. Autonomia e Educação em Immanuel Kant & Paulo Freire. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

ZIMMERMAN, M. A. Taking aim on empowerment research: On the distinction between individual and psychological conceptions. American Journal of Community Psychology, 18, 169-177, 1990.

**APÊNDICES**

## APÊNDICE A –ROTEIRO DE ENTREVISTAS

### Roteiro de Entrevista para as **Alunas** do Programa Mulheres Sim

O curso do programa Mulheres Sim foi conduzido de maneira coletiva, entre alunas, servidores do IFSC e parceiros?

Que conhecimentos novos você adquiriu?

No que esse conhecimento novo lhe ajudou?

Você deu continuidade aos estudos após o curso Mulheres Sim?

O novo conhecimento foi repassado para outras pessoas?

A sua prática do dia a dia mudou com o conhecimento adquirido no curso?

Você passou a fazer algo diferente na sua rotina depois do curso?

Houve algum projeto novo que tornou a sua vida ou de outras pessoas melhor?

A sua participação no Mulheres Sim trouxe impactos positivos a sua comunidade?

As atividades feitas em grupo trouxeram benefícios a todos os envolvidos? O fato de trabalharem em grupo de modo participativo ajudou a se relacionar melhor?

Com as dinâmicas realizadas, você se sentiu incluída a ponto de sugerir e participar?

Houve algum momento que você liderou o grupo, ou conseguiu o apoio de outras alunas?

As experiências e o aprendizado serão utilizados durante toda a sua vida?

Dentre os ensinamentos do curso, você aprendeu sobre direitos como cidadã e como mulher?

Se sente segura para cobrá-los?

Você considera que o curso promoveu a inclusão e te tornou mais confiante perante a comunidade?

Você considera que o curso te tornou uma pessoa mais segura para decisões do dia-a-dia?

Você sente vontade de participar mais ativamente de sua comunidade?

Você sente que sua confiança e autoestima tiveram melhora com o curso?

Seus cuidados com a saúde melhoraram?

A sua família percebeu diferenças em você? As pessoas reconhecem mudanças?

O modo de se relacionar com as pessoas mudou?

Em relação ao seu comportamento e atitudes, notou alguma mudança?

Você acredita que algo mudou para melhor em sua vida depois do projeto?

A convivência com outras pessoas que participaram do curso foi importante? Por quê?

Você fez novas amizades durante o curso?

O seu relacionamento com a família foi alterada de alguma forma?

Você considera que o curso promoveu sua qualidade de vida e de sua família? Como?

O curso contribuiu de alguma forma em seu trabalho? Ou ajudou a estar preparado para atuar num emprego?

Teve alguma ideia nova ou melhorou algo que você já fazia para agregar valor e renda?

Pensou em abrir um negócio?

Como você avalia o curso?

Roteiro de Entrevista para os **Coordenadores** do IFSC que trabalharam no Programa Mulheres Sim

Relate como foi participar do projeto Mulheres Sim? Qual a sua função?

Você acha que os objetivos foram atingidos?

O curso do projeto Mulheres Sim foi conduzido de maneira coletiva, entre alunas, servidores do IFSC e parceiros? Acredita que essa metodologia foi adequada?

Assim como você proporcionou conhecimento, você também adquiriu?

Após a conclusão do curso, os resultados e boas praticas foram divulgadas? Como?

O fato de participar do projeto ajudou o IFSC? Teve impactos positivos?

Relate as ações importantes do projeto que possibilitaram fazer a diferença na vida das alunas?

A metodologia aplicada promoveu a inclusão?

Acredita que a autonomia foi promovida pelo projeto?

Melhorou sua percepção em relação a você e aos problemas sociais?

Você sentiu diferenças nas alunas que participaram? Quais?

O curso promoveu novas relações de amizade e convívio?

As dinâmicas realizadas no projeto contribuíram para a inclusão das participantes?

Acredita que a relação com os parceiros foi essencial?

Sem a equipe de voluntários o projeto seria viável?

Acredita que a relação com os parceiros estreitou o vínculo do IFSC com a comunidade?

Você considera que o curso promoveu a qualidade de vida? Como?

Acredita que por meio das mulheres outros problemas sociais podem ser resolvidos?

O curso proporcionou a elevação da autoestima e os cuidados com a saúde?

Em sua opinião o curso contribuiu para a promoção do trabalho e para qualificação?

Como você avalia o curso?

Acredita que o curso agregou algo para o IFSC?

Acredita que a bolsa estudante ajudou as participantes de alguma forma?

Roteiro de Entrevista para os **Parceiros e Bolsistas** que trabalharam no Programa Mulheres Sim

Relate como foi participar do projeto Mulheres Sim? Qual a sua função?

O curso do projeto Mulheres Sim foi conduzido de maneira coletiva, entre alunas, servidores do IFSC e parceiros? Acredita que essa metodologia foi adequada?

Assim como você proporcionou conhecimento, você também adquiriu?

Melhorou sua percepção em relação a você e aos problemas sociais?

Você sentiu diferenças nas alunas que participaram? Quais?

Seu comportamento e atitudes mudaram diante do que vivenciou no projeto?

O curso promoveu novas relações de amizade e convívio?

Acredita que a relação como o parceiro estreitou o vínculo do IFSC com a comunidade?

Acredita que por meio das mulheres outros problemas sociais podem ser resolvidos?

## APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: “INOVAÇÃO SOCIAL: O CASO DO PROGRAMA MULHERES SIM DO IFSC” e que tem como objetivo Analisar o programa Mulheres Sim, desenvolvido pelo Instituto Federal de Santa Catarina, como inovação social. Acreditamos que a relevância social da pesquisa está em criar oportunidades não apenas de emancipação das mulheres como também transformar a realidade em que estão inseridas. Desta forma, incentivando trabalhos que proporcionem o desenvolvimento das mulheres ajudará não somente a economia local, como na erradicação de outros problemas de cunho social.

**Participação do estudo** – A minha participação no referido estudo será de responder uma entrevista que levará em torno de 25 minutos e poderei responder no local onde é realizado o programa de extensão.

**Riscos e Benefícios** – Fui alertado que, da pesquisa a se realizar, é possível se sentir algum desconforto ao conceder a entrevista ao pesquisador, uma vez que poderão ser lembrados momentos e fatores delicados da sua vida pessoal e profissional que poderão ocasionar na sua evasão da pesquisa. Por essa razão, a qualquer momento você poderá parar a entrevista caso se sinta constrangido, incomodado ou com algum desconforto em relação às questões de entrevista. Esclarecemos também que o pesquisador responsável está à disposição para quaisquer esclarecimentos envolvendo dúvidas ou problemas oriundos da participação nesta pesquisa.

**Sigilo e Privacidade** – Estou ciente de que a minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar será mantido em sigilo. Os pesquisadores se responsabilizam pela guarda e confidencialidade dos dados, bem como a não exposição dos dados da pesquisa.

**Autonomia** – É assegurada a assistência durante toda a pesquisa, bem como me garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação. Declaro que fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e de, por desejar sair da pesquisa, não sofrerei qualquer prejuízo à assistência que venho recebendo.

**Ressarcimento e Indenização** – No entanto, caso eu tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, tais como transporte, alimentação entre outros, haverá ressarcimento dos valores gastos pelo pesquisador responsável. De igual maneira, caso ocorra algum dano decorrente da minha participação no estudo, serei devidamente indenizado, conforme determina a lei.

**Contatos** – Juliana Pereira Michels  
Telefone para contato: (48) 99600-0665

E-mail para contato: [julianapmichels@gmail.com](mailto:julianapmichels@gmail.com)

**Comitê de Ética** – O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) é composto por um grupo de pessoas que estão trabalhando para garantir seus direitos como participante sejam respeitados, sempre se pautando da Resolução 466/12 do CNS. Ele tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética. Caso você achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você imaginou ou que está sendo prejudicado de alguma forma, você pode entrar em contato com o Comitê de Ética da UNISUL pelo telefone (48) 3279-1036 entre segunda e sexta-feira das 9 às 17 horas ou pelo e-mail [cep.contato@unisul.br](mailto:cep.contato@unisul.br).

**Declaração** – Declaro que li e entendi todas as informações presentes neste Termo e tive a oportunidade de discutir as informações do mesmo. Todas as minhas perguntas foram respondidas e estou satisfeito com as respostas. Entendo que receberei uma via assinada e datada deste documento e que outra via será arquivada por 5 anos pelo pesquisador. Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, eu manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou pagar, por minha participação.

Nome e Assinatura do pesquisador responsável e que coletou os dados:  
Juliana Pereira Michels

---

Eu, \_\_\_\_\_, abaixo assinado, concordo em participar desse estudo como sujeito. Fui informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador sobre o tema e o objetivo da pesquisa, assim como a maneira como ela será feita e os benefícios e os possíveis riscos decorrentes de minha participação. Recebi a garantia de que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto me traga qualquer prejuízo.

Nome por extenso: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

Local e Data: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**APÊNDICE C – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**